



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**IX Legislatura**

**Número: 16**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, Quarta-Feira, 01 de Abril de 2009**

**Presidente:** *Deputado Francisco Coelho*

**Secretários:** *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído, durante a sessão, pelo Deputado Mark Marques)*

### Sumário

*(Eram 10 horas e 5 minutos)*

#### **Período de Informação Parlamentar:**

#### **Correspondência:**

Após a leitura da correspondência, entrou-se de imediato na Agenda da Reunião, com a **Continuação da Análise das Propostas de Decreto Legislativo Regional que aprovam as “Orientações de Médio Prazo 2009/2012”, o “Plano Anual Regional para 2009” e o “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2009”**.

No debate das Propostas, usaram da palavra os Srs. Deputados Zuraida Soares (*BE*), José Cascalho (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), José San-Bento (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Mark Marques (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Cláudio Lopes (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Graça Teixeira (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Cláudia Cardoso (*PS*), Jorge Costa Pereira (*PSD*), António Pedro Costa (*PSD*), José do Rego (*PS*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), Pedro Medina

(CDS/PP), João Costa (PSD), Manuel Avelar (PS), Jorge Macedo (PSD), Jaime Jorge (PSD), Francisco César (PS), Aida Santos (PSD), Duarte Moreira (PS), Luís Garcia (PSD), Berto Messias (PS), Pedro Gomes (PSD), Luís Paulo Alves (PS), Piedade Lalanda (PS), os Srs. Secretários Regionais da Presidência (*André Bradford*), da Educação e Formação (*Lina Mendes*), da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*), da Economia (*Vasco Cordeiro*), do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*) e o Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (*Rodrigo Oliveira*).

*(Os trabalhos terminaram às 20,00 horas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, bom dia, agradece que ocupassem os vossos lugares, para procedermos à chamada dos Srs. Deputados.

*(Eram 10 horas e 5 minutos)*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva**

**Alzira Maria de Serpa e Silva**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Carlos Alberto Medeiros Mendonça**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Helder** Guerreiro Marques da **Silva**

**Isabel** Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

**José** Manuel Gregório de **Ávila**

**José** Gaspar Rosa de **Lima**

**José** de Sousa **Rego**

**José** Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

**Lizuarte** Manuel **Machado**

**Luís** Paulo de Serpa **Alves**

**Manuel** Avelar Cunha Santos

**Maria** da Graça Lopes **Teixeira**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

**Nélia** Maria Pacheco **Amaral**

**Ricardo** Manuel Viveiros **Cabral**

**Rogério** Paulo Lopes Soares **Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**António** Maria Silva **Gonçalves**

**António** Augusto Batista Soares **Marinho**

**António** Pedro Rebelo **Costa**

**António** Lima Cardoso **Ventura**

**Carla** Patricia Carvalho **Bretão** Martins

**Cláudio** José Gomes **Lopes**

**Clélio** Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

**Jaime** António Silveira **Jorge**

**João** Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

**Mark** Silveira **Marques**

**Pedro** António de Bettencourt **Gomes**

**Rui** Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Abel** Jorge Igrejas **Moreira**

**Luís Virgílio de Sousa da Silveira**

**Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa**

**Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo**

***Bloco de Esquerda (BE)***

**José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho**

**Zuraida Maria de Almeida Soares**

**Presidente:** Estão presentes 43 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

**Secretário (José Ávila):** Da Comissão de Assuntos Sociais, o Parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público”.

**Secretário (Cláudio Lopes):** Do Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma Proposta de Resolução “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2008”, que baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

**Secretário (José Ávila):** Entrou também uma Petição para a “Elevação do Lugar de São Carlos a Freguesia”, que baixou à Comissão de Política Geral.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, temos inscrito para uma intervenção o Sr. Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa.

Tem a palavra, faça o favor.

**Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (Rodrigo Oliveira):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo dos Açores, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me uma primeira palavra para registar e salientar a importância deste momento, no qual, na Casa maior da Autonomia, perante os representantes do Povo

Açoriano, procedemos ao debate sobre as Orientações de Médio Prazo e, pela primeira vez nesta legislatura, sobre o Plano Anual e Orçamento da Região.

As matérias relativas à actuação externa da Região, como é sabido, têm assumido uma crescente importância na actuação governamental, consagrada, agora, pela orgânica do X Governo Regional, com a criação do Gabinete do Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, na dependência do Secretário Regional da Presidência, com ganhos substanciais em termos de eficácia, de notoriedade da representação externa e – como foi salientado ontem pelo Sr. Secretário Regional da Presidência – na sua coordenação com sectores conexos da actuação do Governo.

Neste contexto, são claros e ambiciosos os objectivos da actuação externa do Governo dos Açores para o período 2009 – 2012, a saber, de reforço da participação, visibilidade e efectividade da acção da Região no âmbito das diversas organizações de cooperação inter-regional; do estabelecimento de acções de cooperação com territórios de interesse prioritário para os Açores; do conhecimento, coordenação e participação do Governo nos assuntos da União Europeia, bem como uma maior aproximação entre os Açores e a União Europeia...

Queremos ainda mais Açores na Europa, uma maior consciência dos valores europeus e mais participação cívica dos açorianos na União Europeia. Desenvolveremos, por isso – de acordo com temáticas específicas e, também, segundo as responsabilidades que, cada vez mais, assumiremos no âmbito da representação externa –, uma postura activa no sentido, por um lado, do fomento de iniciativas sobre a Europa junto da sociedade civil açoriana, bem como, por outro, de promoção da Região em instituições europeias e de cooperação.

A actuação do Governo incidirá, por outro lado, numa clara aposta no conhecimento técnico, participação e coordenação interna em relação a documentos políticos e legislativos da União Europeia, de organismos de cooperação inter-regional e de relacionamento com outros territórios e entidades congéneres.

A este propósito, saliente-se que foi aprovada, no último Conselho do Governo, a criação da Comissão Interdepartamental dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, um órgão de coordenação da Presidência do Governo, transversal a toda a

administração pública regional, que permitirá uma abordagem integrada, um acompanhamento mais próximo e uma maior eficácia na actuação externa da Região. Do mesmo modo, o processo de contratação de uma empresa de lóbi junto das Instituições Europeias encontra-se na fase final de apreciação de propostas e de negociação, no âmbito do concurso internacional lançado para o efeito. Assim, a par dos mecanismos formais e institucionais de actuação do Governo dos Açores junto da União Europeia – por exemplo, através dos canais directos existentes com a Comissão Europeia ou do Conselheiro Regional dos Açores na Representação Permanente de Portugal em Bruxelas – estes serviços, não se substituindo à actuação do Governo, serão um factor adicional da presença e influência da Região, potenciando a sua rede de contactos e capacidade interventiva.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As temáticas prioritárias da actuação do Governo, ao longo destes quatro anos, serão naturalmente direccionadas para as grandes opções políticas e legislativas da União. O futuro da Política de Coesão e do orçamento da União Europeia, a nova dimensão territorial do objectivo de coesão económica e social ou a implementação da Política Marítima Europeia – só para dar alguns exemplos – serão, certamente, áreas que continuarão a merecer uma atenção redobrada e a participação empenhada da Região.

Em relação ao ano de 2009, destaque-se, por exemplo, no âmbito de temáticas actuais, o vasto programa regional elaborado, pela primeira vez, no âmbito do Ano Europeu da Criatividade e Inovação, bem como o conjunto de iniciativas de sensibilização cívica e de apelo à participação no voto nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, que levamos a todas as ilhas do nosso arquipélago, procurando potenciar o interesse e a participação dos Açorianos, muito em particular dos jovens, nas questões relativas à União Europeia.

Estas iniciativas junto da juventude conjugam-se ainda, numa estratégia concertada e coerente, com um programa de bolsas para estágios nas Instituições Europeias e, ainda, para estudos pós-universitários de especialização e formação nas áreas do Direito Comunitário e dos assuntos da União Europeia.

A construção europeia é, sem dúvida, um desafio de várias gerações. A dinâmica já atingida pela Região e o nível de participação que se pretende garantir e aprofundar no futuro exige, é certo, uma clara aposta na juventude!

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao afastamento geográfico da Europa, aos condicionalismos inerentes à ultraperiferia, devemos, cada vez mais, contrapor e salientar a inserção atlântica, a dimensão territorial marítima e a posição geo-estratégica dos Açores, valorizando todas as nossas potencialidades e o nosso maior valor: – as gentes e o Povo dos Açores!

No que diz respeito à cooperação externa da Região, prioridade será dada ao reforço das relações com áreas geográficas e políticas com as quais temos já um sistema sólido, estável e permanente de relacionamento. Este será o caso das Regiões Ultraperiféricas, bem como, no âmbito da Macaronésia, de Cabo Verde, sendo certo que, no primeiro caso, a Conferência dos Presidentes e, no segundo, o Observatório Permanente de Cooperação (criado em 2008), permitem um edifício institucional adequado e eficaz para o reforço das relações de cooperação.

No âmbito das Regiões Ultraperiféricas, promoveremos, em parceria, novos projectos de cooperação técnica, potenciando o conhecimento, a investigação e a troca de boas práticas em temáticas prioritárias e – saliente-se – assumiremos, em finais de 2011, a responsabilidade da Presidência da Conferência das RUP, num ano de especial importância que trará, mais uma vez, um destaque adicional à Região no seio da União Europeia.

Por outro lado, prosseguiremos com os contactos com autoridades e entidades públicas e privadas dos estados da costa leste e oeste dos Estados Unidos da América, bem como do Canadá, com vista à implementação dos documentos de entendimento, já assinados, ao mais alto nível, que permitirão o desenvolvimento da cooperação política, académica e científica, a par das políticas inerentes às temática das comunidades.

Finalmente, assume-se também como uma clara prioridade, a implementação de uma relação de aproximação política a outros territórios, na Europa, África e América do

Sul, com os quais existam já laços de amizade, que manifestem o seu interesse na cooperação com os Açores ou que sejam considerados, de um ponto de vista económico, histórico ou político, como regiões estratégicas.

Nesta área da cooperação externa, teremos ainda uma palavra de incentivo a iniciativas da sociedade civil que promovam um valor fundamental à nossa política regional e à nossa inserção nacional e europeia da Região – a solidariedade em relação a territórios mais desfavorecidos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores e as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia foram destinatárias, em Outubro de 2008, de uma Comunicação da Comissão Europeia, apropriadamente intitulada “As Regiões Ultraperiféricas: um trunfo para a Europa”. Este documento de reflexão política apresenta, como se sabe, uma alteração de paradigma na abordagem comunitária em favor das RUP, encaradas, não mais como “regiões-problemas” (ou seja, definidas apenas por uma série de especiais conditionalismos), mas, acima de tudo, como “regiões de oportunidade” para a União Europeia.

A esta mudança de paradigma – agora proclamada – urge implementar, efectivamente, uma política coerente e transversal da União Europeia, não só de compensação pelos conditionalismos da Região, mas também e acima de tudo de aproveitamento das nossas potencialidades.

O Governo dos Açores será, neste contexto – podemos assegurar – o primeiro e mais empenhado defensor das nossas ilhas e das suas gentes. Prosseguiremos, por isso – cientes dos desafios, mas ambiciosos nos nossos propósitos – o caminho de afirmação e de valorização dos Açores na Europa e no Mundo!”.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares, faça o favor.

**(\*) Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de colocar uma pergunta ao Sr. Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa.

No Plano Regional Anual, no âmbito das políticas sectoriais – Pesca lê-se, a determinada altura e muito bem, que um dos objectivos do Governo é “acompanhar e intervir, no âmbito das instituições europeias, com vista à restauração do limite das 200 milhas para reserva da frota dos Açores”. Estranhei não ouvir do Sr. Subsecretário uma palavra relativamente a esta circunstância...

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Isso é com o Sr. Subsecretário das Pescas.

**A Oradora:** ...porque, na realidade, está dentro do seu âmbito de acção e de governação mas, como não o fez, faço-lhe eu a pergunta.

É sabido também que, neste momento, em resultado do “não” ao Tratado de Lisboa ter vencido na Irlanda e, eventualmente, levanta-se essa hipótese, o mesmo poder vir a acontecer, por exemplo, na Checoslováquia, há aqui, do nosso ponto de vista, uma janela de oportunidade que se abre com as negociações inevitáveis, no caso, entre a Irlanda e a União Europeia, com concessões diversas, algumas das quais já são conhecidas, no sentido de mais tarde ou mais cedo este Tratado ser novamente referendado e o povo soberano da Irlanda, eventualmente, lhe vir dar o “sim”. Esta possibilidade de negociação não se reduz apenas à Irlanda, dado que outros países têm em bolso reivindicações a fazer. Do nosso ponto de vista, um desses países é exactamente Portugal e, concretamente, a Região Autónoma dos Açores, no que diz respeito à gestão da sua zona económica e à recuperação de uma parcela dela.

Assim, eu perguntaria ao Sr. Subsecretário se o Governo tem em vista reivindicar da República essa possibilidade de negociação e de reivindicação de um direito desta Região, um direito, aliás, essencial para o seu desenvolvimento económico, social, também ambiental e da defesa dos seus recursos.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

**(\*) Deputado José Cascalho (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Subsecretário:

No âmbito da cooperação com os Estados Unidos da América, assiste-se à conciliação da ideia dos Açores como lugar de natureza intacta, o reduto europeu de uma realidade cultural, natural e paisagística rara, com a de um lugar também para um campo de treinos para aviões caça de última geração, que usarão os Açores para testar o seu armamento mais sofisticado.

Já agora, pergunto-lhe se sabe em que acção do Plano está o estudo para apurar o impacto que estes F-22 terão na Base das Lajes, na Ilha Terceira e na população da Ilha Terceira.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional.

**(\*) Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

*(Rodrigo Oliveira):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço à Sra. Deputada Zuraida Soares e ao Sr. Deputado Cascalho as questões colocadas e aproveito para manifestar, em nome do Governo Regional, numa área de especial importância, toda a abertura, toda a disponibilidade, para a discussão e o debate sobre questões de assuntos europeus e de cooperação externa.

Devo confessar à Sra. Deputada Zuraida Soares que, em relação à minha intervenção, e se ouviu com atenção, dei alguns exemplos de temáticas que serão abordadas ao longo destes quatro anos. Dei o exemplo da coesão territorial, da coesão económica, do futuro da política regional, entre outros. Obviamente que, sendo este um gabinete de coordenação geral da política do Governo no que respeita aos assuntos da União Europeia, não impede a política sectorial a implementar por cada departamento.

Neste sentido, a resposta à sua questão será transmitida pelo Sr. Subsecretário Regional das Pescas, sendo certo que o Governo Regional dos Açores, desde sempre, manifestou todo o apoio, toda a dedicação, todo o empenho na defesa da nossa zona territorial marítima e manifestou, junto do Governo da República, junto das instituições da União Europeia, junto dos organismos de cooperação, de uma forma veemente, frontal, a sua posição de oposição.

**Deputado José San-Bento** (*PS*): Muito bem!

**O Orador:** Passando à sua segunda questão, em relação ao Tratado de Lisboa, confesso que tenho dificuldade em responder-lhe, porque se trata de um princípio de responsabilidade internacional.

O Estado português aprovou, ratificou e publicou o Tratado de Lisboa. Trata-se de uma impossibilidade jurídica abirmos novas negociações em relação a este Tratado de Lisboa. Em relação a isto, serei muito claro: não é possível, seria um caso de extrema irresponsabilidade e impossibilidade jurídica estarmos, agora, a abrir ou a propor, sequer, novas negociações num tratado que, do ponto de vista de Portugal, está perfeitamente encerrado, aprovado, ratificado. A seu tempo, foram devidamente transmitidas todas as posições. Agora, não seria minimamente responsável proceder a tal iniciativa.

Quanto à questão que me é colocada pelo Sr. Deputado José Cascalho em relação à Base das Lajes, pois o Sr. Secretário Regional da Presidência terá oportunidade de lhe prestar os devidos esclarecimentos.

**Presidente:** Efectivamente, está inscrito a seguir o Sr. Secretário Regional da Presidência. Tem a palavra, faça o favor.

**(\*) Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Cascalho:

Conheço a sua predilecção pelos temas relacionados com a Base das Lajes. Aliás, folgo em que isso aconteça, porque assim podemos confrontar posições, que são bastante distintas, entre esta bancada, o Governo Regional e aquelas que, pelo que já percebi, o senhor tem sobre a matéria.

Em primeiro lugar, era bom que o senhor percebesse que a Base das Lajes é uma base militar. Já era uma base militar antes da presença americana nas Lajes. A Base das Lajes não é uma base militar portuguesa e tem vocação militar, quer o senhor goste quer o senhor não goste. É assim que as infra-estruturas e os equipamentos militares são desenhados, é para isso que são constituídos e é esse o seu objectivo.

O Sr. Deputado, com certeza, por aquilo que tenho percebido, tem preocupações e zela pelas questões que se prendem com o contingente laboral português na Base das

Lajes. O contingente laboral português na Base das Lajes depende, como bem perceberá, na sua dimensão e no seu número, da utilidade e da funcionalidade da Base das Lajes, pelo que não percebo que queira defender os trabalhadores e, ao mesmo tempo, não queira que a Base das Lajes tenha novas valências. Acho isso bastante incongruente e gostava que isso ficasse aqui claro.

Depois, também não percebo, e para terminar, que o Sr. Deputado esperasse ver, numa rubrica do Plano, o estudo de impacto ambiental relacionado com a criação do treino de caças e, ao mesmo tempo, queira que as contrapartidas e o dinheiro que vem por via da Base das Lajes venha dos Estados Unidos.

Nós queremos que esse estudo seja feito, mas não queremos pagá-lo. Não seremos nós a pagá-lo porque quem tem de o fazer, quem tem de assumir o pagamento desse estudo é quem pretende provar-nos que essa nova valência é inócua do ponto de vista ambiental. É assim que nós vamos trabalhar, com essa posição responsável e de defesa dos interesses dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra, para esclarecimentos, a Sra. Deputada Zuraida Soares.

**(\*) Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Subsecretário, há aqui um mal-entendido. Em nenhum momento da minha questão inicial eu falei em renegociar o Tratado de Lisboa – embora fosse uma possibilidade, tanto mais que ele é hoje alvo de críticas, enfim, amplas na Europa e em Portugal e, até, de pessoas oriundas do seu partido e, portanto, da sua linha ideológica. Mas isso é outra questão.

Aquilo de que eu falei foi da reivindicação duma derrogação que, como sabe, é uma revogação parcial, dum artigo concreto e que não é uma impossibilidade jurídica porque o nosso país não é diferente dos outros. Se há situações, se há artigos, se há directivas deste Tratado que são negociáveis e renegociáveis com outros países – e dei-lhe o caso concreto da Irlanda – não vejo qual a razão para que Portugal não possa reivindicar para si o mesmo direito, que é: naquilo que lesa – que lesa – os seus recursos mais fundamentais do ponto de vista da Região Autónoma dos Açores, que é

o mar, pedir essa revogação, ou, pelo menos, tentar reivindicá-la, pô-la na agenda, o que não tem acontecido.

A nossa questão é esta, não é, neste momento, renegociar o Tratado.

O Sr. Subsecretário diz-me que isto é uma questão jurídica. Nós estamos absolutamente convencidos de que é uma questão política e apenas política. Não pode ser jurídica, porque ela não tem solução, como aliás se vê. Estamos há que tempos à espera de uma iniciativa – louvável – do Governo Regional dos Açores, mas que é absolutamente inócua nos seus resultados porque, quando vier a resposta, se vier, entretanto os recursos já foram suficientemente depredados e restarão poucos.

Só para nos entendermos, não foi isso que eu referi. Expliquei-me mal, provavelmente, ou então o Sr. Subsecretário quis dar-me outra resposta.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

**(\*) Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Presidência:

O senhor disse que o estudo devia ser feito pelos americanos.

**Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Pago pelos americanos!

**O Orador:** Ora eu pergunto-lhe se acha normal que sejam os americanos a realizar o estudo de impacto, pago pelos americanos.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** O impacto.

**O Orador:** Eu pergunto-lhe se faz sentido que sejam os americanos a realizar esse estudo, quando nós sabemos que, por exemplo no caso do subsolo contaminado junto à Base das Lajes, avançou-se com um estudo, com os americanos, que não deu em nada e só agora, mais tarde, com a intervenção do LNEC, a pedido da Câmara da Praia é que um novo estudo está a ser feito para, em princípio, resolver o problema.

Muito obrigado.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Gostávamos que fosse Portugal e, neste caso, a RAA!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa.

**(\*) Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

*(Rodrigo Oliveira)*: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, não vamos entrar em questões jurídicas. Uma derrogação a um tratado parcial é uma impossibilidade jurídica total. Não vou entrar por este caminho. Se quiser, do ponto de vista político, o Governo Regional, como sempre, continuará a usar todos os mecanismos legais à sua disposição dentro do mecanismo e funcionamento democrático da União Europeia.

Isto é um conceito que compreendo que tenha alguma dificuldade em compreender porque, pelas posições políticas do seu partido, parece que há aqui um eixo do mal, que seria formado pela União Europeia.

Quem tem responsabilidade do exercício do governo, quem tem a expectativa legítima de exercício do governo tem de ter posições legítimas, coerentes e exequíveis. Dentro do funcionamento normal da União Europeia, nomeadamente no âmbito da política comum de pescas, da implementação da política marítima europeia, o Governo dos Açores, por todos os mecanismos, todos os meios e em todas as instituições sempre defendeu e continuará a defender a Zona Económica Exclusiva e o mar territorial dos Açores.

Obrigado.

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu só tenho três minutos, não tinha muito tempo para intervir e estava a guardar o tempo para outras áreas mas, já que o assunto da Base das Lajes foi aqui aflorado, eu não posso deixar de transmitir a minha condenação veemente em relação às afirmações proferidas pelo Sr. Presidente do Governo Regional a respeito da Base das Lajes, quando ele, que está de saída, neste momento, do Governo Regional, irresponsavelmente nos quer deixar o passivo de dizer que não quer contrapartidas financeiras para a presença americana na Base das Lajes.

A questão que aqui coloco é se quer transformar a Base das Lajes numa nova Guantanamo, em que os americanos pagam 50 dólares por mês. É isto que o senhor

pretende, é nisto que pretende transformar, do ponto de vista estratégico, a Base das Lajes?

Desvalorizando estrategicamente a Região Autónoma dos Açores, porque o que o senhor está a fazer é, exactamente, cair no mesmo erro em que caíram os governos da República Portuguesa quando desvalorizaram, depois da queda do Muro de Berlim, a Base das Lajes. É evidente, para quem acompanha a política internacional, para quem acompanha a projecção do poder militar americano, que a Base das Lajes está longe de ter sido desvalorizada do ponto de vista estratégico.

Estas afirmações que o senhor proferiu são afirmações irresponsáveis e que afectam, gravemente, os interesses da Região.

**Deputado José Lima (PS):** O senhor não sabe o que está a dizer, não percebe nada disso.

**O Orador:** A verdade é esta: irresponsabilidade. Nós pagamos para eles estarem aqui.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar para a intervenção seguinte. Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo precisamente por si, senhor Presidente da Assembleia. Quero, nesta primeira oportunidade de estar aqui de tribuna na actual Legislatura, aproveitar este momento para o felicitar calorosamente.

O seu percurso político, senhor Presidente, atrevo-me a dizer, deve ser um exemplo para todos os açorianos, especialmente para os mais jovens, de humildade, de convicção, de persistência e de grande talento na participação política e na defesa da causa pública.

Há sensivelmente quatro meses, aprovámos nesta Assembleia o Programa do X Governo da Região Autónoma dos Açores, documento que constitui a referência enquadradora da acção governativa e da estratégia de desenvolvimento que o PS protagoniza para os Açores.

É nesse quadro que se insere a análise e o debate das Orientações de Médio Prazo 2009/2012, do Orçamento e do Plano Regional Anual 2009, documentos de desenvolvimento do investimento público na Região da maior importância para o futuro dos Açores e para a superação dos tempos delicados que atravessamos.

Este é o primeiro registo que gostaria de deixar absolutamente claro nesta fase dos nossos trabalhos aqui na Horta.

Os socialistas dos Açores não negam as dificuldades, não escondem a realidade, nem receiam o futuro.

O PS, nos Açores, afirma peremptoriamente e convictamente que estará, como esteve no passado, à altura dos desafios com que nos deparamos e das dificuldades que afectam vários sectores económicos e sociais das nossas ilhas.

Os socialistas nos Açores não governam conformados, de braços caídos e rendidos à auto-contemplação da obra feita. Não defendemos a inacção à espera que a crise passe, como defendeu em Janeiro a presidente do PSD-Açores, nem levamos quase cinco meses para apresentar pacotes vazios contra a crise.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Os tempos são difíceis, sabemos bem, mas é precisamente nestes momentos que se destacam os políticos com firmeza de convicções, com espírito de liderança e capacidade de decisão. Quem falha nestes momentos cruciais não tem outra oportunidade, não tem futuro político e não constitui nenhuma alternativa.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** Digam à vossa presidente, senhoras e senhores deputados do PSD, que não há uma segunda oportunidade para causar uma primeira boa impressão!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado Mark Marques (PSD):** Isso é uma fixação! Têm pesadelos com ela!

**O Orador:** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional anual dos Açores para 2009 desenvolve no seu Programa 21, intitulado Cooperação Externa e Migrações, com uma dotação global de 2.338.000€,

o investimento público nas seguintes áreas: Cooperação Externa, materializada pela dinamização e aprofundamento da relação com estados, entidades, instituições e organismos estrangeiros; Assuntos Europeus, prosseguidos através da relação com instâncias europeias, organismos de cooperação inter-regional, organizações internacionais e entidades territoriais mais restritas; Comunidades Açorianas referente a apoios aos açorianos que vivem no continente ou no estrangeiro; e também, numa quarta vertente, no apoio ao acolhimento e à integração de novas comunidades resultantes dos novos fluxos migratórios com destino aos Açores.

A cooperação externa é uma das áreas em que a Região viu a sua capacidade reforçada na última revisão do nosso Estatuto Político Administrativo. Esta nova perspectiva é muito relevante e a sua exploração está salvaguardada pela visão política progressista, abrangente e estruturada do projecto político do PS.

Abriu-se, assim, um novo espaço de oportunidades de cooperação e de afirmação dos nossos interesses através da intervenção externa da Região, com particular incidência em territórios insulares, regiões ultraperiféricas e territórios com os quais partilhamos valores, temos ligações históricas e culturais, ou interesses estratégicos nos planos económico e político.

Devemos, por isso, insistir e persistir nas apostas que têm sido feitas nos últimos anos e que, em alguns casos, já estão materializadas em acordos. Como são os casos dos estabelecidos com os estados norte-americanos de Massachusetts e da Califórnia e também, embora a um outro nível por se tratar de um país independente, com a República de Cabo Verde. Entendimentos nos quais o envolvimento complementar desta Assembleia também se revela proveitoso.

Estes acordos de relacionamento privilegiado no plano político, que para alguns suscitam grande cepticismo, são quase sempre precursores de maiores desenvolvimentos e de sucesso noutras áreas de cooperação. Convém recordar que qualquer processo de cooperação, ou iniciativa de investimento, beneficia se entre as regiões envolvidas existir um bom relacionamento político e institucional, que necessariamente gera confiança aos restantes agentes e facilita assim a concretização de outros projectos de cooperação em diversos domínios. O que, aliás, em vários casos, é já uma realidade no nosso arquipélago.

Esta acção deve ser prosseguida envolvendo várias áreas de interesses e também necessita de envolver com intensidade outros agentes de cooperação como a Universidade, empresas, instituições privadas e associações culturais.

Outro domínio onde os Açores continuarão a fazer uma grande aposta estratégica é nos Assuntos Europeus. O futuro da nossa Região dependerá em muito do sucesso da construção europeia, pelo que se torna imperativo o nosso envolvimento activo e a nossa influência permanente nos mecanismos decisórios da União.

Por esse motivo o PS vê com grande satisfação a aposta que o Governo fará no fortalecimento da participação da Região nos processos de consulta pública, de elaboração e concretização de documentos políticos e legislativos da União Europeia. Esta é uma área de influência vital para a salvaguarda do nosso desenvolvimento futuro e para a defesa dos nossos interesses, sobretudo nas áreas económicas relacionadas com os sectores tradicionais.

Esta linha de actuação possibilita também garantir mais meios e melhores condições para ultrapassar os nossos constrangimentos estruturais através de políticas comunitárias de coesão, de convergência, de desenvolvimento sustentável e de competitividade melhor adaptadas às nossas especificidades.

Os Açores, bem como outras Regiões Ultra Periféricas, adquiriram nos últimos anos, depois do reconhecimento formal da sua excepcionalidade em 1999, uma importância reforçada, constituindo na actualidade uma plataforma de política externa e de cooperação da União Europeia com vários espaços extra comunitários. Esta nova relevância das RUP's no seio da União impõe aos Açores, por factores históricos, culturais e geográficos, uma responsabilidade acrescida na concretização dessa influência crescente e na afirmação dessa tendência recente.

Um outro domínio onde o Governo não deve manifestar hesitação em conjugar os verbos continuar, aprofundar e reforçar é na política relacionada com as Comunidades açorianas emigradas.

O trabalho desenvolvido pelos Governos do PS nesta área é extremamente positivo, sendo por isso muito importante continuar com revigorada energia este percurso de engrandecimento e de sucesso.

Do ponto de vista que interessa aqui salientar, os Açores são muito mais do que o povo que habita estas ilhas, podendo ser considerados como uma vasta comunidade emigrada espalhada por diversos países e territórios, com uma identidade cultural própria que necessita ser preservada como tem sido feito, mas que actualmente, fruto do seu desenvolvimento e integração, detém a capacidade de projectar os interesses da Região nos planos político, económico, cultural e institucional nesses locais. Esta é a abordagem que devemos continuar a promover e que exige um esforço permanente de organização e de optimização dos apoios à melhoria da representatividade e da capacidade de influência dessas comunidades nos países de acolhimento.

É por isso com grande satisfação que o Grupo Parlamentar do PS regista a continuação da aposta em instrumentos de cooperação e divulgação dos Açores nos estados, províncias e regiões em que as nossas comunidades emigradas possam constituir elos de ligação com as sociedades locais e com os poderes político e económico dessas mesmas regiões.

Também registamos como positivo o reforço previsto ao nível da promoção de iniciativas como ciclos de conferências, a realizar em diversos países, intercâmbios escolares entre os Açores e as Comunidades, apoio à divulgação de programas culturais e informativos, e protocolos de cooperação com instituições de índole social e cultural.

Merece também um destaque especial a intenção manifestada pelo Governo de dinamizar a rede de Casas dos Açores como entidades prestadoras de serviços à comunidade e como centros promotores da representação de interesses de promoção externa da Região.

Foi também graças aos Governos do PS que os Açores deixaram de ser uma espécie de último reduto do atraso, do fatalismo e do conformismo.

Graças a um forte desenvolvimento económico e social nos últimos anos, os Açores constituem hoje uma economia com potencialidades e com capacidade de atrair investimento e gerar oportunidades diversas.

Nesta emergente realidade social, económica e cultural, os Açores passaram a ser um território mais próspero e desenvolvido atraindo, naturalmente, uma nova vaga de imigração, sobretudo provenientes de países da CPLP e também de países de Leste.

Esta realidade trouxe novos desafios de acolhimento e integração dessas comunidades. Trata-se de um processo complexo, difícil em alguns casos, mas que tem sido superado através de diversas medidas e parcerias com instituições e associações de solidariedade social. E para quem tiver dúvidas sobre o sucesso dessa integração basta observar, com atenção, vários indicadores ao nível educativo, desportivo e cultural.

Apesar dos sucessos alcançados, consideramos que o Governo tem razão na pretensão de valorizar essas comunidades imigradas ainda mais e na ambição de querer melhorar o nível de atendimento dos serviços de cariz público disponibilizados a estas comunidades imigradas, sobretudo nos domínios do apoio jurídico, administrativo e laboral.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com o início do período de governação do PS nos Açores, em 1996, implementou-se uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo que abriu o ciclo de ouro da nossa Autonomia, primeiro no plano interno e posteriormente ao nível externo.

Conforme tentei aqui provar, foi graças aos governos do PS, e à maioria parlamentar do PS, que hoje os Açores são indiscutivelmente uma Região aberta ao Mundo, moderna, envolvida na construção europeia, e um sujeito activo, de forma determinada e inédita, no espaço da lusofonia, da Macaronésia, e também profundamente envolvido no fortalecimento da nossa natural vocação transatlântica.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Essa parte foi *copy paste*. Já ouvi isso em qualquer lado.

**O Orador:** O momento actual, em que o Mundo está condenado a cooperar numa teia de interdependências para superar a primeira crise global da Globalização, proporciona à Região diversas oportunidades, não isentas de riscos, é certo, de aprofundamento de parcerias estabelecidas e no desenvolvimento de novas relações

exteriores que afirmem os nossos valores comuns e salvaguardem os nossos interesses.

Estes objectivos estratégicos e as linhas de actuação para os atingir estão salvaguardados, do nosso ponto de vista, nos documentos cuja análise e debate aqui nos debruçamos nestes dias e cuja aprovação constituirá um claro sinal, em tempos difíceis, de responsabilidade e de confiança dos agentes políticos aos agentes económicos e sociais. Este sinal, sublinho, é muito importante do ponto de vista do optimismo e da confiança que poderá conter. Veremos, no final dos nossos trabalhos, quais as forças políticas que compreenderam o alcance do momento histórico que se nos depara.

Todavia, torna-se oportuno reafirmar, na actual conjuntura de dificuldades, que o percurso político que é necessário trilhar na Região nos próximos tempos, marcado por medidas excepcionais em tempos excepcionais, está salvaguardado pelas condições de estabilidade e de governabilidade conferidas pela maioria absoluta parlamentar que o PS dispõe nesta Assembleia.

E são essas condições que deveremos continuar a assegurar! Contra os outros partidos políticos se tiver mesmo de ser, a favor dos Açores como sempre tem sido!

Disse!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições na sequência desta intervenção.

Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**(\*) Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, queria agradecer em nome do PSD as referências feitas pelo Sr. Deputado José San-Bento ao PSD, que vêm sendo recorrentes...

**Deputado Berto Messias (PS):** Não era preciso, Sr. Deputado, não se incomode!

**O Orador:** ...sobretudo ao longo destes últimos tempos, o que só demonstra a importância que o PSD tem para o Partido Socialista.

Quem começa uma intervenção a falar com tanto entusiasmo do PSD é porque reconhece, de facto, a importância que o PSD tem.

Normalmente, no início das nossas intervenções referimos aquilo que achamos mais importante. Se formos a ver, na generalidade, se não na totalidade das intervenções do PS, o princípio refere-se ao PSD, acentuando e assinalando, por isso, a importância que este partido tem para o Partido Socialista.

Por falta de tempo, por uma questão de gestão de tempo, não vou fazer uma referência exaustiva às questões que estão aqui em debate porque, de resto, não se resumem a este debate as posições que os vários partidos têm sobre os assuntos da vida política regional, mas não posso deixar passar a oportunidade sem registar uma preocupação que o PSD, de resto, vem manifestando ao longo dos anos, relativamente a uma questão que tem a ver com relações internacionais e o acordo internacional decorrente da utilização da Base das Lajes.

A polémica sobre esta matéria é recorrente. No entanto, como sempre dizemos, o principal benefício que este acordo tem para os Açores está nos postos de trabalho. É este benefício que não pode, de modo algum, ser posto em causa ou ser menorizado.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Nessa perspectiva, é com grande preocupação que ouvimos falar em continuidade relativamente a uma postura que tem sido de desconsideração, relativamente aos trabalhadores da Base das Lajes.

**Deputados Rui Ramos (PSD) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! Muito bem!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Isso é mentira!

**O Orador:** De facto, nesta matéria, quando vemos o Sr. Presidente do Governo a dizer, como disse ainda há pouco tempo, que as situações relativas aos trabalhadores da Base das Lajes estão todas bem encaminhadas ou praticamente resolvidas e, poucos dias depois, vêm-se anúncios de mais despedimentos, isto é de veras preocupante.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Feitos por si!

**O Orador:** Obviamente que, depois, vêm tentar remediar o problema, dizendo que afinal era um lapso.

O que é certo é que trabalhadores que estão há mais de sete anos com contrato a prazo, num regime de estado de direito, continuam em contrato a prazo, quando não são despedidos.

Isto é, no mínimo, lamentável.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Os senhores é que fazem os anúncios dos despedimentos e depois vêm desmentir.

**O Orador:** Mais lamentável é, mas sobretudo mais preocupante é, quando é o próprio Presidente do Governo a dizer que está tudo bem, está tudo resolvido.

O PSD, em Agosto de 2008, tinha alertado para esta situação. Ela aconteceu. Parece que, pelos vistos, também aqui como no resto da realidade política regional, para esta maioria que ainda existe nos Açores, está tudo bem.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Tenham mais sentido de responsabilidade.

**O Orador:** Pelos vistos e mais uma vez está tudo bem para o Governo e para o Partido Socialista. Para os açorianos, neste caso concreto para os trabalhadores da Base das Lajes, não está tudo bem.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Estamos do lado em que devemos estar, do lado dos açorianos. Neste caso concreto, a defender os interesses dos trabalhadores portugueses, acima de qualquer outro interesse, presente ou futuro.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

**(\*) Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Apenas para esclarecer um equívoco: a minha abordagem não teve a ver com a importância do PSD. Teve a ver, sim, com a importância que constitui o falhanço monumental, no momento crucial, da resposta do PSD. Isso é que eu quis salientar e por isso é que eu disse, e reitero, que não há, efectivamente, uma segunda oportunidade para causar uma boa primeira impressão. Toda a gente percebeu isso, tanto é que isso incomodou e o senhor sentiu necessidade, para falar da Base das Lajes, de referir esse assunto.

Em segundo lugar, gostava de lhe dizer, já que falou na questão da Base das Lajes, Sr. Deputado, para ver se nos entendemos e também com algumas restrições de tempo, e de uma forma muito clara, o seguinte: é óbvio que, quer do ponto de vista deste Grupo Parlamentar, quer do ponto de vista do Governo Regional, da forma como tem actuado, com o sentido de estado que tem tido, com a defesa intransigente dos nossos interesses e dos interesses dos trabalhadores, nós achamos que as suas declarações só visam fazer a colagem do PSD ao tratamento deste assunto.

Este assunto, como sabe, é complexo, é difícil, mas, na medida dos meios de intervenção do Governo Regional, tem sido tratado com toda a cautela e salvaguardando sempre os interesses da Região e os interesses dos trabalhadores.

Quanto às outras questões que refere, relacionadas com o futuro da Base das Lajes e da sua utilização, convém salientar o seguinte: aquilo que está a ser feito é uma avaliação cuidadosa dos impactos nas populações, dos impactos ambientais e, também, dos impactos ao nível do aumento do tráfego aéreo e das implicações que isso poderá ter na aviação civil. Isto prova que quem está a fazer essas negociações está, também, a respeitar e a defender os interesses da nossa Região, por via da influência e do trabalho determinado do Governo e que é justo aqui salientar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**(\*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Sobre a questão que levantou e sobre a maneira como trata estas questões, o senhor teve a resposta que merecia no dia em que foram anunciados e suspensos os tais

últimos despedimentos na Base das Lajes. O Sr. Deputado é o portador das notícias de despedimento que nunca se confirmam e continuará com essa fama porque, se as notícias de despedimento que o Sr. Deputado normalmente aqui traz ou traz a público fossem confirmadas, a Base das Lajes já tinha um saldo negativo de trabalhadores.

*(Aplausos da bancada do PS)*

Quanto a isso estamos conversados.

Vamos às responsabilidades do seu partido.

O Sr. Deputado acusa-nos de não termos em consideração os interesses dos trabalhadores da Base das Lajes, e eu vou mostrar-lhe a consideração do seu partido, Sr. Deputado.

Entre 1990 e 1996, eram os senhores governo, a Base das Lajes perdeu 600 postos de trabalho – repito: 600 postos de trabalho.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** E há doze anos?

**O Orador:** Nos 12 anos de governo do PS, a Base das Lajes tem menos 70 postos de trabalho, Sr. Deputado.

**Deputado António Marinho (PSD):** O senhor tem de comunicar isso é aos trabalhadores.

**O Orador:** Agora diga aos trabalhadores da Base das Lajes quem é que defende o contingente laboral português na Base das Lajes.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O senhor nem sequer sabe quantos são!

**O Orador:** Mostre aos trabalhadores da Base das Lajes o trabalho que o seu partido fez.

Mais: para que não fiquem dúvidas e para que não haja mitos urbanos sobre esta matéria, o Sr. Deputado vai ser esclarecido numa outra questão.

Os senhores gostam de dizer que, no âmbito deste acordo, nós prescindimos das contrapartidas financeiras, mas quem prescindiu foram os senhores, Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** E os senhores também!

**O Orador:** Foram os senhores que negociaram este acordo.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Eu nunca disse isso!

**O Orador:** Disse, disse.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Não disse!

**O Orador:** Mas eu agora aproveito para esclarecer, se o senhor me deixar.

O representante do governo regional da altura, nas negociações do acordo actual, o Dr. António Meneses, dizia, a 3 de Junho de 1995, Sr. Deputado, num jornal da nossa praça: “à semelhança do que tem feito perante as outras autoridades, este acordo não pode ser considerado um acordo excelente. É um acordo positivo para o país, para os trabalhadores e para a Região, apesar de não haver as anteriores contrapartidas financeiras”.

Sr. Deputado, isto foi dito por uma pessoa ligada ao seu partido e que representava a Região nas negociações deste acordo. Agora, diga também aos trabalhadores da Base quem é o responsável pelo acordo que existe actualmente e quem é o responsável pela perda de 600 postos de trabalho.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos mais uma vez nesta câmara, centro nevrálgico do debate político, para análise e discussão de documentos que deveriam traçar o rumo para um desenvolvimento harmónico e assim podermos construir agora no presente, um futuro mais risonho.

Com certeza iremos, durante este debate, ouvir muitos deputados e membros do Governo socialista fazerem comparações com o que era apresentado há 13 anos nesta casa, ou seja, no longínquo ano de 1996.

Como que se o mundo Açoriano tivesse começado em 1996.

Comparar estes documentos com os apresentados há 13 anos atrás, é próprio de quem não se revê nesta governação socialista, não está, nem vive o presente e, muito mais grave do que isso, é próprio de quem não tem perspectivas de futuro.

**Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):**

Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Estes documentos agora em apreciação não correspondem aquilo que foi as expectativas dos Jorgenses, nem retractam aquilo que o partido socialista prometeu em campanha eleitoral.

Os Jorgenses tinham razão.

A maioria dos Jorgenses não votou no partido socialista.

Mesmo que os Socialistas repitam vezes sem conta de que os Jorgenses votaram de uma forma expressiva.

A verdade é que a maioria dos Jorgenses votou em outros partidos.

Ou seja a maioria dos Jorgenses não se revê nesta política do Partido Socialista para a Ilha de São Jorge.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** É preciso ter descaramento!

*(Risos da bancada do Governo)*

**O Orador:** Os senhores façam as contas. Esse é o vosso discurso.

Para os Jorgenses o entendimento sobre o que deve ser o desenvolvimento harmónico não é este, senão vejamos:

Portos:

Porto Comercial de São Jorge – Velas.

A ampliação do Porto Comercial de São Jorge – Velas, é uma obra sistematicamente adiada ano após ano, de mandato em mandato, obra esta mais que necessária para o desenvolvimento do sector económico da Ilha, e considerando que o existente se encontra manifestamente estrangulado com o movimento que ali é gerado.

Nestes documentos em apreciação apenas encontramos mais uma vez mencionada a elaboração para o projecto de ampliação do Porto das Velas.

Ou seja ao fim de 16 anos de governação Socialista o Porto Comercial de São Jorge será uma miragem.

Penso que nesta data, ao discutir-se sobre a localização do parque de combustíveis, seria a altura certa para ampliar este porto e conquistar ao mar espaço para implantar os reservatórios e não como estão para fazer, colocando reservatórios no parque de contentores rodeando um edifício (Clube Naval de Velas) onde funciona um restaurante. Uma autentica bomba-relógio.

O Sr. Secretário da Economia foi a S. Jorge dizer “arranjem soluções”. Mas os senhores estão sempre a dizer: o Governo está aqui para resolver os problemas.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Está resolvendo e vai resolver!

**O Orador:** Então o Governo vai resolver o problema, não vai lá dizer aos Jorgenses para resolverem o problema.

Diria mais: uma irresponsabilidade tremenda, Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Quem é que foi lá dizer que não resolvia o problema?

**O Orador:** Porto do Topo.

Prometido em campanha eleitoral: requalificação do porto do Topo.

Nestes documentos, nem uma referencia sobre este assunto.

No entanto, em Comunicado do Conselho do Governo da semana passada, lá tem o ponto 22. Mandar elaborar o projecto de requalificação deste porto.

Será desta? Já ouço isto há muito tempo, porque eu há muito tempo que ando nesta casa.

**Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): É verdade!

**O Orador:** Eu não disse há tempo demais, eu disse há muito tempo.

Porto de Pescas das Velas.

Obra prometida há muito.

Foi motivo de propaganda aquando das visitas estatutárias do Governo Regional à Ilha de São Jorge, com honras de desenhos e mais desenhos, mas ao que parece continua nas “calendas gregas”.

No entanto, Sr. Subsecretário das Pescas, e para não “arrefecer o povo”, na semana passada lá se voltou a falar do dito porto e que em breve a obra será lançada a concurso.

As verbas inscritas nestes documentos são deveras insuficientes para de facto dar andamento às obras dos portos da Fajã do Ouvidor, Urzelina e porto de pescas das Velas.

Deixo aqui um alerta ao Sr. Subsecretário Regional das Pescas, para junto dos técnicos terem em atenção ao comportamento do mar no porto da Fajã do Ouvidor.

Não é uma crítica, até porque não sou especialista na matéria, mas tenho sido contactado por diversas pessoas ligadas ao mar.

Fica a sugestão enquanto é tempo de corrigir a obra em curso.

Rede viária.

A reabilitação dos acessos às Vilas de Velas e Calheta é uma necessidade extrema.

O troço de estrada regional entre o Cruzamento da Beira e a entrada da Vila das Velas, com cerca de 2 km, encontra-se em péssimo estado e, como é do conhecimento da Secretaria Regional dos Equipamentos, este é o troço de estrada regional em São Jorge com maior movimento.

O troço da estrada regional entre a Relvinha e a Vila da Calheta, com cerca de 2 km, ou Matadouro/Calheta, como o Sr. Secretário gosta de dizer, brincando com isso, 4,5 km, também se encontra em péssimo estado.

Consideramos que a verba inscrita de 400 mil euros é insuficiente e deixa bem claro de que estas obras não irão ser realizadas para breve.

O nosso protesto e o nosso lamento.

Agricultura.

O abastecimento de água á lavoura, agora denominada de forma moderna como “água agrícola”, continua a ser um problema na Ilha de São Jorge.

Apesar de 13 anos de paliativos neste sector, com a colocação de reservatórios, a verdade é que esta solução não tem sido eficaz, tem sido como referi “um paliativo”.

Continuamos a achar que a resolução deste problema passa pela construção de lagoas artificiais para a retenção de água no Inverno para ser utilizada no Verão.

Quero no entanto congratular-me com a “evolução” que tiveram sobre este assunto, quando na semana passada em São Jorge, anunciaram em Comunicado do Conselho do Governo que determinavam que o IROA – SA, desenvolva os trabalhos de prospecção para a localização de um furo destinado à captação de água para o abastecimento da agro-pecuária.

Penso que assim talvez teremos os problemas um dia resolvidos, e não com o proliferar de pequenos reservatórios como tem sido feito ao longo destes anos.

Sobre os POA`s – Perímetros de Ordenamento Agrário – estes documentos apenas referem o POA Beira/Rosais, não fazendo qualquer menção aos POAs de Santo Antão/Topo, nem sobre a criação do POA Ribeira Seca/Biscoitos.

De referir que sobre o POA de Beira/Rosais apenas foi adjudicada uma parte das pavimentações, uma vez que o referido perímetro tem 16 km de estrada e apenas 7 km foram adjudicados.

Quanto ao POA de Santo Antão/Topo, apenas foram pavimentados 3 km, faltando os restantes 4,5 km.

Transportes Aéreos.

A ampliação da pista do aeródromo da Ilha de São Jorge, reivindicada há muito pelos Jorgenses, poderá desta vez começar a ver a luz do dia.

A verba inscrita para esta acção assim o demonstra.

Lamentamos que esta obra apenas venha fazer com que fiquemos mais ou menos na mesma, ou seja continuaremos a ter um aeródromo com capacidade apenas para operação de aviões de pequeno porte.

A situação mais preocupante nestes últimos tempos é a devastação que pretendem fazer nos arredores do aeródromo, destruindo casas de habitação e vários prédios de vinha e árvores de fruto, bem como o impacto ambiental que isso terá, apenas para alargar a pista em 15 metros.

Continuamos sem compreender o porquê deste procedimento.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Não seja por isso! O senhor quer fazer omeletas sem ovos.

**O Orador:** Não queremos acreditar que seja para se poupar no transporte de entulho para se fazer o aterro no lado oeste da pista?

Sr. Secretário, num aparte a esta intervenção, quero dizer que os senhores foram fazer um *show-off* com a apresentação da pista do aeródromo no auditório de São Jorge e deixaram muita gente, que estava lá para colocar algumas questões, e ninguém disse nada.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Foram contactados.

**O Orador:** Não foram contactados, não senhor.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Foram contactados porta a porta.

**O Orador:** Foram contactados os proprietários, os proprietários estiveram no auditório, o Sr. Presidente do Governo fez o *show-off*, acabou o tempo de antena e ninguém fez perguntas. Assim é que o vosso governo fala.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** A Sra. Directora Regional dos Transportes, o Sr. Presidente da SATA...

**O Orador:** Fica assim registado para memória futura no diário das sessões as preocupações dos Jorgenses sobre esta matéria.

Sobre os transportes marítimos, reivindicados há muito, prometidos vezes sem conta em cada visita estatutária do Governo Regional à Ilha de São Jorge.

Prometido em cada panfleto de campanha eleitoral do Partido Socialista de quatro em quatro anos.

Refiro-me às ligações marítimas diárias durante todo o ano entre as Ilhas de São Jorge, Pico e Faial.

Estamos conscientes de que esta rota de início não será rentável, mas a verdade é que teremos de criar a rota para depois podermos ter a procura por parte dos utentes.

Sabemos que a empresa Transmaçor está aberta a esta iniciativa.

Ao que parece, continua é a faltar a vontade política deste Governo.

Na área social, queria fazer uma referência aos Equipamentos de Apoio a Idosos.

A construção de um Lar de Idosos na Calheta volta a ser inscrita nestes documentos, com uma verba no valor de 500.000,00 €.

Já nos habituámos a ver, ano após ano e sobretudo em ano de eleições, o anúncio da construção deste lar.

Por isso seremos mais uma vez como “São Tomé”: ver para crer.

Fazemos votos que seja desta.

Quanto à promessa eleitoral de apoiar a construção de um Lar de Idosos de apoio à zona do Topo e Santo Antão, nem uma palavra consta nestes documentos.

Mas como fazemos oposição sempre pela positiva, sempre em defesa dos interesses daqueles que nos elegeram, e sempre com a verdade, quero aqui realçar a boa colaboração institucional que a então Secretaria Regional dos Assuntos Sociais teve na pessoa do então Secretário Regional Dr. Domingos Cunha, caro conterrâneo, na compreensão das dificuldades no Lar de Idosos das Velas, em que hoje, após uma gestão rigorosa e com a colaboração muito pronta da Secretaria Regional, podemos apresentar uma valência de Centro de Cuidados Continuados a funcionar em pleno e em estreita colaboração com os Centros de Saúde de Velas e Calheta.

Estamos certos de que com a nova titular da pasta Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Marques teremos de certeza a mesma colaboração Institucional. De resto, deixe que o diga, apesar do pouco tempo que tem esta pasta, já o demonstrou claramente.

Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude.

Na campanha eleitoral tinham no seu manifesto “Apoiar a reconstrução do edifício do centro de acolhimento temporário, na Urzelina bem como apoiar a remodelação de edifício para instalação de cozinha de apoio às várias valências do Instituto de Santa Catarina”.

Em anos anteriores lá ia aparecendo uma verba inscrita, mas neste ano 2009 simplesmente desapareceu esta intenção. Deixamos o nosso lamento.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Porque o tempo urge, apenas realcei alguns dos aspectos menos positivos destes documentos.

Documentos estes em que, mesmo em números, a Ilha de São Jorge está em 3º lugar. Mas a verdade é que ao longo dos anos ao que vamos assistindo é que, na prática, outros ficam no pelotão da frente e nós cada vez mais atrás.

Lamentamos que alguns socialistas nesta casa não consigam admitir que 13 anos é tempo demais para estar sempre a deitar as culpas para cima dos outros.

Os Jorgenses merecem que façamos tudo pela nossa terra.

Os Jorgenses são pessoas de palavra.

Os Jorgenses esperam que os políticos que elegeram cumpram a sua palavra. Por uma questão de honra e de verdade.

Obrigado.

**Deputados Clélio Meneses, José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes (PSD):** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado Rogério Veiros. Tem a palavra, faça o favor.

**(\*) Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois das afirmações feitas pelo Sr. Deputado Mark Marques acerca do último resultado eleitoral em São Jorge, apetece-me dizer, Sr. Deputado, que realmente a maioria dos jorgenses não votou *ainda* no PS mas, ao ritmo a que nós crescemos e ao ritmo a que o senhor faz baixar o seu partido, daqui a dias a *minoría* dos jorgenses votará, efectivamente, no PSD.

**Deputados José San-Bento e Ricardo Cabral (PS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Também gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, que os jorgenses demonstraram e têm demonstrado cada vez mais o reconhecimento pelo trabalho dos socialistas.

Nas últimas eleições, nós fomos extremamente satisfeitos no porta-a-porta em demonstrar, sobre o nosso manifesto de quatro anos antes, o que cumprimos e o que faltava cumprir, dizendo a verdade aos jorgenses: “falta-nos cumprir isto, isto e isto”. Mas nós tivemos um cumprimento de quase 100% no nosso manifesto eleitoral. Repito: quase 100%, Sr. Deputado.

Isso é ímpar na democracia, isso é ímpar hoje, num dia em que muitas vezes se criticam os políticos por serem demagógicos e por não cumprirem aquilo que prometem.

Mas o Partido Socialista em São Jorge cumpriu aquilo que prometeu e os jorgenses souberam reconhecer dando, pela primeira vez, uma vitória ao Partido Socialista, numa ilha onde historicamente o PS nunca tinha ganho eleições.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Relativamente às questões que o senhor aqui trouxe, gostaria de lhe dizer que folgo em saber que os senhores já perceberam que o abastecimento de água à lavoura não se faz – como os senhores prometeram em campanha eleitoral e os jorgenses não acreditaram – com três lagoas artificiais. Afinal, o senhor já mudou de opinião. Em poucos meses, os senhores já aprenderam qualquer coisa. Não sei se mudaram de especialista na área da agricultura na vossa bancada, mas os senhores estão a começar a aproximar-se, ou porque estão a aprender connosco, ou porque realmente estão a mudar.

Relativamente à questão do POA do Topo, o senhor diz que foram pavimentados x km e que falta pavimentar 4,5 km. Sr. Deputado, francamente, se o senhor acha que os nossos projectos para o POA do Topo se resumem a pavimentar mais 4,5 km de estrada, o senhor não sabe do assunto e não anda neste mundo.

O POA do Topo é uma obra com um alcance muito superior, com a pavimentação de largas dezenas de quilómetros naquela zona do Topo, com o abastecimento de água à lavoura e com uma intervenção muito mais ambiciosa. Essa sua afirmação demonstra a mediocridade da ambição do PSD para a Ilha de São Jorge.

Sr. Deputado, gostaria de lhe dizer que, relativamente ao aeroporto de São Jorge, foram contactadas pessoa a pessoa, casa a casa, sobre o assunto do aeroporto de São Jorge. Mas o que eu lamento foi aquilo que foi demonstrado no Conselho de Ilha, em que o Sr. Secretário mostrou os pedidos de informação prévia sobre construção de habitação em São Jorge, em que o Governo deu parecer negativo sobre construção de determinadas habitações e o poder local do PSD, irresponsavelmente, autorizou essas construções, colocando agora o Governo Regional numa situação difícil na ampliação do seu aeroporto e tendo de indemnizar essas pessoas, que hoje são prejudicadas pela vossa irresponsabilidade.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Muito bem!

**O Orador:** Essa é que é a grande verdade.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sobre a questão do lar de idosos, gostaria de o informar que já está a concurso e já tem muitas empresas a querer concorrer, situação que nos agrada, porque é sinal que vamos ter um concurso apetecido, para uma grande e merecida obra em São Jorge, o lar de idosos da Calheta.

Quanto às restantes obras que são promessas eleitorais nossas, Sr. Deputado, daqui a quatro anos nós vamos para a campanha das legislativas com as nossas promessas cumpridas e, aí, espero que dessa vez aconteça aquilo que o senhor está a profetizar, mas ao contrário, ou seja: a *minoría* irá votar no PSD em 2012.

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

**(\* Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas um minuto, para não roubar tempo aos meus companheiros de bancada.

Sr. Deputado, sobre a questão do aeroporto queria esclarecer que, de facto, houve uma sessão em que o Sr. Presidente do Governo foi ao auditório, para a qual ninguém foi convidado (eu tive acesso ao programa), mas as pessoas souberam e foram lá. E foram lá, de facto, para colocar questões. É verdade o que o Sr. Secretário diz, que as pessoas foram contactadas uma a uma, eu próprio fiz um requerimento sobre isso, é verdade. Mas o que as pessoas não sabem é como está avaliado o terreno.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Não está, vai ser avaliado!

**O Orador:** Sim, mas ninguém diz nada.

As pessoas foram, naquele dia, ao auditório para serem ouvidas e os senhores fizeram aquela sessão para a comunicação social, apresentaram aquela gráfica, aquela Sra. Engenheira muito simpática assim em desenho animado, o Sr. Presidente do Governo

fez a sua intervenção e pronto, ficou o *take* feito para a comunicação social e as pessoas ficaram sentadas.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Não foi o *take* feito.

**O Orador:** Foi esse o assunto.

Sobre a questão de querer responsabilizar o Sr. Secretário da Economia, ele é um parlamentar muito habilidoso e já ia para o Conselho de Ilha...

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Não tem nada a ver com habilidade, tem a ver com verdade.

**O Orador:** ...com um documento que dizia que a Câmara Municipal das Velas – apesar do Sr. Deputado Rogério Veiros estar em campanha eleitoral, porque ele é candidato autárquico e eu não sou, estou à vontade...

**Deputado Ricardo Cabral** (*PS*): Mas não ajuda o seu partido?

**O Orador:** ...ajudo, ajudo – que a Câmara Municipal das Velas tinha autorizado a construção de uma habitação. Tanto quanto eu sei, são seis habitações.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): O que é que isso interessa?

**O Orador:** Interessa, sim. Então não interessa?

O Sr. Presidente da Câmara fez a *mea culpa* e disse: “eu responsabilizo-me por esta e o Governo pelas outras cinco”.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Ele não disse isso, não disse que eu me responsabilizava pelas outras.

**O Orador:** Disse, sim senhor. Disse: “se eu tiver este pecado, o Governo terá os outros”. É a mesma lógica.

Penso que mais de 13 anos é um período mais do que suficiente para não andar a pôr a culpa para cima dos outros.

Sr. Deputado Rogério Veiros, eu percebo a sua preocupação em ter de intervir sobre os assuntos e dizer que evoluiu, falar do lar de idosos da Calheta, do porto, do Topo, de Santo Antão, está na sua área política.

**Deputado Rogério Veiros** (*PS*): Eu não falei no porto!

**O Orador:** Eu sei que daqui até lá vai fazer campanha, desejo-lhe muita sorte na campanha mas, com toda a modéstia, nunca lhe vou chamar de medíocre, como o senhor acabou de dizer aqui.

O senhor, de vez em quando, entusiasma-se um pouco na sua linguagem, sabe? A política tem de ser feita com algum nível, com muito entusiasmo mas também com nível. O senhor vir aqui dizer que o PSD é medíocre, que o que nós dizemos é medíocre, o senhor vá ao dicionário e veja o que quer dizer medíocre.

Já falta, aqui na sua bancada, a Sra. Deputada Mariana Matos, que era muito atenta a essas coisas. Quando havia alguém que dizia uma certa palavra, ela, como enciclopédia, acusava logo.

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Ela está a ouvi-lo.

**O Orador:** Está a fazer-lhe falta a Sra. Deputada Mariana Matos e ela está a ouvir. Uma deputada muito simpática.

Portanto, Sr. Deputado, modere mais a linguagem que só lhe fica bem. Só lhe fica bem o senhor manter esse entusiasmo que tem, que eu também ponho entusiasmo nas coisas, mas eu modero a linguagem. Está bem, Sr. Deputado?

Muito obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

**(\*) Deputado Rogério Veiros** (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, este é o quinto Orçamento que nós discutimos aqui desde que eu estou no parlamento e gostaria de lhe dizer que o seu discurso é sempre o mesmo, não muda.

**Deputado António Marinho** (*PSD*): Olha quem fala!

**Deputado Mark Marques** (*PSD*): O senhor esteve cá esse tempo todo!

**O Orador:** Relativamente àquilo de que o senhor fala, sobre a apresentação do aeroporto de São Jorge, gostaria de lhe fazer dois esclarecimentos.

O primeiro: o PSD levantou questões sobre o aeroporto de São Jorge, numa primeira fase.

**Deputado Mark Marques** (*PSD*): E o PP?

**O Orador:** Já foi esclarecido que foi um concurso de concepção/construção. Demorou muito tempo e perceberam que tinha de ser naqueles trâmites, face ao tipo de concurso que foi lançado em Setembro passado.

Segundo, o senhor vem falar de banda desenhada.

Sr. Deputado, não foi banda desenhada. Aquilo foi a apresentação de um projecto que o Governo já pôs a concurso e vai fazer. Não é banda desenhada.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Já tenho isto há muito tempo! O projecto está aqui.

**O Orador:** Banda desenhada foi o que eu tive ocasião de ver, nos corredores do auditório das Velas, em que estava afixada na parede a banda desenhada encomendada pelo vosso candidato à Câmara das Velas. Isso é que era banda desenhada, Sr. Deputado.

Mais: Sr. Deputado, eu não lhe chamei medíocre a si.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Chamou ao PSD.

**O Orador:** Eu disse que a ambição do PSD é medíocre, é de uma mediocridade, porque os senhores virem aqui dizer – e está escrito, está na sua intervenção – que falta pavimentar 4,5 km no POA do Topo e Santo Antão, Sr. Deputado, francamente, isso é ser medíocre.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não falta?

**O Orador:** Falta muito mais do que isso, pelo amor de Deus!

O senhor vá verificar o projecto do POA do Topo, dirija-se ao serviço de desenvolvimento agrário, peça uma cópia do projecto e verifique o que é uma obra de intervenção num POA.

O senhor não sabe do que está a falar, o senhor nem sequer sabe qual a intervenção que para ali está programada.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Claro que não. O senhor é que sabe.

**O Orador:** Desculpe que lhe diga, mas tenho de repetir: dizer que para terminar o POA do Topo faltam 4,5 km é muita mediocridade.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Eu não disse que era para terminar.

**O Orador:** Volto a repetir e voltarei a repetir as vezes que forem necessárias.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Vai ficar a falar sozinho.

**O Orador:** Sr. Deputado, fico realmente triste com isso, porque os senhores não têm grande ambição para São Jorge.

Agora também lhe digo: o Partido Socialista fica francamente satisfeito porque, realmente, vai continuar a capitalizar votos e a roubar votos no vosso eleitorado.

Muito obrigado.

**Voices de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Há-de ser o que o povo quiser!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos fazer um intervalo. Retomamos os nossos trabalhos daqui a 30 minutos.

*(Eram 11 horas e 25 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*(Eram 12,00 horas)*

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP tem, em primeiro lugar, que manifestar a sua satisfação pelo facto de a Ilha de São Jorge, pela terceira vez consecutiva desde o início do milénio, estar destacada em terceiro lugar na lista de ilhas com maior investimento previsto para este ano 2009, gozando ainda do maior investimento previsto de sempre.

Aparentemente, a reviravolta em termos de resultado eleitoral vai dar frutos aos Jorgenses.

No entanto, esperamos que os investimentos previstos passem dos papéis à realidade. Já basta de prometer aos Jorgenses e não cumprir!

Têm sido muitos os investimentos prometidos, anunciados, re-anunciados e re-prometidos em sucessivos Planos e em sucessivas acções públicas, os quais continuam, até hoje, por avançar.

Promessas vãs e demagogia são coisas simples de fazer. Tomemos como exemplo, a intervenção do Sr. Deputado Rogério Veiros nesta Casa, em 19 de Fevereiro 2008.

Fazendo um balanço da Legislatura, o Sr. Deputado afirmava que se tinha reforçado “as condições de apoio à lavoura, sala de desmancha e parque de exposições de gado” de São Jorge.

E prosseguia: “Todos estes objectivos foram concretizados ou estão em face final de concretização. Já não são promessas, mas uma realidade...”

Tomemos o pulso à citação e à situação. Onde está a sala de desmancha? Só se for no *outdoor* que foi colocado na véspera das Eleições Regionais, do lado de fora do Matadouro de São Jorge – e que, por sinal, foi retirado após a vitória eleitoral.

Quanto ao Parque de Exposições de gado, apenas o vemos no manifesto eleitoral do Partido Socialista.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Os Jorgenses, e o CDS-PP, gostariam também de ver esclarecido pelos Senhores Deputados do Partido Socialista, que se fartam de anunciar que o prometido é cumprido em tempo útil, porque não está ainda pronta a nova sede do Clube Naval das Velas, sendo que a mesma vem sendo anunciada desde há muito, nos diversos Comunicados de Governo?

E as obras de “grande reparação” das Escolas Básicas das Velas e Calheta, que vêm sendo, ano após ano, mencionadas nos diversos Planos, bem como nos Comunicados do Governo, e que até hoje não se iniciaram, tendo inclusivamente o Governo remetido a concretização do início da Escola das Velas para o final deste ano e a da Calheta para 2010?

Aguardamos respostas.

Não podemos deixar de manifestar o nosso desagrado pela atitude do Partido Socialista que, no ano 2000, criou a expectativa da ampliação do Porto Comercial de São Jorge na vigência do novo quadro comunitário, que neste momento se encontra em execução. Na última campanha renovaram essa legítima expectativa, fundamental para o desenvolvimento da nossa ilha, ao incluir no manifesto eleitoral a ampliação do Porto Comercial de São Jorge, desta vez, sem referência a qualquer condicionalismo.

No entanto, poucos meses após a campanha eleitoral, o Sr. Presidente do Governo, recentemente em declarações à comunicação social, manifestou que a referida obra poderá ser desenvolvida, na eventualidade iniciada, ainda nesta Legislatura.

Lamenta-se que, uma vez mais, o Governo e o PS não mantenham a sua palavra, quebrando a lealdade devida para com os Jorgenses, tendo em conta que apenas vemos no Plano para 2009 a elaboração do Projecto, estando ausente a realização da obra nas Orientações a Médio Prazo 2009-2012.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Por outro lado, recebemos bem a notícia que se vão iniciar procedimentos para assegurar o serviço público de transporte marítimo de passageiros no Triângulo, durante todo o ano.

Aguardamos, no entanto, para que este não seja apenas mais um anúncio, até porque, recorde, já em 2006 tal garantia foi dada aos Jorgenses e até hoje não foi concretizada.

Esperamos, então, mais realismo no volume de promessas e mais execução no volume de investimentos.

Esperamos, pois, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo, que os Jorgenses possam daqui para o futuro afirmar com convicção: “Que bom é ser Açoriano”, em São Jorge!

Disse.

*(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros, faça o favor.

**(\*) Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Silveira:

Relativamente a algumas questões que o senhor coloca aqui, gostaria de lhe dizer que o Partido Socialista prometeu, está a cumprir e vai cumprir.

Há aqui questões em que o senhor me parece mal informado.

O senhor falou sobre a obra da sede do Clube Naval. O senhor ainda na semana passada esteve no lançamento da primeira pedra. Isso não é execução de obra?

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não é nada disso. O senhor não esteve na cerimónia. O senhor vai poucas vezes às Velas. Tem de ir mais vezes!

**O Orador:** A questão da sede do Clube Naval está em fase final de elaboração de projecto e será construída em breve.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Ah! É outra coisa!

**O Orador:** Relativamente ao que diz respeito às questões agrícolas e às obras das associações agrícolas, o Governo Regional tem feito imensas parcerias com as associações agrícolas e tem-nas apoiado em diversas áreas. Essa é também uma das áreas que está a ser protocolada, feita em parceria entre o Governo Regional e as associações agrícolas.

Relativamente à questão da sala de desmancha e do matadouro, é verdade, foi colocado um painel que já foi retirado porque, entretanto, foi posta a concurso a ampliação do matadouro de São Jorge, que passa não só pela sala de desmancha mas pela rede de frio e pela criação de melhores condições de trabalho. Uma obra importante para São Jorge.

Relativamente às escolas, o Governo falou verdade aos jorgenses: inicia este ano a escola das Velas e no próximo ano a escola da Calheta, magníficos projectos, excelentes para São Jorge.

Por isso, digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado: relativamente àquilo que nós prometemos para São Jorge, estamos a cumprir, estamos a fazer e vamos cumprir. Não tenha dúvidas sobre isso, que os jorgenses também não têm.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

**(\* Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rogério Veiros:

É preciso clarificar que aquilo que eu disse foi que o senhor, em 19 de Fevereiro de 2009, disse e afirmou que já não eram promessas, que eram factos, que estavam concretizados a sala de desmancha, bem como o parque de exposições de gado.

O senhor não tente misturar, ou não faça confusão. Não sabe, talvez, e está a falar em associações agrícolas quando eu não falei em associações agrícolas. Eu falei no parque de exposições de gado e na sala de desmancha, que o senhor afirmou, aqui nesta sala, a 19 de Fevereiro de 2008, que estavam prontos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Não estão prontos, não é verdade, Sr. Deputado.

Já agora e falando em agricultura, o senhor acabou de frisar, há bocadinho, respondendo ao Deputado Mark Marques, que o POA do Topo tinha largas dezenas de quilómetros, pelo que ele não sabia o que dizia. Eu gostaria que o senhor esclarecesse, nesta câmara, quantas dezenas de quilómetros são. Porque eu conheço o projecto e não vejo essas largas dezenas de quilómetros, mas o senhor vai clarificar aqui quantas dezenas são, já que o conhece bem. Eu não concordo consigo, mas fico feliz que sejam largas dezenas de quilómetros no POA do Topo.

Em relação à sede do Clube Naval, como afirmou e viu, o senhor se calhar não sabe o que é a sede do Clube Naval, porque não foi adjudicada nenhuma obra à sede do Clube Naval, foram adjudicadas as obras de apoio à Marina de Velas.

**Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Muito bem!

**O Orador:** Nada têm a ver com a sede do Clube Naval, sobre a qual vem sucessivamente anunciado, nos Planos do Governo do Partido Socialista, bem como nos sucessivos Comunicados de Governo – de 2006, 2007, 2008 – o seu início. Foi até afirmado à própria Direcção que já tinha sido adjudicada a uma empresa da Ilha do Pico, o que não corresponde à verdade. Se corresponde, porque é que ainda não se iniciou? Será talvez igual ao hospital da Ilha Terceira, em que o empreiteiro não tinha capacidade de empréstimo e, por isso, não pôde começar a obra.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Ainda em relação àquilo que o senhor afirma que se vai fazer, bom, que se vai fazer eu até quero acreditar que sim, acredito e os jorgenses acreditam. Agora, a demagogia de o senhor vir para aqui dizer que está feito quando não está, mas que se vai fazer, isso é o que nós temos ouvido – vai-se fazer – mas vai-se fazer quando? Porque eu ouvi aqui, nesta câmara, durante o dia de ontem e o dia de hoje, esse “vai-se fazer, nós vamos cumprir”.

Não é assim, Sr. Deputado. O senhor ia numa lista, pela qual foi eleito deputado regional – mais outro senhor que, infelizmente, não está aqui nesta sala para nos ouvir, não sei porquê mas deve ter os seus motivos – dizendo que estava feito e que cumpriram o vosso manifesto e era com orgulho que se apresentavam ao eleitorado. Desculpe, mas as afirmações que o senhor fez – e usando as palavras de um membro do Governo – é mentira, não estão feitas. Vão ser feitas? Acreditemos que sim, não sabemos quando, porque elas vêm sucessivamente a ser apresentadas e não realizadas.

**Deputados Artur Lima (CDS/PP), José Manuel Bolieiro (PSD) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

**(\*) Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Silveira:

Sobre a intervenção de que o senhor fala, feita por mim em Fevereiro, eu terei o cuidado de ir lê-la e verificar.

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Pode ir ler à vontade, pode verificar.

**O Orador:** Não acredito que tenha dito que já estava feita a obra, porque é impossível ter dito isso. É impossível tal ter acontecido. Aquilo que o senhor está a afirmar não corresponde à verdade, porque é impossível eu ter dito que a obra estava feita, quando sabemos que a obra não está feita. Posso ter dito que o assunto estava resolvido, a partir do momento em que foi decidido, pelo Governo, passar a concurso ou passar à construção. Agora, dizer que a obra estava feita, não devo ter dito. Por favor, corrija lá isso, porque há aí qualquer coisa que não está a correr bem.

Relativamente ao Perímetro de Ordenamento Agrário do Topo, ele passa, não só pela conclusão do caminho que está a ser pavimentado, como por toda a envolvente sul da freguesia de Santo Antão, com ligação ao Topo. Que eu saiba, isso são muitos quilómetros.

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Quantos são, Sr. Deputado?

**O Orador:** Não lhe sei precisar, mas são muitos quilómetros. São muitos quilómetros, porque São Jorge é uma ilha comprida.

Relativamente às questões que o senhor coloca sobre o nosso manifesto eleitoral, efectivamente nós fomos para eleições com o nosso manifesto eleitoral cumprido, afirmámos e dissemos às pessoas aquilo que não concretizámos e por isso ganhámos, pela primeira vez, as eleições em São Jorge, com o reconhecimento dos jorgenses pela nossa obra.

A sua função, aqui, também é reclamar por São Jorge e reclamar a sua acção política mas, Sr. Deputado, que eu saiba, em São Jorge os jorgenses souberam reconhecer ao Partido Socialista o trabalho que foi feito. Temos muito orgulho nisso e continuaremos a fazer esse trabalho.

É certo que, às vezes, algumas obras podem correr menos mal, é certo que, às vezes, as coisas não correm conforme nós programamos, é certo que, às vezes, os processos concursais ou os projectos podem causar alguns problemas e alguns atrasos mas, efectivamente, nunca se investiu tanto em São Jorge como se está a investir. Essa é a realidade que os jorgenses sabem reconhecer e continuarão a reconhecer, porque nós continuaremos a investir em São Jorge.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

**(\* Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Deputado Rogério Veiros:

A sua declaração está aqui, posso facultar-lha se o senhor quiser e vou citar o que o senhor disse: “Todos esses objectivos foram concretizados” e concretizados é passado, não é *vamos fazer*, não é presente, “foram concretizados ou estão em fase final de concretização. Já não são promessas, mas uma realidade que os jorgenses reconhecem e podem constatar”, só se for no tal painel; e diz mais: “as condições de apoio à lavoura, abastecimento de água, melhores caminhos, sala de desmancha e parque de exposições de gado”. Confira, Sr. Deputado, é o que o senhor diz que está feito – e *está feito* é o passado, não é o presente, *vamos fazer*, porque o *vamos fazer* é fácil de dizer.

O senhor desculpe, Sr. Deputado, mas está aqui.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

**(\*) Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Silveira:

Agora sim, agora o senhor disse a verdade, o senhor leu o que está na intervenção.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Aquela intervenção vale mais do que mil palavras.

**O Orador:** Ouça uma coisa, Sr. Deputado, ouça com calma.

É assim: o que o senhor disse inicialmente foi que eu tinha dito que a obra estava feita. Eu não disse que a obra estava feita.

A partir do momento em que está adjudicado...

*(Apartes inaudíveis das bancadas do PSD e CDS/PP)*

**O Orador:** Sr. Deputado, para que se faça uma obra, é preciso que se adjudique um projecto, é preciso ter um projecto. Isso é o início da obra. Nós não fazemos obras sem projecto. Obviamente, a partir do momento em que está adjudicado e está feito o projecto, essa obra está iniciada. Da mesma forma, Sr. Deputado, que hoje temos o aeroporto de São Jorge já em fase de construção, e porquê? Porque o projecto já está feito, já está a obra em andamento.

Sr. Deputado, francamente, o projecto do matadouro de São Jorge já estava feito, ou tinha sido mandado adjudicar, nessa data, e por isso é que eu fiz essa afirmação. Isso é perfeitamente normal, não é enganar os jorgenses, isso é falar verdade aos jorgenses. O senhor é que está a tentar deturpar as coisas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

**(\*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para concretizar, até porque o nosso tempo não é igual ao do Partido Socialista, quero dizer uma coisa ao Sr. Deputado.

Sr. Deputado, eu pensei que o senhor já tinha maturidade e humildade suficientes para assumir os seus erros, porque o senhor o que disse dentro desta sala foi que já estava concretizado, que não era uma promessa, era uma realidade.

Desculpe, mas é uma falta de humildade...

*(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)*

...é uma falta de coerência, desmentir aquilo que disse e que está escrito, Sr. Deputado. Quanto a isso eu não vou dizer mais nada, porque os jorgenses, em tempo útil, hão-de fazer a sua avaliação.

Tenho dito.

Muito obrigado.

**Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Rogério Veiros (PS):** O projecto está concretizado! Pelo amor de Deus!

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar para a intervenção seguinte.

*(Neste momento, o Sr. Secretário da Mesa, Deputado Cláudio Lopes, foi substituído pelo Deputado Mark Marques)*

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

**Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cumpre-me apresentar, nesta assembleia, as propostas do Plano e Orçamento nas áreas de intervenção da Secretaria Regional da Educação e Formação.

As propostas em análise foram estruturadas em estreita articulação com as políticas sectoriais que visam melhorar as qualificações e as competências dos Açorianos.

Todos reconhecemos a importância da educação e da formação, bem como do desporto, para a valorização da sociedade actual.

Sabemos que o melhor investimento é o que se faz no capital humano, mas também temos consciência de que os seus efeitos só são notáveis a longo prazo.

Contudo, analisando o ponto de partida e a situação actual podemos concluir que a evolução é já bem evidente.

Os níveis de escolarização para os alunos com 15 anos aumentaram na última década de 82% para 94%. O abandono escolar desceu significativamente, perspectivando-se passar de 1% para 0,5% a curto prazo. Interessa salientar, ainda, que o aproveitamento escolar na região ao nível do ensino básico situa-se numa média de 90%, todavia a subida mais acentuada ocorreu no ensino secundário, tendo passado de 42% em 2000/2001 para 68,5% em 2006/2007.

A aposta na formação profissional gerou a mudança de paradigmas conseguindo-se, ano após ano, o crescente aumento de jovens profissionalmente qualificados. Se em 2000/2001 o número de alunos inscritos no ensino profissional era de 1224, no ano 2007/2008 passou para 2596 alunos, o que representa um aumento superior a 100%. Esta mudança deve-se à crescente oferta de cursos, quer no ensino público, quer nas escolas profissionais.

No que respeita ao desporto, a situação espelha bem o esforço de investimento e de promoção da prática desportiva. O número de atletas quase duplicou desde 1995, passando de 11 920 para 20 414 em 2007. Também ao nível de técnicos se verifica, no mesmo período de tempo, um aumento de cerca de 70%.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Secretaria Regional da Educação e Formação, no sentido de continuar a investir no desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e na qualidade do sistema educativo regional, definiu como eixos prioritários de investimento a requalificação do parque escolar e dos equipamentos, a formação dos recursos humanos, o ensino profissional, as tecnologias de informação e comunicação, bem como o desenvolvimento de projectos pedagógicos.

No âmbito do desporto o enfoque vai para o apoio à construção de infra-estruturas e equipamentos, para o apoio à prática e dinamização de actividades desportivas, bem como para a promoção e formação nesta área.

Para melhor se contextualizar estes objectivos, apresenta-se, de seguida, o que está previsto no plano regional para 2009 no sector educativo:

No âmbito do desenvolvimento das infra-estruturas educacionais irão construir-se e requalificar-se várias escolas. Assim, para além de se prosseguir com a construção

das escolas básicas de Vila Franca do Campo, de Ponta Garça e a escola Ferreira Drumond, dar-se-á início à construção das escolas:

- Básica Integrada e Secundária de Velas;
- Escola Básica Integrada de Água de Pau;
- Escola Básica Integrada Rui Galvão de Carvalho em Rabo de Peixe;
- Escola Básica Integrada de Lajes das Flores.

Prevê-se, também, a construção de um auditório na Escola Básica e Secundária de Vila do Porto, em Santa Maria e de pavilhões gimnodesportivos na Escola Maurício de Freitas, na ilha das Flores e na Escola Básica e Secundária de S. Roque, no Pico.

Proceder-se-á também à requalificação de espaços na Escola Secundária Antero de Quental.

Em colaboração com as Câmaras Municipais, serão requalificadas diversas escolas em diferentes ilhas.

Perspectiva-se ainda a construção e/ou requalificação das seguintes escolas:

- Escola Básica e Secundária das Lajes, Escola Básica da Ponta da Ilha e a 2ª fase de ampliação e adaptação da Escola Básica e Secundária Cardeal Costa Nunes, na ilha do Pico;
- Escola Básica e Integrada da Horta, no Faial;
- Escola Básica Integrada Gaspar Frutuoso na Ribeira Grande, Escola Básica Integrada de Arrifes e Escola Básica Integrada Canto da Maia, em S. Miguel;
- Escola Básica Integrada Manuel da Cunha na Calheta de S. Jorge.

O investimento nas construções e equipamentos representa cerca de 59,6% do total do investimento no sector educativo, cifrando-se em 35.542.125€, o que significa um aumento de 34,7% relativamente ao ano anterior, demonstrando o esforço deste governo na melhoria das infra-estruturas educacionais.

Contudo, apostar na renovação do parque escolar por si só não garante melhor ensino. Vários são os estudos que comprovam que o sucesso académico dos alunos advém, em grande parte, da competência dos professores, pelo que se revela de máxima importância o investimento na formação dos recursos humanos das escolas.

Assim, serão desenvolvidas dinâmicas formativas para pessoal doente e não docente, sobretudo ao nível da utilização das tecnologias de informação e do desenvolvimento de processos avaliativos.

Na vertente do apoio social a escola pública, enquanto alavanca para a igualdade de oportunidades e para a desejável coesão social, tem procurado oferecer aos alunos um conjunto de apoios que vão desde material escolar, até refeições e transporte.

Assim, o investimento na formação profissional e no apoio social envolve um montante de 11.602.700€.

Ainda na perspectiva de corresponder às necessidades da população estudantil e ao desenvolvimento económico regional, o sistema educativo tem apresentado diferentes possibilidades de percursos escolares, de entre os quais se salienta o ensino profissional.

O investimento de 11.250.000€, ao nível do ensino profissional, demonstra a aposta deste governo nesta via de ensino, uma vez que estamos cientes da sua importância para a mitigação do abandono precoce da escola e para uma melhor qualificação académica e profissional dos jovens.

Actualmente as escolas açorianas estão cada vez mais exigentes e melhor apetrechadas em termos de tecnologias de informação e comunicação, o que é natural dado que são excelentes espaços de busca de novos saberes e de partilha de informação e de divulgação de conhecimentos. Neste contexto, o investimento público passa obrigatoriamente por continuar a dotar o sistema educativo das tecnologias necessárias ao acesso ao conhecimento e à comunicação.

O grande investimento na aquisição de material informático levou a que o rácio actual seja de 7 computadores por aluno, perspectivando-se uma significativa baixa no próximo ano. Com uma verba de 500.000€, irá iniciar-se a construção de aplicações informáticas capazes de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços e a simplicidade de processos pedagógicos e administrativos das escolas.

A qualidade e a inovação que desejamos imprimir ao sistema educativo regional passam necessariamente por uma crescente aposta em projectos e parcerias com outras instituições nacionais e estrangeiras.

Entre os principais projectos pedagógicos salientam-se o ensino especial, a valorização do ensino artístico, a implementação do currículo regional e os processos avaliativos das escolas. Para estes projectos o investimento será de 675.500€.

Em síntese, o valor do investimento no sector educativo representa um acréscimo de 65% relativamente ao ano anterior, perfazendo 59.604.345€, dos quais cerca de 6.000.000€ referem-se a outros fundos.

Ao nível do desenvolvimento desportivo está previsto um investimento de 15.715.000€, com os seguintes eixos de intervenção: (i) instalações e equipamentos; (II) actividades desportivas e (III) promoção e formação.

No âmbito das instalações e equipamentos serão construídos e requalificados vários espaços desportivos, prevendo-se ainda apoios à construção e beneficiação de pavilhões e sedes de clubes e associações. Assim, para instalações e equipamentos, o plano está dotado com 5.385.000 €.

No que concerne às actividades desportivas prevê-se uma verba de 6.495.000€, destacando-se o apoio a clubes (por utilização de atletas formados na RAA) e o desporto escolar.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para o Corvo, zero.

**A Oradora:** Evidenciam-se, ainda, as acções para a promoção e a formação na área do desporto. Assim, salientam-se, com 3.835.000€, o apoio à estrutura técnica associativa e o financiamento de eventos desportivos e actividades de treino e competição, sem esquecer a promoção da actividade física e desportiva de adultos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em síntese, a SREF teve um aumento ao nível do investimento relativamente ao ano de 2008 na ordem dos 44%, representando 10,15% do total do investimento na Região.

O orçamento total destinado à SREF é de 295.264.463€, o que representa 21,6% do total do orçamento da Região.

Finalmente quero manifestar a intenção deste Governo em reforçar a autoridade nas escolas. A autoridade é cada vez mais essencial para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, bem como para a segurança nas escolas e na sociedade!

A qualidade do ensino e da aprendizagem depende, indiscutivelmente, do investimento e da criação de boas condições ao nível de infra-estruturas, mas também da existência de um bom clima de escola onde reine a disciplina e o respeito.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** É preciso responsabilizar os alunos!

**A Oradora:** Espera-se que estas orientações e o esforço de investimento propostos possam contribuir para formar cidadãos competentes e capazes de enfrentarem os desafios do progresso e do desenvolvimento económico e social dos Açores.

Tenho dito.

**Vozes de membros da bancada do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento. Neste momento estão inscritos os Srs. Deputados Paulo Estêvão, Aníbal Pires, Cláudio Lopes, Paulo Rosa, José Cascalho e Graça Teixeira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem um minuto e quarenta segundos.

**(\* Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dizer que tenho a maior simpatia pela Sra. Secretária da Educação, até pela lufada de ar fresco que significou nesta pasta...

*(Risos da câmara)*

...mas tenho uma questão muito simples em relação à avaliação dos docentes.

Como sabe, Sra. Secretária, a avaliação de docentes significa uma projecção maior em termos de necessidades de formação e as verbas que são projectadas para a formação de docentes e não docentes continuam a ser as mesmas. Eu considero que, nesta perspectiva, esta projecção orçamental não corresponde às necessidades do sector e não corresponde, fundamentalmente, àqueles que são os objectivos que foram definidos pelo próprio Governo nesta matéria.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem dois minutos.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um comentário relativamente aos números apresentados pela Sra. Secretária, que têm sido de facto uma bandeira do Governo do Partido Socialista relativamente às questões do sucesso e ao número de alunos que estão no ensino profissional.

Penso que essa satisfação se limita mesmo e só ao Governo e, eventualmente, à bancada do Partido Socialista.

**Deputado Berto Messias (PS):** O Sr. Deputado sabe bem que não é assim!

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Deputado, muito obrigado. Não tenha tanta certeza. O Sr. Deputado passe pelas escolas e verá.

De facto, acho que não é esse o sentimento que atravessa a sociedade açoriana e muito menos o sentimento que se vive nas escolas.

Relativamente à opção pela concentração de escolas em grandes unidades orgânicas, que tem sido e pelos vistos continua a ser a opção do Governo, feita de uma forma cega, sem atender aos contextos, a Representação Parlamentar do PCP considera que esse não é o caminho, uma vez que esta opção está a contribuir para a descaracterização do espaço rural e constitui um duro golpe para a coesão territorial, quando se concentra em grandes unidades orgânicas toda a população escolar de uma ilha, de um concelho, etc.

Agora, uma pergunta, Sra. Secretária.

A Sra. Secretária disse-nos que iria reforçar a autoridade das escolas. Eu acho muito bem, até porque ao longo de 12 anos retirou-se a autoridade à escola, retirou-se a autoridade aos professores.

**Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Rui Ramos (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Eu concordo, é necessário que a escola tenha autoridade, é necessário que os professores retomem a autoridade que lhes foi retirada por estes governos do Partido Socialista, mas pergunto-lhe: como é que a senhora vai fazer isto?

Agradecia uma resposta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

**(\*) Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação:

Há 12 anos que os socialistas e seus governos prometem construir uma nova escola secundária nas Lajes do Pico, há 12 anos.

Em 12 anos, entre promessas e a obra concreta, o resultado é igual a zero. Há 5 ou 6 anos, os socialistas eleitos pelo Pico e o Governo acrescentaram a esta matéria mais uma promessa: a da construção da Escola da Ponta da Ilha. Nestes 12 anos e nos 12 planos anuais do Governo a Escola das Lajes ora aparece, ora desaparece e, quando aparece, é-lhe alocada uma verba que não dá para acreditar que a promessa seja para cumprir. Fazem ainda parte deste longo historial as medidas cautelares aprovadas nesta Assembleia há mais de 2 anos, medidas cautelares que já caducaram.

Este é um belo exemplo de um compromisso não cumprido, que nega por completo as afirmações dos socialistas do Pico e do Sr. Presidente do Governo de que, com eles, compromisso assumido é compromisso cumprido.

Sra. Secretária, hoje e aqui neste parlamento renovo-lhe essa pergunta, porque não percebi exactamente a sua explicação, previamente dada na sua intervenção, e gostaria por isso de lhe pedir para reafirmar a sua resposta em relação às questões que lhe vou deixar:

Que relação pretende V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> estabelecer com este compromisso? Casamento perfeito? União de facto? Ou apenas, como manteve o seu antecessor durante 12 anos, uma relação de pura infidelidade?

*(Risos das bancadas do Governo e do PSD)*

Em que fases se encontram os dois projectos – o da escola das Lajes e o da Ponta da Ilha? Qual a calendarização para as respectivas obras, se nos pode afirmar isso de forma séria e responsável?

A comunidade educativa do Concelho das Lajes e os picoenses esperam e desesperam por esta obra.

Muito obrigado, Sra. Secretária.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Há mais três inscrições para pedidos de esclarecimento. Não sei se a Sra. Secretária Regional prefere esclarecer este lote de três agora, ou se prefere dar os esclarecimentos todos no fim.

**Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Será preferível no final das intervenções.

**Presidente:** Muito bem, então vamos continuar com os pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

**(\*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho forçosamente de ser sintético, por limitações de tempo, constrangimento que nos aflige sobremaneira, por isso tenho três perguntas muito sintéticas e uma observação a fazer à Sra. Secretária.

Começo pela Escola de São Carlos, que é tida como uma escola modelo. Uma escola que tem computadores, que tem *smart boards* e que não tem cacifos para os alunos, pelo menos em número suficiente – porquê?

A segunda pergunta vai um pouco na sequência do que disse o Deputado Aníbal Pires. Também me parece que o objectivo de reforçar a autoridade, a disciplina e o respeito nas escolas é louvável e inverte uma situação que vem a acontecer de há alguns anos a esta parte. Como é que a Sra. Secretária tenciona promover isso?

A terceira pergunta tem a ver, obviamente, com a minha terra, com a Ilha das Flores, e com um compromisso que foi assumido presencialmente pelo seu antecessor na tutela da educação, no âmbito da empreitada da construção do pavilhão da EBS das Flores, que incluiria um posto de transformação, dados os problemas de sobrecarga eléctrica que a escola tem. Queria saber aqui, pela Sra. Secretária, se isso está de facto contemplado, se continua a estar contemplado, como o seu antecessor assumiu.

Para rematar, a tal preocupação que é a questão da formação profissional. Se, de facto, pretendemos trilhar o caminho da excelência, estamos convictos de que esta verba é manifestamente insuficiente para atingir esse objectivo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado José Cascalho.

**(\*) Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Como sabe, nos momentos de crise são as crianças e jovens o elo mais frágil nas famílias afectadas pelo desemprego. Neste contexto, o Bloco de Esquerda entende que é necessário dar atenção a estas crianças e jovens em idade escolar, no ensino obrigatório e nos diferentes níveis de ensino, para os quais deveria haver um reforço da acção social escolar, atribuindo manuais escolares, material escolar para aqueles que precisem e, até, garantindo, em todas as escolas da Região, pelo menos uma refeição quente diária. Este apoio deveria ser ainda contemplado com a criação de uma rede de apoio psico-social, que actuasse nas escolas em ligação com as diferentes comunidades de origem das crianças e jovens.

Entendemos que estas medidas são essenciais e que deveriam estar contempladas no Plano.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

**(\*) Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma questão que eu gostaria que a Sra. Secretária esclarecesse, antes de tudo para elucidar a câmara e ficarmos todos com estes dados, relativamente à carta escolar e à execução do que tínhamos previsto, o que estava previsto na anterior carta escolar e o que se pressupõe fazer. Como vimos, o aumento da verba na Secretaria Regional da Educação e Formação foi bastante significativo. Esta é a pergunta que gostaria de lhe colocar.

Antes de mais, gostaria de me congratular pela forma como o ensino profissional tem tido uma realização muito promissória e muito positiva na nossa Região e também felicitar os nossos alunos, que também sentiram as suas competências valorizadas – e disso deram prova nas medalhas que trouxeram para a nossa Região. Julgo que é neste sentido que temos de continuar.

É evidente que muita coisa pode ser ainda feita, mas é nesse trabalho, é nesse caminho que julgamos que, nas escolas profissionais e nas escolas do ensino regular, estamos a caminhar.

Sra. Secretária, mais uma vez os níveis da escolarização foram aqui bem demonstrados. Há um evidente aumento da escolarização, uma diminuição muito significativa do abandono escolar e são as infra-estruturas que o Governo PS construiu ao longo destes 12 anos que permitiram que cada vez mais crianças voltassem à escola e estejam na escola e as respostas têm de ser e serão, julgo eu, dadas de uma forma muito positiva.

Muito obrigada.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(\* **Secretária Regional da Educação e Formação** (*Lina Mendes*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à primeira questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, quero referir que a verba que está destinada à formação é uma verba suficiente, depende da dinâmica que for criada para essa formação. Será nosso intuito alargar a formação a pessoal não docente e aqui não é o dinheiro que vai fazer a diferença, mas sim a qualidade da formação.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, relativamente às unidades orgânicas com alguma dimensão, quero acrescentar que uma nova carta escolar será apresentada em breve e todas estas questões de reorganização do parque escolar e da população estudantil, de acordo com as alterações demográficas, serão equacionadas, atendendo a que as escolas nem demasiado grandes nem demasiado pequenas não são o ideal.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Folgo muito em saber. Registo com agrado a sua explicação.

**A Oradora:** Quanto à questão do reforço da autoridade nas escolas, que foi uma questão colocada por diferentes deputados, aproveito para referir que o que se pretende é alguma alteração a nível legislativo, que imprima um maior poder às

escolas, no sentido de garantir a disciplina e a autoridade do corpo docente e discente e do pessoal auxiliar também, responsabilizando encarregados de educação. Em articulação com as famílias, pretende-se que as escolas possam desenvolver um trabalho mais estreito no sentido de uma educação para os valores e para a cidadania. Portanto, é por aí que vamos caminhar, alterando legislação e imprimindo uma nova cultura de escola, no sentido de haver um conjunto de valores e de cidadania que permitam um ambiente de tranquilidade, propício ao ensino e à aprendizagem. É isso que está em estudo e é para aí que avançaremos.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Fica registado, Sra. Secretária!

**A Oradora:** Relativamente à questão das refeições, apresentada pelo Sr. Deputado José Cascalho, nós já aplicamos actualmente, já há esta medida de introdução de refeições quentes. Há uma verba bastante significativa destinada a isto. Neste momento, mais do que nunca, as crianças têm refeições adequadas, existem empresas que o fazem e há controlo, na maioria das escolas, por parte de dietistas ou de nutricionistas, que garantem a qualidade e a quantidade das refeições ajustada para as crianças.

O ensino profissional continuará a merecer todo o nosso empenho e investimento.

Aproveito para referir que, na Ilha das Flores haverá uma delegação do ensino profissional de São Jorge. Já se afigura viável haver, pelo menos, a oferta de seis cursos na Ilha das Flores. Esta pergunta não me foi colocada, mas relaciona-se com o ensino profissional.

**Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sra. Secretária, agradecemos o esclarecimento!

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Havia necessidade de esclarecimento.

**A Oradora:** Passo a responder ao Sr. Deputado Cláudio Lopes, que colocou a questão acerca da Escola das Lajes do Pico e também da Escola da Ponta da Ilha.

Relativamente à Escola da Ponta da Ilha, nós estamos a aguardar que a Câmara Municipal envie a proposta de contrato, para nós fazermos em colaboração com a autarquia. Isso já está acordado, estamos apenas a aguardar o envio por parte da câmara.

Relativamente ao projecto da Escola das Lajes, por acaso já tive oportunidade de participar numa reunião com a equipa projectista, é uma escola magnífica, bem

enquadrada no terreno e o projecto está apenas a ser revisto, a nível dos projectos de especialidade. Perspectiva-se que no próximo ano avance a construção. Se for possível, este ano mesmo será lançada a empreitada, o que depende agora do envio atempado, por parte do projectista, e também das revisões que poderão eventualmente ter de ocorrer.

Obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** A senhora não respondeu a tudo?

**Presidente:** O Deputado Paulo Estêvão está interessado em gastar os seus 46 segundos? Tem esse direito. Tem a palavra, faça o favor.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É para lhe dizer, Sra. Secretária, que a sua resposta em relação à questão da formação é claramente insuficiente e demonstra, fundamentalmente, que a política da avaliação escolar, em relação à questão da formação, é, de facto, uma falsidade.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

**(\*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Eu não tencionava intervir uma segunda vez mas dado que – é natural, houve várias intervenções, não consegui tomar as notas todas – há duas perguntas que eu lhe coloquei e às quais não obtive resposta, queria saber se é possível que o faça neste momento.

Muito concretamente em relação à Escola de São Carlos e aos cacifos, está previsto rectificar-se essa situação, sim ou não?

Em relação ao PT, o posto de transformação no âmbito da empreitada da construção do novo pavilhão da EBS das Flores, vai ser de facto consignado no âmbito dessa empreitada, também sim ou não?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

**(\*) Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tempo é escasso para a bancada do Bloco de Esquerda, mas eu não resisto a dizer-lhe uma coisa, Sra. Secretária Regional da Educação, se me permite.

Folgo muito na preocupação do Governo Regional e da sua Secretaria em trazer às escolas a calma, a tranquilidade e a dignidade que elas exigem para que, de facto, o acto pedagógico tenha frutos. Agora tenho de lhe dizer uma coisa: os principais responsáveis pela falta de calma e tranquilidade, pela falta de autoridade e pela menorização dos professores são o Governo da República e o Governo Regional, pelas políticas que têm tido para com os mesmos professores.

Portanto, eu desconfio que não chegarão as medidas, enfim, propostas pela Sra. Secretária, no sentido de trazer a autoridade que diversas e sucessivas políticas têm vindo a minar no que diz respeito aos professores, seja no país, seja na Região.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(\*) **Secretária Regional da Educação e Formação** (*Lina Mendes*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa de não ter respondido à sua questão, mas foi apenas por lapso. Relativamente à Escola Básica e Secundária na Ilha das Flores, aguarda-se a minha visita à ilha, que será em breve, para averiguar, realmente, a situação *in loco* e depois logo será tomada uma decisão quanto a isso.

Quanto à questão dos cacifos na Escola Tomás Borba, é uma questão que, embora de pormenor, é importante, será avaliada e não é nada que não se possa fazer, tendo em conta a obra que é. Se nós conseguimos investir milhões, também agora vamos ter dinheiro para os cacifos.

Quero ainda referir que esta política será uma política de seriedade, de aposta no futuro dos Açores e, sobre a tranquilidade que se espera para as escolas, acho que já estamos no bom caminho.

Tive aqui uma informação de que o PT já está...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Ah! Afinal não foi preciso ir às Flores!

**A Oradora:** Pronto, eu desconhecia.

Já está esclarecida a questão. Eu ainda não tinha conhecimento disto, mas já está com o seu problema resolvido.

**Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** O problema não é só meu.

**A Oradora:** Como vêm, nós somos pró-ativos e conseguimos actuar.

Obrigada.

**Presidente:** O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra, faça o favor.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Era só para solicitar que informasse o plenário dos tempos disponíveis para o debate dos diferentes grupos e representações parlamentares.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sim senhor, estávamos pensando fazer a isso daqui a pouco, mas sendo assim fazemos já, Sr. Deputado.

O Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos sobrantes.

**Secretário:** Tempos sobrantes:

O Governo tem 147 minutos e 92 segundos.

O Grupo Parlamentar do PS tem 172 minutos.

O Grupo Parlamentar do PSD tem 98 minutos e 37 segundos.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP tem 32 minutos e 16 segundos.

O Grupo Parlamentar do BE tem 10 minutos.

A Representação Parlamentar do PCP tem 2 minutos e 20 segundos, ou seja, 180 segundos.

A Representação Parlamentar do PPM tem 26 segundos.

**Presidente:** Vamos continuar porque ainda dará tempo, presumo eu, para o Sr. Deputado Cláudio Lopes pedir um esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

**(\* Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é para um esclarecimento, Sr. Presidente, é só para deixar um registo, e fazer dois votos à Sra. Secretária.

O primeiro voto é que efectivamente essa escola magnífica chegue rapidamente, porque vem já com grande atraso.

O segundo voto é que a sua simpatia pessoal, que eu também aprecio e admiro, passe a simpatia política em relação a esta obra.

Finalmente, quero deixar um registo da minha parte: as suas declarações, para já, constarão nesta câmara como mais um registo político e um compromisso a acrescentar a um grande rol de compromissos que esta matéria já tem. Portanto, só espero que as suas declarações, hoje, aqui, não constituam apenas uma renovação da promessa, mas sim um compromisso efectivo, para bem da comunidade educativa do Concelho das Lajes e dos picoenses.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária da Educação:

Só para lhe dizer, de uma forma muito rápida, que lamento quando diz que os cacifos são um pormenor.

A senhora faz ideia, com certeza, quais as consequências que tem, para a saúde de crianças, o andarem todo o dia com a mochila às costas.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Crianças de tenra idade.

Portanto, quando se promove a saúde na escola, Sra. Secretária, essa é uma das medidas essenciais, não é um pormenor.

Eu não aceito que não haja orçamento, nem verba, de 10 ou 15 mil euros para comprar duas ou três dúzias, ou quatro ou cinco, ou as que foram precisas, de cacifos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** E mais, Sra. Secretária: quando se obriga as crianças a deixarem as mochilas à porta da biblioteca, porque não se pode estragar o chão da biblioteca, a questão dos cacifos não é um pormenor, é muito importante.

Lamento profundamente a sua afirmação, pelo mal que isto causa à saúde das nossas crianças, porque ficam com consequências, desde tenra idade, de que vão sofrer durante toda a vida.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Apoiado!

**O Orador:** Lamento profundamente a sua afirmação, Sra. Secretária.

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Muito bem!

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Não dramatize, Sr. Deputado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, há mais inscrições, o debate vai continuar, mas vamos fazer uma interrupção para almoço, continuaremos, no ponto exactamente onde nos encontrávamos, às 15 horas.

Os tempos estão só ligeiramente desactualizados, pelo que não creio necessário serem repetidos neste momento.

Bom almoço e até já.

*(Eram 13,00 horas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*(Eram 15 horas e cinco minutos)*

*(Neste momento, o Sr. Deputado Cláudio Lopes retomou o seu lugar na Mesa)*

Sras. e Srs. Deputados, nós tínhamos inscrições ainda, acerca da intervenção feita pela Sra. Secretária Regional, estava inscrita a Sra. Deputada Graça Teixeira, tem a palavra.

**(\*) Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era um esclarecimento para deixar ao Sr. Deputado, que não está na sala, mas deixá-lo-ei na mesma, ser-lhe-á entregue por parte dos colegas de bancada.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Fica no diário das sessões!

**A Oradora:** Esclareceria o Sr. Deputado relativamente aos cacifos da Escola Tomás de Borba, para que não persistam dúvidas nas preocupações com a saúde dos nossos alunos.

A escola optou, numa primeira fase, por ter as turmas por sala, ou seja, as turmas estão em sala fixa, têm sala própria. Logo, não há necessidade de haver, nesta primeira fase, cacifos para todos.

Como é uma opção dentro da autonomia e dentro das prioridades que cada uma das escolas procura fazer dos seus recursos, neste momento também posso informar os Srs. Deputados que a escola já adquiriu mais cacifos.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Quantos foram?

**A Oradora:** Os que faltavam para complementar o número de alunos que, neste momento, a escola tem.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Quantos alunos tem a escola?

**A Oradora:** Sr. Deputado, a escola tem 1200 alunos.

É só para ficarem com os dados todos, uma vez que não os consultaram.

Não entrando então em pormenores dessa espécie, mas sim em pormenores de preocupações de saúde e preocupações de qualidade no nosso sistema educativo, neste âmbito, ter uma estrutura, ter uma escola, ter uma sala por turma penso que é muito mais importante, por vezes, do que os pequenos cacifos.

Mas continuando, e terminando, a escola tem então como prioridade ter os cacifos – e vai ter os cacifos – e esse é um assunto menor atendendo ao que estamos aqui a discutir, que é o Plano e Orçamento de 2009.

Muito obrigada.

**Presidente:** Creio não haver mais inscrições para esclarecimentos. Vamos passar à intervenção seguinte.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Procede agora esta Assembleia a um dos seus rituais mais nobres e de mais apurado sabor democrático: o da discussão e consequente aprovação dos princípios norteadores de legislatura por um lado, e do Plano e Orçamento para 2009 por outro. Trata-se, em suma, da inevitabilidade democrática dos representantes eleitos do povo açoriano autorizarem a afectação e o decorrente gasto dos dinheiros públicos pelos vários sectores da governação.

É este o legítimo funcionamento da Democracia. São estas as suas regras.

O Partido Socialista tem já uma história no poder da Região. A sua própria história.

No que à educação diz respeito, indelevelmente marcada por mudanças profundas, feitas da alteração de paradigma por um lado e da aposta na racionalidade do sistema educativo regional por outro. O caminho percorrido na área da educação foi vasto e não raras vezes justificadamente conflituoso.

Este é um património de que nos orgulhamos porque fomos nós que inaugurámos uma verdadeira política educativa nos Açores, rompendo com a velha e burocrática administração dos assuntos educativos. Por esta razão somos hoje referenciados a nível nacional e o nosso exemplo é mesmo replicado. A história da educação nos Açores é uma história de sucesso e de resultados.

Independentemente do prisma escolhido. Legislativo, fundacional, organizacional, infra-estrutural, ou dos resultados obtidos.

Porém, o orgulho deste património não pode ofuscar a insatisfação dos socialistas em procurarem fazer sempre mais e ainda melhor do que aquilo que foram antes capazes de fazer.

O Parlamento Açoriano tem pois a suprema responsabilidade de analisar com minúcia e seriedade os documentos que aqui nos são apresentados. Sem votos pios, nem rodeios comprometidos. Com seriedade e justeza. Valem pelo que são e são aquilo que efectivamente valem.

Temos orgulho na ambição política que enforma os documentos previsionais que agora discutimos. Acompanhámos a sua génese e as suas orientações, forjadas em comum. Mas não somos egoístas nem ciumentos. Esperamos que outros, imunes à cegueira partidária, neles vislumbrem as qualidades que efectivamente têm.

O olhar que sobre eles se tiver dificilmente pode ser de abstenção. Porque a abstenção rima sempre com demissão. E as demissões são sempre condenáveis. O amuo é feio! E as pequenas invejas partidárias que alimentam certa oposição estão gastas e agastadas. É tempo de se clarear este jogo. Que a composição plural do parlamento pode sugerir, mas seguramente não garante. Já temos mais oposição! Resta termos melhor oposição!

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é em termos de investimento o maior Plano e Orçamento de sempre para o sector da educação. “É só o que sabem dizer” – dirá a oposição ressabiada do costume.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Oposição ressabiada? Não fica bem à sua maneira de ser acutilante.

**A Oradora:** O que é facto é que nos últimos 11 anos de governação têm sido assim, e se o investimento é significativo e as taxas de execução estão sempre acima dos 90%, então significa que este investimento é sustentado e que corresponde a uma boa gestão da coisa pública.

Em matéria de educação os governos do Partido Socialista assumiram um ímpeto verdadeiramente reformador, presentificado ainda recentemente com as alterações aprovadas ao Estatuto da Carreira Docente.

A profunda remodelação de todo o parque escolar torna a realidade irreconhecível. Em todas as ilhas dos Açores e em quase todos os concelhos. Construindo, remodelando, apetrechando, convertendo. Fizemos muito e fizemos muito bem. Ao contrário de outros que podendo tê-lo feito, inventaram outras prioridades. Investimos muito em infra-estruturas, é certo, e continuamos a fazê-lo, e os ganhos que daí advieram não cabem, senhores deputados, em 12 anos!

No âmbito da política educativa prevista nas OMP prosseguirá o investimento na integração vertical da educação pré-escolar e do ensino básico; a concentração das actividades escolares do 1º ciclo e da educação pré-escolar num único edifício, e a expansão do Ensino Secundário na generalidade dos concelhos da Região,

prossequindo a política de apetrechamento das escolas ao nível de laboratórios e das tecnologias de informação.

Este Plano de investimentos entrosa com os objectivos enunciados no recém-aprovado Programa do X Governo Regional, como sejam o reforço do combate ao insucesso escolar, a promoção da educação profissional, a manutenção da aposta na diversificação da oferta educativa e a bem sucedida integração vertical dos diversos níveis de ensino.

O investimento global no objectivo “Melhorar as Qualificações e as competências dos açorianos” é de 171 milhões de euros, correspondendo a 21,9% do total do Plano, o que representa um crescimento de 16,4 milhões de euros (6,2%) em relação ao Plano para 2008, e corresponde a 23,4% do valor previsto nas Orientações a Médio Prazo.

Este objectivo compreende 5 programas, sendo que o primeiro, «Desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema educativo», é um dos mais bem dotados, num montante que ascende a 59,6 milhões de euros. Este investimento corresponde a um acréscimo de 65,7% relativamente à dotação prevista no Plano para 2008, o que corresponde a um aumento de 24 milhões de euros de investimento. Mantém-se assim o esforço consolidado de construção e reconstrução das infra-estruturas escolares, no cumprimento escrupuloso do previsto na Carta Escolar que o Partido Socialista teve a coragem de criar.

O projecto «Construções escolares» conta com uma dotação na ordem dos 33 milhões de euros e contempla investimentos significativos como sejam as acções «Reparação e adaptação ao Ensino Secundário da Escola EB 2,3 Vila Franca do Campo» com 5.853.000€, a «Construção da Escola Básica 1,2,3/JI de Ponta Garça» com 9,5 milhões de euros, a «Construção da Escola Básica 2,3 Francisco Ferreira Drumond» na Terceira com mais de 6 milhões de euros, e a «Construção da Escola Básica das Lajes das Flores» com 2,4 milhões de euros. Investimentos que perfazem um total superior a 23 milhões de euros, correspondendo a 61% do investimento da SREF, num crescimento de 34,6% em relação ao Plano para 2008 e denunciando a aposta persistente do Governo na melhoria da rede escolar.

No âmbito do mesmo programa destaca-se o projecto «Desenvolvimento do ensino profissional e apoio às instituições de ensino privado» com uma dotação superior a 11 milhões de euros, num aumento de 7,1 milhões de euros relativamente ao Plano para 2008, triplicando o investimento e confirmando a aposta no ensino profissional como uma alternativa consistente ao ensino regular.

Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Saudamos o Governo dos Açores pelo entendimento que o investimento na qualificação dos açorianos não é despesa, mas receita segura. Não nos esgotámos no cumprimento da carta escolar, avançámos no sentido da dignificação da classe docente e da promoção do sucesso dos alunos. Há porém quem insista em não ver os ganhos para se deleitar intensamente na crítica. Como se os sucessos que o Partido Socialista tem sabido alcançar não fossem, afinal, património de todos os açorianos.

O que se sabe deste debate é que ele está demasiado comprometido. Porque apesar da pluralidade continuam quase todos muito iguais a si próprios. Uns na senda da venda da doce demagogia de panfleto, estilo loja dos 300; outros presos ao imobilismo costumeiro. No espectro mais à direita é vê-los, sem espanto, compenetrados na estratégia do apocalipse e saudosos do aconchego do ninho do poder que há muito, bem sabemos, lhes faz falta. À direita da direita sobra a sobranceria intelectual de quem entende que a escola é sempre mais de uns do que de outros; e ao representante da monarquia, agora ausente, resta o acerto de contas com as minudências do passado, agora transferidas para o ambiente.

O colorido oposicionista deste Parlamento tem latitude, mas pouca chama, investe sempre no mesmo sentido, mas desinveste no que verdadeiramente interessa aos Açores. Compra em saldos de fim de estação os *slogans* que a mediocridade aconselha. Resta pouco a aproveitar! Sabemos que dirão mais uma vez que somos feios, porcos e maus! Mas esperamos ainda com humildade democrática que não saibam dizer apenas isto!

Hão-de 3 vezes renegar os milhões, relativizar o investimento e desmentir os resultados. Com a arrogância da minoria que troca o desaforo pela evidência e o chavão pelo contraditório. Falta-lhes raça e nobreza. Sedentos da manutenção da sua pouca proficiência hão-de contar os tostões das suas queixas, lamentar os avales e

excomungar o betão. Resta-lhes o linguajar de trapos com que se entretêm no refúgio da maledicência.

**Vozes de deputados da bancada do PS e Deputado Aníbal Piros (PCP):** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** O património do Partido Socialista em matéria de qualificação é vasto e inalienável. Tem sido assim no reconhecimento das competências, na requalificação e reconversão, nos currículos alternativos, no ensino profissional, no empreendedorismo, na aposta na introdução das tecnologias de informação.

Intervimos nas escolas, no seu equipamento, na formação do pessoal docente, nos resultados escolares. Os nossos sucessos estão à vista, todos os dias, pelas escolas dos Açores.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Sucesso só nas secretarias, porque nas escolas não têm.

**A Oradora:** E onde está o reflexo das lamúrias da oposição?

Hoje temos mais docentes qualificados para menos alunos, mais sucesso escolar e muito menos abandono. Porque persistem então as queixas? Porque a velha inveja é sorrateiramente corrosiva e muito, mesmo muito má conselheira.

Sabemos o que ainda não fizemos e o que não fizemos da melhor forma. Não fugimos a este caminho. Mas não nos envergonhamos das nossas conquistas. Outros, que ainda acreditam piamente que só eles por direito divino podem ser governo, gostavam que assim fosse! Mas assim não é! E assim não tem sido! Não somos bem sucedidos para embaraçar o maior partido da oposição, os nossos sucessos a todos beneficiam. Para mal dos invejosos e para bem dos Açores.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Mas, Sras. e Srs. Deputados,

Cultivamos a tenacidade e a determinação. Da opção estratégica na educação depende o futuro dos Açores e do seu sucesso o nosso real desenvolvimento. Não ignoramos a nossa responsabilidade nem aligeiramos a sua urgência! Porque há sempre mais para se fazer e há sempre mais para se fazer melhor!

Sabemos do que fomos capazes. Aquilatámos da sua premência, encetámos a obra, conhecemos os meandros da incompletude a que toda a ousadia política se sujeita. Não somos, como outros, meros arautos da desgraça, impávidos queixosos.

Nós decidimos, nós construímos, nós pagámos. Os açorianos encontraram entre nós e o partido que governou os Açores durante 20 anos muito mais do que 10 diferenças. Temos sempre saído a ganhar na comparação. Assim funciona a democracia. Mesmo quando funciona contra nós.

Uma vez mais garantimos por via deste Plano e Orçamento e das Orientações a Médio Prazo o cumprimento dos compromissos assumidos com os Açorianos. Sabemos que eles nos observam e saberão aquilatar da sua eficácia. Não queremos loas despropositadas nem afagos infundados, mas não somos inconscientes nem amnésicos. Fomos capazes de fazer muito, muitas vezes e em muitos lugares. Em todos aqueles que era preciso que estivéssemos estivemos. Mesmo quando a tal não nos havíamos proposto. Sabemos por isso o que merecemos e, seguramente, Sras. e Srs. Deputados, merecemos a confiança dos açorianos!

Disse.

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Muito bem!

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, aceitam-se inscrições.

Não havendo pedidos de esclarecimento, passamos para a intervenção seguinte.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

**Deputado Jorge Costa Pereira** (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vejam a diferença de registo e tiremos as nossas conclusões.

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Muito bem!

**O Orador:** A Educação é reconhecidamente um pilar essencial do desenvolvimento dos povos e das sociedades. Por isso, nela, como em nenhum outro, se exigem metas ambiciosas, objectivos consensuais e metodologias claras e objectivas. E recomenda-

se o permanente estímulo à envolvimento da comunidade educativa na procura do rigor e da excelência.

Neste início de mandato do X Governo Regional, quando se debatem as Orientações de Médio Prazo, talvez se justifique olhar de forma mais abrangente para três de entre alguns daqueles que consideramos ser os próximos grandes desígnios na área da Educação. Desde logo, a ligação entre a escola e a sociedade. Reconhecemos todos hoje que a organização económica e social dos tempos actuais exige que na família o casal tenha de trabalhar. Por via disso, logo, desde muito novos, os filhos são lançados para fora da família, ao cuidado de instituições educativas que os acolhem desde os tempos da mais tenra infância até aos da juventude. Nelas passam mais tempo do que com a sua família e esta, incapaz de corresponder ao que lhe é solicitado em termos educativos e de aprendizagens, exige à Escola que ela cada vez mais preencha esse lugar e proporcione aos seus filhos muito da vertente educativa que até há pouco tempo era tarefa da família. Por isso, a Escola pública vive hoje tempos de transição e de mudança de paradigma: o da transformação do seu papel milenar centrado no acto de ensinar para uma pluralidade de novos papéis que lhe são exigidos. Aos membros da escola pede-se-lhes que sejam pais, assistentes sociais, conselheiros, orientadores, mediadores de conflitos e até mesmo gestores dos tempos livres dos alunos. E, na encruzilhada destes papéis, a Escola procura ainda o seu lugar e a melhor resposta aos novos tempos. O mais fácil tem sido exigir, principalmente aos professores, que sejam de tudo isso um pouco. Mas, como era de esperar, a resposta não é já suficiente para todas as solicitações. O exemplo da criação de lugares de Psicólogo nos quadros das escolas exige, nesta mudança de paradigma, que essa orientação tenha continuidade e que seja reforçada e alargada a outras áreas essenciais ao bom e completo desempenho desses novos papéis que são pedidos à Escola.

**Deputados Jorge Macedo (PSD) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um segundo desígnio tem a ver com um outro impasse que se vive na Escola pública: o seu modelo de funcionamento permanece estruturado e organizado para transmitir

conhecimentos (ou se quiserem o modismo actual, proporcionar competências) ao chamado aluno médio e em que este é portador de uma razoável motivação. O problema que crescentemente se vai detectando nas nossas escolas é o do número de alunos que estão lá apenas por um conjunto de obrigações de origem diversa ou porque não encontram nada de melhor para fazerem. Não possuem a mínima motivação para aprender e rejeitam todas as estratégias motivacionais. E apesar dos progressos assinaláveis que se têm verificado na diminuição do abandono escolar, importa urgentemente avaliar a qualidade e os resultados das várias respostas que existem e os potenciais efeitos contrários que algumas delas têm tido nas escolas, ao motivarem o aparecimento de verdadeiros guetos e crescentes problemas de indisciplina.

O impasse actual exige pragmatismo: por um lado, apostar em respostas de grande flexibilidade curricular, de preferência em ambiente de trabalho exigente e cooperativo; e, por outro, proporcionar a quem não conhece regras e vive nas margens da impunidade, que as suas opções e os seus actos tenham consequências.

**Deputados José Bolieiro e Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Um outro desígnio de futuro importa aqui também deixar expresso. E ele é o das competências dos nossos alunos. Como já foi reconhecido, os maus resultados dos alunos dos Açores nos relatórios PISA, indiciam que subsistem ainda problemas estruturais no nosso sistema educativo. Recorde-se que os resultados obtidos no estudo PISA permitem acompanhar, de uma forma regular, os sistemas educativos em termos do desempenho dos alunos, procurando medir a capacidade dos jovens de quinze anos para usarem os conhecimentos que têm, de forma a enfrentarem os desafios da vida real, em vez de simplesmente avaliar o domínio que detêm sobre o conteúdo do seu currículo escolar específico.

Os maus resultados verificados só provam e revelam a insensatez da mentalidade facilitista que se impôs nestes últimos anos nas escolas, particularmente na escolaridade obrigatória, com claros objectivos de limpeza estatística.

**Deputados Clélio Meneses, Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Cada vez mais ouvimos os professores se queixarem que a maioria dos alunos apenas se dispõe aos mínimos necessários para transitar, vítimas primeiras de um sistema que não só incentivou, como permite e lhes impregnou a ideia de que não é preciso fazer muito para passar de ano.

**Deputados Rui Ramos (PSD) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Os resultados do PISA deixaram-nos mal classificados. Ficámos em 26º lugar entre 30 países da OCDE. E não aconteceu nada.

Nos Estados Unidos, que ficaram à nossa frente, mas não muito melhor, os sinos tocaram a rebate. Por nomeação presidencial, criou-se, por exemplo, uma Comissão Nacional de Professores de Matemática que elaborou um relatório que é público e onde se propõem mudanças de fundo.

Aqui, parece reinar a apatia. É preciso agir. O desafio que propomos e para o qual estamos disponíveis para trabalhar, é o de reavaliar e questionar o nosso sistema e os nossos *curricula* e perceber como se explica que alunos que demonstram uma grande apetência por carreiras científicas obtenham tão medíocres resultados.

Ao escrutínio dos resultados obtidos no nosso ensino, importa juntar sentido crítico e disponibilidade política para enfrentar a mudança.

**Deputado António Ventura (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A Escola do futuro exige todo o nosso empenho. E a nossa comunidade educativa é dele bem merecedora.

Tenho dito.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições, tenho já inscritos os Srs. Deputados Aníbal Pires e Cláudia Cardoso, creio não haver mais inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer um comentário: o registo pode ser, efectivamente, diferente daquele que foi feito agora pelo Deputado Costa Pereira, mas o paradigma justapõe-se àquele que tem sido implementado pelo PS.

Gostaria de adiantar aqui um comentário: a escola nunca será substitutiva da família, por mais que queiramos. Logo, é minha opinião – e não discordando da necessidade de dotar a escola dos meios e dos recursos para, cabalmente, cumprir a sua função – importa dar tempo e oportunidade às famílias para que elas possam cumprir, igualmente, a sua função, coisa que não tem acontecido, em virtude daquilo que tem sido apresentado como uma inevitabilidade do desenvolvimento e da modernidade, mas que está a prejudicar as nossas sociedades.

É preciso tempo para que a família possa exercer cabalmente aquilo que lhe compete e, sobretudo, é preciso tempo para que a família se ame a si própria.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para pedir alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Costa Pereira, não sem antes fazer aqui um registo.

É evidente que o registo que o Sr. Deputado ali levou à tribuna é outro. Eu, de facto, se não o ouvisse, não acreditava. Gostava também de crer que é porque é *dia de petas* que o senhor fez algumas das considerações que fez daquela tribuna, porque vir dizer que o papel da escola neste momento se sobrepõe ao da família – e é nesse sentido que gostava de esclarecimento – Sr. Deputado, o que é que o senhor defende nesta matéria? Fecham-se as creches, ficam as mães ou os pais em casa a tomar conta dos filhos? Essa é a primeira pergunta que tenho para lhe fazer.

Segunda pergunta: os vândalos que o senhor diz que agora povoam as nossas escolas...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** A expressão é sua!

**A Oradora:** ...são alunos que, no vosso tempo, não estavam na escola. Neste momento, Sr. Deputado, nós tivemos a coragem – eu diria quase a ousadia – de querer integrar na escola todos os alunos, sem excepção, independentemente do seu percurso escolar, das suas limitações, criando percursos alternativos que, como sabe, foram muito bem sucedidos.

Eu pergunto se o senhor entende que a solução é persistir no erro de deixar que essas crianças e jovens, que hoje estão integrados no sistema de ensino e que não engrossam já os números do abandono escolar, continuassem fora da escola, sem ter acesso à educação e aí sim, e para usar a sua palavra: quem não conhece regras e vive nas margens da impunidade.

Nós consideramos que todos – todos – têm direito à escola. Os senhores consideram que, na escola, uns têm mais direito do que outros.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** É preciso poupar as escolas!

**A Oradora:** Essa era a filosofia do Estado Novo, Sr. Deputado, essa era a filosofia do tempo de Salazar, em que a escola era selectiva, punitiva e segregadora.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** São as suas palavras, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Esta não é a nossa filosofia, seguramente.

Digo-lhe mais: nem deve ser, com certeza, creio eu ainda, a filosofia seguida pelo seu partido.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que foi claro, para todos os que estiveram neste hemiciclo, a diferença de registo na forma como abordámos, quer em termos de linguagem, quer em termos de conteúdo, os problemas da educação.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Relativamente a isso estamos conversados e não vale a pena voltar a essa questão.

Gostava apenas de dizer duas coisas para ficarmos definitivamente esclarecidos.

Primeiro, a Sra. Deputada sabe que, de mim, nunca vai conseguir que eu entre no seu jogo argumentativo e me desvie daquilo que efectivamente disse.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** A senhora sabe perfeitamente que me pode tentar provocar das maneiras todas que entender, que pode pôr na minha boca coisas que eu não disse, mas sabe que essa linguagem eu não uso, nem nunca me vai ouvir usá-la.

Segunda questão: vândalos? Não falei em vândalos, falei de problemas concretos...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Quais?

**O Orador:** ...que existem nas escolas, problemas que resultaram directamente de algumas das medidas que foram adoptadas...

**Deputado José do Rego (PS):** Quais?

**O Orador:** ...como, por exemplo, a criação dos chamados Programas de Recuperação da Escolaridade.

**Deputado José do Rego (PS):** E não acha que é bom?

**O Orador:** E eu não estou a dizer que esse Programa é bom ou mau; o que eu estou a dizer é que esses problemas resultaram daí. Por isso, tenho defendido a necessidade de avaliar a sua implementação nas escolas e ver os problemas e os guetos que lá se criaram. É que, se não existem problemas nas nossas escolas, diga-me, Sra. Deputada, porque é que a Sra. Secretária Regional aqui, de manhã, veio defender que era preciso aumentar a autoridade dos professores nas escolas?

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Porque é? É porque está tudo bem? É porque não há problemas? Acerca disso, estamos conversados.

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Não estamos, não!

**O Orador:** E para estes equívocos, não posso roubar mais tempo aos meus colegas. Por isso, vamos às questões importantes e sérias. Sr. Deputado Aníbal Pires: eu provavelmente não me fiz entender, por isso devo-lhe um esclarecimento em resposta à sua intervenção. Eu não defendo, nunca defendi nem é isso que pretendia na minha

intervenção, defender que a escola se deve substituir à família. Coloquei-me foi numa perspectiva pragmática e real: as famílias e a sociedade actual da forma como estão organizadas exigem à escola uma série de respostas a que esta tem tido dificuldades em responder. O desafio de paradigma que eu coloco é o da escola ter necessidade de, no seu interior, se transformar, em várias das suas dimensões, nomeadamente, por exemplo, na questão dos quadros de pessoal técnico de apoio – psicólogos, sociólogos, etc. – para poder responder a alguns desses novos desafios que a evolução da sociedade coloca à escola e a que ela não tem sido capaz de responder.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Agora, a escola, naturalmente, nunca – e eu não aceito isso, nem defendo – poderá substituir a família.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Concordo mesmo consigo quando defende que deve é própria família ser objecto de apoios complementares e interdepartamentais que também a ajudem a resolver os problemas concretos que se lhe deparam no mundo de hoje.

Por isso, agradeço-lhe a sua intervenção e fica aqui este esclarecimento.

Muito obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Costa Pereira, para quem tem a mania que é bem-educado, fica-lhe muito mal falar em nível. Cada um fica com o registo das palavras que aqui profere, o senhor há-de ficar com este e o seu partido fica com este exemplo de boa educação e de elegância da sua parte.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Como por exemplo a palavra “mania”!

**A Oradora:** Queria dizer-lhe, Sr. Deputado que, relativamente às questões que lhe coloquei, o senhor não respondeu a nenhuma, talvez porque não saiba ou porque não quis. Na verdade, reafirmou aquilo que já tinha tido a oportunidade de dizer da tribuna, que acredita que se estão a criar guetos nas escolas.

Nós acreditamos que estamos a incluir todos os alunos, sobretudo aqueles que, antes, lá não estavam e que precisam mais de lá estar. É por isso que entendemos que a nossa política foi a correcta e que entendemos, também, que o exercício desta inclusão é um exercício incompleto, que ainda precisava de ir mais além, de abranger mais alunos. Nós precisávamos de ter um abandono escolar ao nível zero e não temos. Temos um abandono escolar muito diminuído em relação ao vosso tempo, como tive a oportunidade de dizer, mas ainda não chegámos ao zero e é esse o nosso propósito. Foi por essa razão.

O senhor não foi rigoroso quando disse da tribuna que as estatísticas tinham melhorado significativamente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** E os resultados, Sra. Deputada?

**A Oradora:** Como sabe, na altura desta inclusão houve, efectivamente, uma diminuição ao nível dos resultados, e esta diminuição ficou sobretudo a dever-se a esta inclusão, porque fomos nós que trouxemos alunos com mais problemas.

Como é evidente, e aí estamos todos de acordo, precisamos de mais apoio para esses alunos, mas também é verdade, Sr. Deputado Costa Pereira, que temos muito mais, por exemplo, do que tínhamos no vosso tempo, e o senhor sabe isso. No vosso tempo, não sei se não havia problemas de alunos nas escolas, ou se os alunos não eram problemáticos. A verdade é que, em termos de apoio, tinham muito menos do que nós temos actualmente.

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sabe o que está a dizer, Sra. Deputada? Ouça!

**A Oradora:** O que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que, nós não concordamos com essa visão. Para nós, não há guetos nas escolas. Para nós, as escolas estão ao serviço dos alunos e é esse o seu principal desiderato e o seu principal objectivo.

Portanto, esta inclusão foi benéfica, continua a sê-lo e foi, de facto, como está provado, o caminho certo a tomar. Os resultados estarão a breve trecho à vista,

quando se comprovar que esses alunos, de facto, conseguem, quando bem acompanhados e quando integrados, ter resultados como todos os outros – aqueles que o senhor acha que são os únicos que têm direito à escola – conseguem ter.

Obrigada.

**Presidente:** Vamos então passar para uma nova intervenção. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

*(Neste momento, o Sr. Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Sr. Deputado Mark Marques)*

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

#### 1. Ciência Tecnologia e Comunicações

Neste plano de 2009 gostaria, em primeiro lugar, de relevar o forte investimento em Ciência Tecnologia e Comunicações que aumenta, em 2009, 16% em relação ao ano transacto. Esta proposta de Plano e das Orientações a Médio Prazo 2009/2021, para esta legislatura, representam indubitavelmente a materialização dos princípios aprovados no Programa de Governo, por coincidência num ano onde a Europa focaliza muitas realizações nas áreas científicas e tecnológicas. Bastaria recordar que estamos em pleno ano Europeu da Astronomia, no Ano Europeu da Criatividade e da Inovação mas também terminam este ano as iniciativas do Ano Internacional do Planeta da Terra.

Como sustentámos nas Orientações a Médio Prazo o Plano Integrado para a Ciência e Tecnologia e Inovação (PICTI), será o referencial da política regional em matéria de Ciência e Tecnologia, definindo as grandes linhas estratégicas, designadamente, a consolidação do Sistema Científico e Tecnológico Regional; a internacionalização das unidades de Investigação e Desenvolvimento; o desenvolvimento de projectos de I&D no âmbito das políticas públicas; o aumento dos recursos humanos a exercer actividades de Ciência e Tecnologia; a dinamização dos centros de ciência; o desenvolvimento de actividades de I&D em contexto empresarial; a promoção das

tecnologias de informação e comunicação e o apoio continuado ao carácter tripolar da Universidade dos Açores que, só na última legislatura, representou mais de 25 milhões de euros. Estas diversas componentes abrangem um leque variado e amplo de agentes e instituições que se pretende que desenvolvam a sua actividade em interacção com a sociedade em geral, e o sector económico, em particular, rentabilizando os recursos aplicados e elevando a produção económico a outros patamares de qualidade e diferenciação.

Estamos a conferir um papel central à Região neste domínio, quer com novos projectos como o da ESA em Santa Maria, quer também ao nível de novas infra-estruturas, destacando-se naturalmente o cabo de fibra óptica que, sendo da responsabilidade da PT, tem o interesse e o empenho do Governo Regional.

Atendendo à nossa descontinuidade territorial e à nossa centralidade em relação à Europa e à América, as Comunicações emergem, por outro lado, como um factor primordial no desenvolvimento dos Açores. O Governo dos Açores continua por isso a exercer o papel que lhe compete para garantir a melhoria dos padrões de qualidade dos serviços, a libertação dos mercados, substituindo alguns défices de desempenho na malha concorrencial, levando a que os operadores invistam mais na Região de forma a facultar a toda a população o acesso fácil a todos os serviços, com qualidade e a mais baixos preços.

Este plano promove a Região não só como uma “concept-region” mas sobretudo visa edificarmos uma “network-region” ou seja uma região que conceptualiza mas também operacionaliza. Dito de outro modo, uma Região integrada em redes pensantes e inteligentes à escala global mas que consegue encontrar soluções científicas para as nossas especificidades, ou, se quiserem, através de políticas *glocais*.

Deste modo vamos desenvolver a partir deste ano de 2009 e no decurso desta legislatura diversas medidas e projectos transversais dos quais destacamos:

- 1) Criação de um módulo de estatísticas e indicadores de gestão, que irá funcionar a nível de cada organismo e irá permitir agregar informação a nível de todo o Governo Regional, de toda a documentação entrada, saída e interna, no âmbito do Sistema de Gestão Documental;

2) Criação de uma Intranet, visando a disponibilização de informação de um forma sistematizada e organizada (regulamentos, orientações, formulários, legislação, documentação, grupos de trabalho, etc.);

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Isso é gestão, não é planeamento.

**O Orador:** 3) Desenvolvimento de um projecto conjunto com o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), de modo a implementar uma área de visualização (utilizando o Microsoft Virtual Earth) onde as principais estatísticas relativas ao arquipélago (Turismo e Demografia) serão visualizadas de forma geo-espacial;

4) Loja Virtual de Cartografia que permita a comercialização de alguns produtos na área de cartografia;

5) Sistema de Gestão de Incentivos, abrangente em relação aos vários sistemas de incentivos, e integrado no Sistema de Gestão Documental do Governo. Desde logo, será “customizado” para o Sistema Científico e Tecnológico Regional;

6) Cobertura de toda a Região com a Rede de Estações Permanentes que vai proporcionar integralmente aos utilizadores novas facilidades e rigor nos trabalhos de geo-referenciação;

7) Reforço do Projecto Nereus, relativo às Regiões europeias que utilizam tecnologia espacial, onde os Açores são sócios-fundadores e pertencem ao “core-group” de onde emanam as decisões relativas ao desenvolvimento do projecto;

8) Instalação de redes Wi-Fi em alguns espaços públicos (aeroportos, praças e marinas) das ilhas da coesão e ainda equipamentos multimédia com informação de carácter turístico e de utilidade pública;

9) Iniciar a instalação da RAEGE, Rede atlântica de estações geodinâmicas e espaciais. Brevemente o Governo celebrará o protocolo de implementação com o Instituto Geográfico Nacional de Espanha, para a edificação de mais 3 estações de Geodesia e Radioastronomia em 3 ilhas dos Açores;

10) Dar continuidade ao projecto Cartograf, nomeadamente com a cartografia 5.000 da Região. Actualmente só dispomos de cartografia 5.000 da ilha de S. Miguel (candidatado ao PCT, Programa de Cooperação Transnacional). Fazer novos voos da região para actualização dos ortofotos que, entretanto, ficaram desactualizados;

- 11) Implementar o projecto GeoCid, que visa disponibilizar informação cartográfica aos cidadãos (candidatado ao PCT, Programa de Cooperação Transnacional);
- 12) Implementar o projecto SIP, Sistema de Informação Predial, que visa obter o cadastro rústico e urbano da Região (mais um programa no âmbito da Cooperação Transnacional);
- 13) Dar continuidade ao Projecto “Escolas Digitais”, nesta Fase II em articulação com a Secretaria Regional da Educação e Formação;
- 14) Criar nos estabelecimentos prisionais da Região condições, eventualmente uma sala multimédia, que permita o acesso a conteúdos recreativos, culturais e de formação;
- 15) Disponibilizar concertos e peças de teatro *on-line* ou em diferido, sempre que possível e tendo em conta os direitos de autor, aos hospitais, estabelecimentos prisionais e instituições de acolhimento de crianças, jovens e idosos, através de protocolos a estabelecer com entidades promotoras de eventos;
- 16) Transformar toda a infra-estrutura tecnológica, com recurso à virtualização, com o objectivo de dotar o “data center” do Governo de uma plataforma “disaster recovery”; isto é fundamental, numa Região com o nosso enquadramento geodinâmico, visto que podemos, de um momento para o outro, ficar sem as nossas bases de dados;
- 17) Lançamento da empreitada para a construção do Parque Tecnológico de S. Miguel;
- 18) Elaboração do projecto do Parque Tecnológico da Terceira;
- 19) Revisão do PICTI, Plano Integrado para a Ciência e Tecnologia, visando adequá-lo a novos desafios, nomeadamente no âmbito da investigação em contexto empresarial, da formação e da Divulgação Científica;
- 20) Criação de novos regulamentos no âmbito do PICTI, em particular nas medidas da Divulgação Científica;
- 21) Promoção do Roteiro dos Centros de Ciência. Os Centros de Ciência dos Açores são espaços de divulgação da cultura científica e tecnológica que visam potenciar a integração de todos os cidadãos na Sociedade do Conhecimento e que têm por objectivos contribuir para uma maior divulgação do conhecimento, do mundo escolar

e do mundo da ciência; apoiando também o ensino experimental, disseminando metodologias activas e facilitando, naturalmente, o acesso da população às novas tecnologias da informação e da comunicação.

22) Por último, nesta breve resenha de alguns exemplos, reforçar o investimento no âmbito das medidas de apoio aos cidadãos portadores de deficiência criando, paralelamente, regulamentos, até agora inexistentes, destinados a aprofundar as suas competências na área das Tecnologias da Informação e Comunicação e abrangendo a componente de formação.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

## 2. Acessibilidades intra-territoriais

As acessibilidades terrestres assumem um papel fundamental no contexto regional, o que exige uma extensa rede viária regional (mais de 1450 km) associada à orografia e ao tipo de povoamento.

Têm sido muito significativos os montantes destinados à construção/reabilitação das redes viárias que, na última década, já ultrapassaram os 260 milhões de euros, registando-se actualmente e felizmente condições muito favoráveis, em termos de modernidade e segurança viária regional. No próximo ano vamos continuar a avançar neste domínio, de modo a atingir o pleno da reabilitação viária no final desta legislatura. Por outro lado, estamos a dar continuidade ao desenvolvimento de um sistema de transportes terrestres seguro e sustentável sob o ponto de vista económico, financeiro, ambiental e social, prosseguindo-se assim como medidas para a modernização das frotas (já foram apoiados mais de 170 novos autocarros, em termos de aquisições, o que representa só por si uma diminuição de sete vezes menos emissões de CO por cada novo autocarro e uma poupança em combustível superior a 10 litros/ km percorrido, o que também é importante em matéria de PIB e de economia regional), bem como continuar com a melhoria da qualidade do serviço público de transportes terrestres, prosseguindo com o serviço público de transportes colectivo nocturno de fim-de-semana e implementando medidas de reestruturação de carreiras, horários e tarifários.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

## 3. Protecção Civil

O plano de investimentos de 2009 na área da Protecção Civil garante a qualidade e capacidade de intervenção dos serviços ligados à segurança das pessoas, com o reforço da intervenção junto da população e o fomento do seu envolvimento na promoção da prevenção, dando-se também particular relevo ao serviço de emergência terrestre e à sua modernização, através de novas valências que lhe estarão e já estão associadas. Paralelamente, vamos prosseguir com a implementação dos planos de cooperação estratégicos de intervenção e continuar e reforçar as parcerias no âmbito da investigação com a Universidade dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de investimentos de 2009 e as Orientações de Médio Prazo, inscritas na acção política da Secretaria Regional da Ciência Tecnologia e Equipamentos, privilegiam a densificação de uma sociedade, onde o saber e as tecnologias estejam ao serviço da sustentabilidade futura, ligando-se a inovação às pessoas, onde se entende a ciência como cultura, integrando-se os Açores em espaços de clusterização de craveira mundial e europeia, buscando-se novas centralidades e dimensões, e onde as acessibilidades intra-territoriais e a segurança dos açorianos representem factores que aplanam as barreiras da nossa descontinuidade.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Estão inscritos os Srs. Deputados Cláudio Lopes e José Cascalho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

**(\*) Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos:

Uma pergunta sobre equipamentos.

O Quartel dos Bombeiros das Lajes do Pico, mandado construir pelo último governo do PSD, foi inaugurado por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> em Setembro de 1997, já lá vão 12 anos. No discurso inaugural foram referidas e reconhecidas por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> as limitações físicas e materiais daquele edifício, limitações que têm muito a ver com as necessidades reais e permanentes da Associação e da Corporação de Bombeiros das Lajes do Pico. Elas são, nomeadamente, a necessidade de construção de uma camarata para a secção feminina, um espaço para a prestação de cuidados de saúde e um refeitório.

Os órgãos dirigentes desta associação têm, ao longo destes 12 anos, pugnado junto do Governo Regional e dos Serviços de Protecção Civil pela ampliação do Quartel dos Bombeiros, uma ampliação necessária para servir melhor aqueles que servem, de modo voluntário, tão nobre causa social que é o prestar auxílio e socorro às populações em situações de urgência, de emergência ou de catástrofes naturais.

Os actuais órgãos dirigentes têm um projecto técnico para a referida e tão necessária ampliação, projecto que foi entregue ao Governo há muito tempo. O licenciamento camarário está feito há vários meses. Esperam os ditos dirigentes por uma resposta do Governo.

A resposta tarda em chegar. O Plano 2009, aqui em discussão, ignora por completo esta obra. Trata-se de mais um compromisso assumido há 12 anos e não cumprido.

Peço-lhe, Sr. Secretário Regional, que informe esta câmara quanto à verdadeira intenção do Governo nesta obra, que corresponde à legítima ambição e a uma necessidade permanente da Associação dos Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

**(\*) Deputado José Cascalho (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Congratulamo-nos com o aumento de investimento anunciado para o Programa 12, Investigação, mais concretamente para as acções contempladas no ponto 12.1, Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores, acções essas que, como disse, estão de acordo com o plano integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação. Mas, olhando com atenção para o plano do Orçamento, verificamos que as acções 12.1 a

12.4, que apoiam directamente a investigação em bolsas de formação avançada, no contexto de projectos de investigação, no apoio às unidades de investigação creditadas e no apoio à promoção da divulgação da ciência, sofrem uma redução de investimento quando comparadas com o ano passado.

Constatamos que, quando contabilizadas estas 4 acções que referi – e eu tenho um gráfico que posso mostrar, no vermelho, pode ver-se em 2009 relativamente ao de 2008 – há um desinvestimento de um milhão, aproximadamente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não vêem nada. Só vêem o que querem.

**O Orador:** Portanto, gostaríamos de ver mais investimento nestas acções no Plano, aumentando o investimento global nesta acção 12.1 do Programa 12.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

**(\* Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):**

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Lopes, de facto o Governo não é responsável por 12 anos de espera do projecto da Associação Humanitária de Bombeiros das Lajes do pico. Como disse, foi entregue há poucos meses. Também não é responsável pelo licenciamento camarário, que foi entregue há ainda menos meses.

Nós fizemos um plano de investimentos, atempadamente, no último Verão e foi considerado que não estavam reunidas as condições necessárias de aprovação do projecto para avançarmos para essa obra. Mas também foi assumido que essa obra será tida em conta nesta legislatura e, por isso, não há atraso de 12 anos.

Se houvesse atraso de 12 anos, haveria um atraso de 12 anos de quem é responsável por fazer o projecto, que é a Associação Humanitária de Bombeiros. A Câmara Municipal só pode licenciar o projecto que existe ou que não existe, não são nem o Governo nem a Protecção Civil os responsáveis, como sabe, pela feitura de projectos de ampliação ou outros quaisquer. O Governo é responsável pela sua aprovação e pelo seu financiamento e calendarização em sede de Plano.

Portanto, a resposta está dada em relação a essa matéria.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Muito mal dada, Sr. Secretário.

**O Orador:** É um investimento desta legislatura desde que, analisado o projecto, esteja em conformidade com os parâmetros em matéria operacional e em matéria, sobretudo, das áreas que nós aprovamos para as questões operacionais dos quartéis.

Em relação ao Sr. Deputado José Cascalho, gostava de lhe dizer que, de facto, o Plano da Ciência e Tecnologia sofre um aumento de 16%. As acções que nós temos elencadas aqui estão associadas ao tipo de execução financeira que temos vindo a verificar ao longo dos anos e que representam também os projectos que são entrados.

Aquilo que lhe quero manifestar e que quero assegurar é que não há projectos de investigação que entrem como candidaturas e que se enquadrem nos regulamentos que já existem ou naqueles que estão a ser, agora, construídos, que deixem de ser apoiados por insuficiência destas verbas, porque nós sabemos que elas são suficientes para apoiar os projectos de investigação que hão-de entrar ao longo do tempo.

É de realçar, isso sim, a grande aposta do Governo Regional em aumentar em 16% todo o programa para, efectivamente, podermos dar ao sistema científico e tecnológico regional as bases que nós entendemos que são fundamentais para fundar, na sociedade do conhecimento e da informação, um novo esteio, um novo pilar do desenvolvimento regional, que se tem vindo a afirmar, através da Universidade dos Açores, mas sobretudo através dos centros de investigação e desenvolvimento e já tem tido frutos, como aquele que aconteceu há dias, com a clonagem do bovino, e é trabalho dos investigadores da Universidade dos Açores, que têm sido apoiados, fundamental e quase exclusivamente, pelo Governo Regional.

Por isso, achamos – só um pouco à margem de parêntesis – alguma dose de absurdo vermos outras entidades, nomeadamente autarquias, quando dão um apoio de 5 mil euros para um congresso, acham que o Governo Regional não apoia a Universidade dos Açores e quem apoia são essas mesmas câmaras. Mas isso acontece porque as pessoas gostam muito de falar do que não sabem ou do que não conhecem.

De qualquer modo, o que é importante realçar é que há aqui uma vontade inequívoca do Governo Regional em afirmar a ciência e a tecnologia nos Açores através de projectos concretos, que signifiquem emprego qualificado para a Região, mais-valias para as empresas e, também, um novo patamar de conhecimento em termos dos

cidadãos. É essa a aposta do Governo Regional, quando aponta no horizonte o sistema científico e tecnológico regional. Ou seja, nós não estamos a pensar só em investigação fundamental, nós estamos a pensar em soluções científicas para os problemas específicos desta Região.

**Presidente:** Creio não existirem mais pedidos de esclarecimento, vamos passar a outra intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a debater o Plano e Orçamento para 2009, bem como as Orientações a Médio Prazo, numa conjuntura de crise, oficialmente reconhecida como uma das piores, depois da grande recessão dos anos trinta.

Temos a percepção que esta crise está a afectar todas as nove ilhas dos Açores. Cada uma com as suas particularidades. Em S. Miguel, onde a iniciativa privada domina a economia, os impactos da crise já assumem proporções de grande preocupação. Se as medidas certas não forem tomadas a tempo e horas, uma crise social poderá estar à porta.

Não se trata de alarmismo da minha parte, nem de retratar um cenário catastrófico. O que se sente é que a situação social se degrada com o aumento do desemprego, privando famílias dos seus salários e dos rendimentos adequados a uma digna sobrevivência. Muito embora muitas das grandes empresas tentem, por todos os meios, assegurar os empregos dos seus trabalhadores, o certo é que os pequenos subempregados já tiveram que despedir, registando-se casos de operários sem a segurança social e que agora se vêem privados de rendimento.

Por outro lado, em S. Miguel, o surto de construção diminuiu drasticamente, e ainda existem mais de 2000 fogos que não encontram compradores, o que provoca uma quase paralisação do sector da construção civil, com todas as consequências negativas para a economia.

Por isso, não é demais referir que se torna imperioso tomar medidas de emergência, no sentido de se apoiar as famílias no seu rendimento, de modo a dar-lhes confiança, enquanto consumidores e dinamizadores da economia.

**Deputado José San-Bento (PS):** Tiveram 5 meses para tomar essas medidas!

**O Orador:** O mercado da oferta e da procura de casa carece de dinamização e de intervenção urgente.

O Grupo Parlamentar do PSD auscultou os vários parceiros sociais em S. Miguel. E constatou que os micalenses têm muito capital de queixa e que lhes deve ser dada uma melhor atenção. É que *“ao pobre não prometas e ao rico não devas”*.

Apesar do muito que já foi feito, é minha obrigação lembrar que os micalenses esperam ainda por várias obras em estradas, há muito prometidas, desde a via alternativa à Ribeira Quente, que foi promessa solene na sequência da tragédia das cheias de 1997, passando pela Variante a Rabo de Peixe que passa de ano para ano, sem que o governo se digne informar o ponto de situação da sua efectiva construção. A ligação das SCUTs à Povoação é uma aspiração lograda e constitui uma das outras vias terrestres que são estratégicas para o desenvolvimento e para o combate às assimetrias internas da ilha de S. Miguel.

**Deputado José do Rego (PS):** O senhor teve a resposta.

**O Orador:** Importa também não descurar a pretensão dos nordestenses, relativamente à alteração do troço da SCUT de ligação final à Vila do Nordeste.

É opinião generalizada – e veiculo a opinião de alguns parceiros sociais, que corroboro – que foi um erro deste governo, a opção do processo das SCUTs, porquanto o Governo Regional tinha alternativas de procedimento que podiam envolver mais as empresas açorianas e neste momento algumas delas não estariam a passar pelo sufoco em que neste momento vivem, para além de se evitar a saída das mais-valias, com a construção dos novos troços.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Constata-se, igualmente na análise deste Plano, que algumas obras estão inscritas mas com dotação insuficiente, apenas para fingir, mas que não servirão para concretizar a pretensão das populações.

De acordo com os parceiros do sector agrícola, a crise chegou há muito tempo, mesmo muito antes da crise internacional que agora também assola toda a Região.

Os empresários agrícolas micalenses têm dificuldades de liquidez. Os caminhos agrícolas, fora dos Perímetros de Ordenamento Agrário, são esquecidos pelos

Serviços competentes e as verbas para a extensificação pecuária em S. Miguel são manifestamente insuficientes.

**Deputados António Ventura (PSD) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! Muito bem!

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** No âmbito das pescas, apesar do Governo prometer reforçar o apoio aos pescadores no âmbito do FUNDOPESCAS – um mecanismo estrutural de protecção social, criado para apoiar os profissionais da pesca, que por questões de mau tempo não podem exercer a sua actividade – constata-se que são incompreensivelmente retiradas verbas deste Plano de 2009, diminuindo-se a dotação relativamente à prevista no Plano e Orçamento de 2008.

**Deputado António Ventura (PSD):** Como é possível?

**O Orador:** Por outro lado, no programa regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca, não está inscrita qualquer verba para o porto de Rabo de Peixe.

A verdade porém é que o Porto de Rabo de Peixe carece, com urgência, de um contra-molhe, bem como obras para o porto da Ribeira Quente.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Se os Açores têm a nível nacional um dos mais elevados índices de pobreza segundo o rendimento, é, infelizmente, em S. Miguel onde se podem encontrar as maiores bolsas de pobreza dos Açores.

**Deputados António Ventura e Cláudio Lopes (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Em 2007, 65,9% dos beneficiários do rendimento social de inserção social eram desta ilha. No entanto, as verbas destinadas à solidariedade social para S. Miguel, num ano que deveria ser de combate à crise, vejam só: caem de 6.371 mil euros para apenas 3.785 mil euros.

A pobreza e a exclusão social são factores que põem em risco a sustentabilidade do sistema social, sendo os mecanismos de protecção social fundamentais na manutenção dessa sustentabilidade. Por isso, neste ano de crise, reclamamos para S. Miguel uma estratégia para a promoção da sua coesão social.

As expectativas dos micaelenses ficam neste Plano defraudadas, no que diz respeito à falta de verba para muitas promessas, designadamente, quanto à construção do Centro

de Saúde de Ponta Delgada, prometida desde a venda do palacete Marquês da Praia e Monforte, que não voltará a ser concretizada ainda este ano, pois apenas está prevista a verba para o respectivo projecto. O mesmo acontecerá com a prometida construção das secções destacadas dos Bombeiros Voluntários na Lagoa e nas Capelas, visto que o Plano só regista a irrelevante verba de 25.000€; quanto à construção da escola Natália Correia, há muito prevista na carta escolar de Ponta Delgada, esta continuará a ser mais uma miragem para S. Miguel.

Se estas obras eram para ter graça eleitoralista, o nosso povo diz e com razão que “*a graça, para ter graça, basta uma só vez*”.

**Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Por outro lado, não foi contemplado o reordenamento da orla marítima da zona do portinho de São Pedro, com a construção de uma zona comercial e instalações náuticas. Outrossim, a verba para o Centro de Arte Contemporânea é manifestamente insuficiente para uma promessa de tão grande alcance cultural para o Concelho da Ribeira Grande e para os Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo – que agora aqui não está –, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito foi feito nos Açores, é certo, mas há muito prometido que ainda está por fazer em São Miguel, o principal motor do progresso e crescimento dos Açores. Por isso, a coesão social e económica de toda a Ilha – hei-de convidá-lo, para ir de romeiro também, Sr. Deputado San-Bento – deve constituir um objectivo político, onde os mais carenciados e os mais distantes dos centros urbanos possam envolver-se e contribuir para o seu desenvolvimento.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** S. Miguel exige uma estratégia, onde toda a ilha sinta que o seu potencial é optimizado no processo de desenvolvimento e de coesão económica e social.

Acreditamos nas potencialidades de S. Miguel e acreditamos nos Açores.

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):** A Ribeira Grande é que não!

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)*

**Presidente:** Aceitam-se inscrições para esclarecimentos.

Está inscrito o Sr. Deputado José do Rego.

Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

**(\*) Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos a mais uma intervenção do Sr. Deputado António Pedro Costa de miserabilismo, da miséria de São Miguel, a tristeza, que tudo se passa mal naquela ilha, coitados.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** O senhor é que está a dizer isso.

**O Orador:** Para nós, nas políticas sociais, nas políticas de desenvolvimento, a postura que o Partido Socialista tem tido aqui na sua bancada é pensar nos Açores e, ao pensar nos Açores, estamos pensando na Ilha de São Miguel a nível social e a nível económico.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Os Açores ficarão mais fortes!

**O Orador:** Portanto, Sr. Deputado António Pedro, essa miséria do desemprego, da estrada, do buraco, do porto da Ilha de São Miguel não é a miséria dos Açores, é o desenvolvimento dos Açores, que passa por São Miguel e por todas as ilhas dos Açores.

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):**  
Muito bem!

**O Orador:** Relativamente às dúvidas do Sr. Deputado António Pedro e do PSD, eu gostaria que o PSD resolvesse, de uma vez por todas, os seus problemas.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Eu não tenho é tempo para debater!

**O Orador:** O PSD esteve aqui nesta casa, votou as SCUTs por maioria, queria SCUTs para o Pico, queria SCUTs para a Terceira, e hoje põe em dúvida as SCUTs de São Miguel.

Srs. Deputados do PSD, que diabo é isso? Nunca sabem o que querem para os Açores!

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**O Orador:** Os autarcas do PSD querem SCUTs, os deputados ficam nas dúvidas existenciais. O PSD que resolva, duma vez por todas, os seus problemas. A Câmara do Nordeste quer SCUTs, a Povoação diz que quer SCUTs, que não chegaram lá, a Vila Franca queria as SCUTs, os deputados da Ilha do Pico queriam SCUTs, todos os deputados da Terceira queriam SCUTs e hoje, o Sr. Deputado Bolieiro veio dizer “as SCUTs não”.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Noutra modalidade, Sr. Deputado.

**O Orador:** Nós explicámos, o PSD compreendeu na altura, votou a favor das SCUTs. Hoje, continua baralhado acerca dessa situação.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Fazem orelhas moucas à sociedade açoriana, fazem orelhas moucas aos empresários!

**Deputado António Marinho (PSD):** O senhor tem é que dizer a verdade lá para fora.

**O Orador:** Sr. Deputado António Marinho, inscreva-se.

**Deputado António Marinho (PSD):** Isso é iludir as pessoas.

**O Orador:** Não é iludir. Sr. Deputado António Marinho, o senhor sabe, como eu sei, o que é um projecto de SCUTs. O senhor sabe que votou.

**Deputado António Marinho (PSD):** Eu sei. O senhor é que está a iludir.

**O Orador:** Agora, assumo as consequências da sua votação. O senhor votou contrariado, porque não quis ir contra os seus autarcas, mas agora ainda tem dúvidas, mais o Sr. Deputado da Povoação. Continua baralhado nessa situação. Fez uma conferência de imprensa de propósito.

**Deputado António Marinho (PSD):** O senhor diga a verdade lá para fora.

**O Orador:** Nós temos feito empreitadas à dimensão das empresas dos Açores. Achamos que as empresas dos Açores devem associar-se para irem a determinados concursos. Essas é que são as soluções para os Açores, não é esse miserabilismo da parte do PSD.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Foi um erro!

**Deputado António Marinho (PSD):** Contacte com as associações que elas vão dizer-lhe a verdade!

**O Orador:** Sr. Presidente, posso continuar?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Se quiser, posso inscrevê-lo, Sr. Deputado António Marinho.

**O Orador:** Sr. Deputado António Pedro, voltamos agora ao nosso quintal, ao nosso Concelho da Ribeira Grande, às nossas misérias...

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** O senhor é que é o miserabilista!

**O Orador:** ...na ideia do Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Pedro, sobre a envolvente a Rabo de Peixe, eu queria que o senhor me dissesse: quando o senhor era Presidente da Câmara da Ribeira Grande, quantas casas não fiscalizou, casas que hoje tiveram de ser demolidas para aquela envolvente poder passar?

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** A culpa é do Sr. Secretário, que não fez as medidas preventivas deste Governo.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** O que é que eu fiz? Eu não fiz nada!

**O Orador:** Onde é que estava a fiscalização, no seu tempo, para esta área?

Sr. Deputado António Pedro, relativamente ao porto...

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Onde é que está o dinheiro?

**O Orador:** Sr. Deputado, tem tempo, fale quando estiver no seu tempo, inscreva-se.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Eu não tenho tempo para falar, se eu tivesse, falava.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Eu gostava que deixassem falar o Sr. Deputado José do Rego.

**O Orador:** Sr. Deputado António Pedro, relativamente ao porto de Rabo de Peixe, a nossa estimada vila, nós entendemos que o porto deve ser remodelado e vai ser remodelado. Este ano vão ser feitas obras no porto de Rabo de Peixe. Não precisa de

se preocupar, está inscrito no Plano, nós temos verba aí agregada para o porto de Rabo de Peixe, não se preocupe com isso.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Relativamente à grande obra do contra molhe, já foi dito pelo Sr. Secretário que há que fazer estudos para essa área. Nós entendemos...

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** 12 anos para fazer estudos.

**O Orador:** Sr. Deputado António Pedro, já disse nesta casa que houve tempos em que Rabo de Peixe tinha uma rampa de varagem. Nós hoje não discutimos rampas de varagem, discutimos portos de Rabo de Peixe.

Tenho dito.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar para a próxima intervenção. Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

**Deputado Manuel Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Enquanto legítimos representantes do Povo Açoriano somos convocados, neste período legislativo, a debater e votar as Orientações de Médio Prazo para o período 2009-2012, o Plano Regional Anual para 2009 e o Orçamento da Região para 2009, que constitui a tradução financeira do referido Plano Anual.

Vou deter-me, nesta intervenção, na análise das medidas de política que o Governo dos Açores apresenta e submete à apreciação desta Assembleia para os sectores da **Protecção Civil e da Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos**, condensadas nos Programas 17 e 18 do Plano e enquadradas no objectivo geral de **Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental**.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vasta é a obra e volumosos são os investimentos realizados na nossa Região pelos sucessivos governos da responsabilidade do Partido Socialista ao longo dos últimos doze anos.

No que se reporta à Protecção Civil, entre 1997 e 2008 foram investidos cerca de vinte e cinco milhões de euros em infra-estruturas básicas, quase dez milhões de euros em equipamentos e um milhão e cem mil euros na formação de bombeiros, o que representa um investimento total próximo dos trinta e cinco milhões e quatrocentos mil euros.

Neste intervalo de tempo foi concluída a construção de dois quartéis de bombeiros, foram feitas beneficiações em outros dois e construídos três novos quartéis; foram entregues às corporações de bombeiros da Região um total de cinquenta e nove veículos de combate a incêndios e apoio, bem como oitenta e cinco veículos do serviço de saúde; e foi implementada a nova rede de Comunicações de Emergência do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, ao que consta a melhor do país, que representou um investimento superior a seis milhões de euros.

Outrossim, e no que diz respeito à rede viária regional, entre 1996 e 2008 foram investidos nos Açores cerca de duzentos e sessenta milhões de euros, o que permitiu a construção e/ou a reabilitação de cerca de mil quilómetros de estradas regionais.

Paralelamente, e no referente à sinalização e equipamentos de segurança nas estradas regionais, nos últimos doze anos o investimento regional ascendeu aos seis milhões e meio de euros.

Temos sem dúvida hoje nos Açores estradas boas e seguras. E poderiam ser ainda melhores...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Pois: poderiam!

**O Orador:** ...e mais seguras se, em algumas ilhas, como é exemplo gritante a ilha do Pico, não se verificassem estragos constantes provocados por entidades públicas, designadamente autarquias locais que, impunemente, esburacam a seu bel prazer os pisos das estradas, provocando a sua acelerada degradação e conseqüente perda de segurança.

**Deputados Hernâni Jorge e José Lima (PS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa do X Governo dos Açores, aprovado nesta Assembleia em Dezembro último, define como objectivos estruturantes no âmbito da Protecção Civil: garantir a

qualidade e a capacidade de intervenção dos Serviços; reforçar a intervenção junto da população, fomentando e garantindo o seu envolvimento na promoção da prevenção e da segurança; e prosseguir com a implementação dos planos estratégicos de intervenção e continuar a fomentar as parcerias no âmbito da investigação e cooperação.

No que se refere aos Transportes Terrestres e Sistema Rodoviário, estão plasmados no Programa do Governo os objectivos de continuar a ajustar o plano rodoviário regional ao potencial de crescimento do tráfego de cada ilha e a modernizar a rede viária regional; continuar a desenvolver um sistema de transportes terrestres seguro e sustentável; prosseguir e consolidar as políticas desenvolvidas na melhoria da qualidade do serviço público de transporte terrestre; proceder ao incremento da regulamentação desse mesmo sector; e reduzir os índices de sinistralidade rodoviária. Quanto à Construção Civil e Obras Públicas, o Programa do Governo aponta como objectivos para esta legislatura aumentar a qualidade, a competitividade e a produtividade global do sector e reduzir os índices de sinistralidade na actividade da construção civil.

Em absoluta coerência com o Programa do X Governo dos Açores, os principais objectivos estabelecidos nas Orientações de Médio Prazo para o próximo quadriénio, no que respeita à Prevenção de Riscos e Protecção Civil, traduzem-se em garantir a qualidade e capacidade de intervenção dos serviços de protecção civil e continuar a fomentar as parcerias no âmbito da investigação e cooperação.

Quanto aos Transportes Terrestres e Rede Viária Regional a política a desenvolver passa pela melhoria das acessibilidades, mediante a reabilitação e conservação das vias existentes, e também o reforço das condições de segurança nas estradas regionais, a par do desenvolvimento de um sistema de transportes terrestres seguro e sustentável e da redução dos índices de sinistralidade rodoviária.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O corrente ano de 2009 é o primeiro deste novo ciclo de governação resultante das eleições do passado mês de Outubro e que se vai prolongar por quatro anos.

Espera-se portanto que o Plano Anual e o Orçamento ora em apreciação se compaginem com os documentos a que antes fiz referência. E de facto assim acontece.

No que respeita à **Prevenção de Riscos e Protecção Civil**, surgem como principais medidas o financiamento da aquisição de viaturas de combate ao fogo, de ambulâncias de socorro medicalizáveis e de ambulâncias de transporte para as corporações de bombeiros, bem como a reabilitação de diversos quartéis de bombeiros.

Porque mais vale prevenir que remediar, estão também previstas acções de formação e sensibilização à população na área de protecção civil e o desenvolvimento dos projectos “O Idoso em Segurança” e “Aprender a Socorrer”.

No que concerne à programação financeira, o **Programa 17 – Protecção Civil** está dotado com cerca de oito milhões de euros, destacando-se o projecto de construção e remodelação dos quartéis de bombeiros com a dotação de cerca de dois milhões e cem mil euros e as verbas destinadas ao Serviço Regional de Protecção Civil, que ultrapassam os quatro milhões e oitocentos mil euros.

Referência, em termos de programação material, para a aquisição de um auto-tanque pesado para a Associação de Bombeiros da Horta, o apoio à aquisição de três ambulâncias de socorro medicalizáveis, para Ponta Delgada, Nordeste e São Roque do Pico e 2 ambulâncias de transporte para a Horta e Praia da Vitória e o início da construção do Quartel dos Bombeiros de Angra do Heroísmo.

Em matéria de Transportes Terrestres, Obras Públicas e Equipamentos as prioridades estabelecidas para o ano em curso reproduzem os objectivos definidos nas Orientações de Médio Prazo. No âmbito dos transportes colectivos de passageiros, merecem ainda destaque as medidas destinadas a fomentar o crescimento na procura do transporte colectivo e consequentemente uma diminuição do número de viaturas ligeiras nos principais centros urbanos.

No sector das Obras Públicas e Equipamentos as principais prioridades vão para o desenvolvimento tecnológico e a certificação de novos e melhores materiais de construção de modo a aumentar a qualidade da construção civil e obras públicas, a

promoção da competitividade e produtividade do sector, o aumento da qualificação dos recursos humanos e a melhoria da fiscalização das condições de trabalho.

Em termos de dotação financeira o **Programa 18 – Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos** está contemplado com uma dotação muito próxima dos cinquenta milhões de euros.

No contexto deste Programa assumem particular relevo: os projectos de construção e reabilitação de estradas regionais, num montante de investimento que atinge os vinte milhões e seiscentos mil euros; as transferências para a SPRHI, na ordem dos doze milhões e setecentos mil euros e destinadas sobretudo ao financiamento da empreitada de reabilitação da Via Vitorino Nemésio, na ilha Terceira; o Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária, dotado cerca de sete milhões de euros; e a construção, ampliação e remodelação de Edifícios Públicos, contemplada com mais de quatro milhões e seiscentos mil euros.

Do vasto conjunto de acções a desenvolver, destaque para a construção das variantes a Rabo de Peixe, à Povoação e às Capelas, em São Miguel, a variante a São Carlos, na Terceira, e a beneficiação e pavimentação das estradas regionais em todas as ilhas dos Açores.

Destaque também para as beneficiações e reformulações a realizar no Palácio da Conceição, no Palácio de Santana e no Palácio dos Capitães Gerais e a beneficiação de um imóvel destinado à instalação de serviços desta Assembleia Legislativa aqui na Horta, dotada com meio milhão de euros.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma última mas não menos importante referência para a implementação de um serviço de transporte colectivo regular de passageiros na Ilha das Flores, que dentro em breve será objecto de concurso público internacional.

Este novo sistema de transporte colectivo de passageiros permitirá abranger e garantir o maior afluxo de passageiros no período escolar, ajustando-se automaticamente em termos de carreiras e horários fora deste período, onde se verifica menor afluência de utentes.

Da adopção desta medida, que será concretizada através da celebração de um contrato de prestação de serviços com a validade de seis anos e um custo anual estimado em trezentos e cinquenta mil euros, esperam-se melhorias significativas em relação ao actual serviço prestado pela Associação de Municípios da Ilha das Flores, de forma a garantir um serviço público regular, seguro e de qualidade.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

O Plano Regional para 2009 dá a resposta adequada a muitas das necessidades e satisfaz inúmeras aspirações dos açorianos de todas as ilhas.

É um Plano realista, rigoroso e verdadeiro, devidamente suportado pelas dotações inscritas no Orçamento que o suporta.

É um Plano que responde positivamente a muitos dos compromissos assumidos pelo Partido Socialista perante os eleitores no último acto eleitoral.

É um Plano coerente com o Programa do X Governo dos Açores e as Orientações de Médio Prazo 2009-2012, conforme penso ter deixado demonstrado.

É um bom Plano! Merece o nosso voto! Merece a nossa aprovação!

Para bem dos Açores e dos Açorianos.

Disse!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Aceitam-se inscrições para esclarecimentos.

Não havendo inscrições, passamos para a intervenção seguinte, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

**Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Está reunida Assembleia para discutir os documentos que vão, na prática, orientar as políticas do Governo Socialista, através do Plano e Orçamento para 2009, assim como as Orientações de Médio Prazo para o próximo quadriénio.

As três últimas intenções de Investimento Público, incluindo a de 2009, reflectem uma política de continuidade, de acordo com o mapa desenhado nos últimos Planos de Investimento para a Região Autónoma dos Açores.

O Investimento público de 2007 para 2008 cresceu cerca de 12%, enquanto o aumento verificado de 2008 para 2009 situou-se num crescimento de 10%.

A ambição do Governo em relação ao Investimento afecto a cada Ilha cresceu, por via do aumento anteriormente referido, mas também, devido ao facto da sua componente “Não Desagregada” por Ilha ter vindo a diminuir ao longo dos últimos três anos: cerca de 25%, em 2007; 20%, em 2008; e 15%, em 2009 (correspondendo, neste caso a 111.665.780 euros).

Nos últimos três anos, o Investimento Público Anual tem sido desagregado, em termos de ponderação, pela seguinte ordem: São Miguel, Terceira, São Jorge, Faial, Pico, Santa Maria, Flores, Graciosa e Corvo.

Factores de ordem económica, social e política estarão por certo na base desta tomada de posição. Conseguimos entender quase todas, menos as de carácter político.

Este é o cenário que o Governo “monta”, estando as “Ilhas de Coesão” com o melhor rácio a nível de Investimento Público, por habitante.

Não é pois correcto dizer que o Governo investe onde tem de investir para melhor servir os Açores e os Açorianos. O Governo definiu um factor de ponderação para cada Ilha e não se desvia desta estratégia, numérica, mesmo que com isto possa prejudicar algumas Ilhas.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo;

É, pois, com alguma prudência, a abordagem que é feita ao Investimento público de 2009.

Muitas intenções, mas também muitas dúvidas nas suas concretizações.

Farei, por ora, um pequeno roteiro pelos diferentes Concelhos da Ilha de São Miguel: O que se retém da leitura do Plano Anual Regional de 2009 é que algumas obras importantes vão ter início este ano. Mas é sobre os investimentos que o documento não dá resposta que começaria este percurso.

Ponta Delgada:

Construção da Escola Básica e Secundária com Ensino Artístico na Levada, prometida desde 1996, já esteve em Planos anteriores; passados 12 anos nada se sabe sobre a sua concretização.

Instalação do Ensino Secundário nas Capelas, para quando?

Projecto de recuperação das Termas da Ferraria, nos Ginetes: em que fase é que se encontra o projecto, uma vez que muitas dúvidas subsistem em relação a esta obra?

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Isso é público.

**O Orador:** Nos Mosteiros: Reservatório de água para a Lavoura? E a necessária intervenção na zona portuária? Sempre se vai concretizar a obra de Reordenamento da orla marítima daquela localidade?

Ribeira Grande:

Estão previstos grandes investimentos para Rabo de Peixe, perguntamos: e no resto do Concelho?

Sabendo que em Rabo de Peixe o aumento do Porto de Pescas é uma obra importante e que carece de rápida concretização, perguntamos: irá ser concretizado em 2009?

Lar de idosos no Pico da Pedra: só existem 50.000 euros inscritos no Plano para 2009; presume-se que será unicamente para a compra do terreno, no entanto, a publicidade já lá existe...

Lagoa:

Projectos de protecção na orla marítima da Atalhada e Relvinha?

Porto de Recreio da Lagoa?

Escola EB 1,2,3 de Água de Pau, sempre será para este ano o arranque desta obra, ou é para não passar mais uma vez do papel? Isto, porque a Sra. Secretária Regional da Educação afirmou que sim, mas a Sra. Deputada Cláudia Cardoso omitiu-o na sua declaração, pelo que ficámos na mesma, sem saber se, efectivamente, se irá concretizar ou não.

Povoação, Vila da Povoação:

Obras de requalificação no Porto?

Na Ribeira Quente, a construção de uma segunda via rodoviária de acesso à freguesia é uma promessa por cumprir há mais de uma década; para quando a sua concretização?

Vila Franca do Campo e Nordeste:

As SCUT'S e respectivas acessibilidades às várias freguesias dos Concelhos estão salvaguardadas?

No caso da SCUT do Nordeste, em que zona do Concelho é que termina? A freguesia da Pedreira fica de fora do circuito?

Perguntas feitas, aguardamos respostas.

Não basta preencher dotações. É preciso demonstrar capacidade e vontade para as realizações.

Disse.

**Deputados António Maria Gonçalves e António Pedro Costa (PSD):** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do CDS/PP)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** O Sr. Presidente da Comissão de Economia está sempre de serviço!

**(\*) Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Medina:

Julgo que, na minha intervenção na tribuna, disse que este era o Plano de 2009, que estávamos no início de uma legislatura e que o conjunto de acções que estavam inscritas no Plano tinham a ver com a hierarquia que este Governo punha em relação a determinadas obras. Portanto, face a isso, eu dou uma resposta a um conjunto de projectos, que o Sr. Deputado coloca, da Ilha de São Miguel.

Relativamente a escolas, eu já cá estou há muitos anos, sou professor e tenho uma concepção e um conhecimento, em termos de escolas, que o Sr. Deputado também deve ter, que a política do Governo do Partido Socialista foi a da desconcentração de um conjunto de alunos que estavam nas cidades dos Açores. A Escola da Levada já estava há 12 anos – e, se alguém fosse governo que não o Partido Socialista, já a teria feito, mas não teria feito a Escola da Maia, a Escola dos Ginetes, não andaria com a Escola Drummond de Andrade na Terceira, e outras escolas, que foram desenvolvidas para as periferias –, é uma escola que tem de continuar em carteira mas para a qual, no futuro, haverá uma resposta.

Relativamente a outros investimentos, a resposta já a dei: pontualmente, há acções que se irão desenvolver. A do porto de Rabo de Peixe já falei há bocado. Há obras que serão este ano e há outras obras no futuro, pensadas para aquele local.

Relativamente ao Pico da Pedra, a solução que aí está até nem sequer é do Lar de Idosos, é uma situação do Centro de Dia, uma obra que praticamente está encerrada. Quanto ao Lar de Idosos, a política para os idosos há-de ser tratada daqui a pouco pela Sra. Secretária, portanto há-de ser dada a resposta nessa altura.

Concluindo, este é o primeiro ano de uma legislatura. A algumas coisas que vieram do passado e que não foram feitas, o PS tem respondido taco a taco, obra a obra. Portanto, esta é a resposta que tenho a dar em relação àquilo que disse ali daquela tribuna.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

*(Neste momento, o Sr. Deputado Cláudio Lopes retomou o seu lugar na Mesa)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

**(\*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, algumas daquelas obras ou a construção de algumas infra-estruturas a que eu fiz referência ali na tribuna têm exactamente a ver com algumas prioridades.

Em relação à Escola da Levada, ela é de facto uma promessa desde 96 e é uma promessa que continua no manifesto eleitoral do Partido Socialista de agora de 2008. Penso que uma promessa não cumprida seria uma das prioridades para o Partido Socialista, digamos assim. Era desse ponto de vista que nós estávamos aqui a chamar a atenção para este facto.

A questão da Ribeira Quente é preocupante. Sobre a segunda via de acesso à freguesia da Ribeira Quente – como sabem, onde ocorreu uma tragédia há mais de dez anos – há urgência em resolver o problema, para evitar alguma situação no futuro, porque, nomeadamente em determinadas épocas do ano, no Verão, existe uma grande afluência àquela freguesia. E nós não queremos que, no futuro, aconteça que

as pessoas fiquem reféns, digamos assim, numa localidade, quando o Governo há dez anos já prometeu abrir uma segunda via de acesso. Se o problema está entre a Junta e a Câmara e não se resolve porque há dois projectos alternativos, desde 2007 que essa questão está sendo discutida e eu penso que, mais importante do que uma junta, mais importante é o interesse dos micaelenses e dos açorianos.

Em relação a estas obras, numa forma muito sintética, era isso que eu queira dizer.

Chamava a atenção, na Lagoa, para os projectos de protecção da orla marítima, também da Atalhada e da Relvinha, que eu penso ser muito importante que comecem a avançar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, passamos para mais uma intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

**Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado mês de Fevereiro, o Concelho de Ilha da Graciosa pronunciou-se sobre a anteposta de plano para 2009 e orientações a médio prazo submetidas por este Governo Regional.

O parecer daquele Órgão foi, obviamente, negativo.

A opinião do Conselho de Ilha encontrou eco e concordância na maioria dos Graciosenses, ou não tivesse o parecer sido aprovado pela unanimidade dos conselheiros, incluindo do Partido Socialista.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A análise do Plano para 2009 resulta, assim, na constatação do que os Graciosenses já desconfiavam de um Governo que sobre coesão muito promete mas que em resultados nada compromete.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na verdade, o Plano para 2009 mantém a ilha Graciosa no habitual adiamento, aliado à confirmação de colocar também o conceito de coesão em profunda e confirmada crise regional.

Aliás, um dos elementos para conhecer o desenvolvimento económico da Graciosa é dado pelo aumento dos beneficiários do RSI. Só desde Novembro passado, foram aprovados cerca de uma centena de novos processos. É revelador.

Bem sabemos que, após a apresentação de uma anteproposta miserabilista para a ilha Graciosa, o Governo Regional, de uma forma nada inocente diga-se, veio aumentar as verbas orçamentadas para a ilha.

Já se sabe, os seguidistas do costume, aqueles que quando todos estão indignados se escondem, mas que se acotovelam para aparecer perante a primeira ilusão de contentamento, esses, logo assumiram esta alteração orçamental como uma excelente resposta às necessidades da ilha.

**Deputados António Ventura, Clélio Meneses e Rui Ramos (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Desenganem-se.

É curioso verificar que, perante todas as matéria abordadas pelo Concelho de Ilha, e tidas por fundamentais para o crescimento económico, social, e até demográfico da ilha Graciosa, o Governo se limitou a consagrar a previsão de execução de um furo de captação de água para abastecimento à lavoura da ilha.

Menos mal, mas não o suficiente.

**Deputado António Ventura (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falemos de desonestidade.

Que atributos tem um Governo que, na visita estatutária de 2008, ano de eleições, apresentou um projecto para requalificação da Praia da Graciosa, dando até a escolher várias alternativas, mas que, chegados a 2009 e à apresentação do plano de investimentos, chega ao cúmulo de dizer que vai testar em laboratório as melhores alternativas? Uma afronta.

Que dizer de um Governo que, em Março de 2008, ano de eleições, anunciou o lançamento do concurso para ampliação e melhoria do matadouro da Graciosa, chegando a colocar um cartaz à entrada em vésperas de eleições – parece que é virtual – e que, no plano para 2009, volta a ignorar esse investimento?

**Deputado Mark Marques (PSD):** Em São Jorge também fizeram isso.

**O Orador:** Que dizer de um Governo que apresentou, por mais do que uma vez, e por mais do que uma pessoa, um projecto para protecção orla costeira da zona do Degredo, e que no plano para 2009 não consagra a verba para esse investimento?

Um Governo que anunciou, em visita oficial, em ano de eleições, o lançamento do concurso para a obra de pavimentação de 12 quilómetros de estrada, entre as Pedras Brancas-Limeira-Porto Afonso, mas que agora, no plano para 2009, volta a esquecer a dotação necessária para a levar a efeito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que dizer ainda da obra para o Barro Vermelho ou da obra da Piscina das Courelas, prometidas por este Governo e pelo Partido Socialista, mas sempre adiadas ou esquecidas?

Que dizer também de um Governo que promete a construção de um núcleo de recreio náutico em 2004, ano de eleições, que renova a promessa em 2008, ano de eleições, mas que não consagra um único euro para dotar a ilha Graciosa desse importante investimento?

**Deputados Cláudio Almeida e Rui Ramos (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Como pode a Graciosa estar satisfeita com um plano que dotou 25 mil euros para a construção de uma creche e jardim-de-infância em Santa Cruz, no passado até já tinha consagrado 50 mil, e que nem sequer prevê qualquer verba para equipamentos de apoio a idosos?

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):**

Quem lhe disse isso?

**O Orador:** Um Governo que apresenta um plano onde o capítulo “Juventude” para a ilha Graciosa é dotado com ZERO euros.

Vou repetir, o capítulo “Juventude” para a ilha Graciosa é dotado com ZERO euros.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Não é preciso.

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas promessas por cumprir podia ainda acrescentar que em 2007 o Governo Regional decidiu lançar a concurso público a empreitada de consolidação do porto de pescas de Santa Cruz.

**Deputado Berto Messias (PS):** Absurdo!

**O Orador:** Decidiu mas não lançou.

Em 2007 nada se fez, passou 2008 e a situação manteve-se.

EM 2009, no plano de investimentos nem uma palavra sobre este porto.

O mesmo se diga dos 450.000 euros já dotados em 2006 e 2008 para autorizar a abertura de concurso público para a realização da empreitada de infra-estruturas do loteamento da Fonte do Mato (II fase).

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Convém ainda lembrar o Governo das promessas relativas ao perímetro de ordenamento agrário, e é bom alertar também para a atenção que deve ser dada perante a eventual descida no preço do leite ao produtor, também na Ilha Graciosa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fica à vista a vossa falta de credibilidade quando inscrevem verbas nos sucessivos planos ou as anunciam em comunicados oficiais do Governo Regional quando visitam a Graciosa.

A ilha Graciosa merece mais respeito, merece, pelo menos, que dessem consequência ao que prometem.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Um Governo que promete mas não cumpre, que anuncia mas não faz, esgotado, sem ideias para responder aos desafios, mas que vive obcecado com a líder da oposição.

Disse.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tenho inscrito, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Manuel Avelar, tem a palavra.

**(\*) Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Costa:

Vamos com muita calma, aqui na casa-mãe da autonomia, Sr. Deputado.

Fala dos atrasos e eu vou dar-lhe um exemplo, só para se recordar da história: a propósito da construção do edifício da nova central da EDA, quando o senhor ainda não era um cidadão graciosense, possivelmente, e já o PSD...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Outra vez?

**Deputado Mark Marques (PSD):** Isso é baixo!

**O Orador:** Cuidado, espere, vamos ter muita calma, ninguém vai dar tiros aqui.

O senhor sabe muito bem – ou, pelo menos, devia saber – que o PSD prometeu, anos e anos, a nova central da EDA e que a deixou rolar no tempo. Ela foi inscrita e foi construída. É pena que o senhor não estivesse na inauguração feita pelo governo do Partido Socialista, estava o seu anterior colega. Isto é só para o senhor ver...

**Deputado João Costa (PSD):** Em que ano?

**O Orador:** ... Em 2000 e... O senhor ainda não era deputado, mas já vivia na Graciosa, penso que já vivia lá.

**Deputado João Costa (PSD):** Em que ano?

**O Orador:** Em 2002, parece-me. Mas ela já estava inscrita em 1991. Não sei se já era cidadão da Graciosa, mas ainda bem que está lá. Ainda bem que veio, com paz e serenidade, para a nossa terra. Mas vamos lá, vamos à sua...

*(Apartes inaudíveis de deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Sr. Deputado Rui Ramos, fale de escolas, que é a sua área e a minha também, fale de escolas, preocupe-se com a nossa profissão, que não é esta.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Tenho pena de não o ter ouvido falar.

**O Orador:** Sr. Deputado João Costa, já esperava a sua listagem, que foi a listagem que o senhor mandou para o Conselho de Ilha. Não estava lá, como eu também não estava. O senhor mandou, o seu presidente mandou, como é costume, e os conselheiros aprovam. O Conselho de Ilha assim funciona.

Mas vamos à frente, vamos a obras.

O senhor não descobriu o problema lá do Barro Vermelho. Mas o senhor devia ter pensado antes, aliás como responsável político que é e noutras funções que exerceu há algum tempo, de quem é a responsabilidade das zonas balneares.

O senhor sabe, se tiver a coragem – o senhor e os seus colegas deputados – nas outras ilhas quem investe nas zonas balneares.

**Deputado João Costa (PSD):** Foram os senhores que inscreveram a verba!

**O Orador:** Ah, pois claro, agora não serve, mas o senhor sabe quem devia investir nas zonas balneares mas não investe. Portanto, o que vai ser investido nas zonas balneares, no Carapacho em que a obra já foi consignada, e em breve vai ser lançado o concurso para o Barro Vermelho, é o Governo Regional. O senhor tem de ter a coragem de assumir que o Governo vai fazer uma obra que não é da sua responsabilidade. O senhor sabe muito bem, até pelas suas responsabilidades.

Vamos ao matadouro.

O senhor sabe, o senhor até está a aprender a fazer requerimentos “*ao metro*”. Eu já não digo ao quilómetro, mas faz “*ao metro*” – o que não era preciso, o senhor pegue num telefone e informe-se – mas resolve. Acho muito bem, é um direito que o senhor tem.

**Deputado João Costa (PSD):** Não sou eu que tenho de saber, são os graciosenses.

**O Orador:** Faça-os em abundância, até ajuda, também, a esclarecer quem não estiver esclarecido.

Quanto à obra do matadouro, vai ser lançado o concurso este ano. Aliás, em princípio até ainda no primeiro semestre.

**Deputado João Costa (PSD):** Tenho pena de não ter tempo.

**O Orador:** O senhor fala aí numa palavra – desculpe, isto não é para dialogar e o senhor vai ter tempo para falar, temos vários dias para trabalhar – a *cidadania*, muito bem.

Não é micalense, por acaso, podia ser, mas não é, muito bem. Mas, devido à unidade regional, somos açorianos.

Vamos a outras obras, que o senhor entende que ou não viu, ou não quer ver.

Então, em termos de estradas, a Tecnovia não está ainda a trabalhar na Graciosa? O senhor parece que não vê. Não vê a melhoria que temos tido? Não vê o Largo da

Beira-Mar? Até é de admirar, o Largo da Beira-Mar está praticamente pronto, falta-lhe o enrelvamento, que será feito em breve.

Então, a quantidade de obras...

Aliás, Sr. Deputado, tem a consciência, depois de tudo isto, que em Outubro os graciosenses voltaram a dar a maioria ao Partido Socialista, a entender que este governo...

**Deputado João Costa (PSD):** Não deram votos ao PSD?

**O Orador:** Ah, sim! Até parece, nas suas declarações, que o PSD é que ganhou na Graciosa, nas suas interpretações das percentagens para baixo e para cima.

*(Risos dos Deputados Hernâni Jorge e José Lima [PS])*

**O Orador:** Eu penso que o senhor ganhou, mas nós metemos dois deputados. Isso é uma questão de interpretação, o senhor sabe. Já agora, pela primeira vez na Graciosa o Partido Social Democrata teve menos de mil votos. Portanto, isso diz alguma coisa. Mas vamos continuar, temos a tarde toda para continuar.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

**(\* Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Serei muito breve, porque o tempo não me permite falar de tudo quanto gostaria.

Sr. Deputado Manuel Avelar, sinceramente, o senhor fala de uma central prometida em 2001, quando os senhores só a fizeram em 2002.

**Deputado Manuel Avelar (PS):** 1991. O senhor parece que ouve mal.

**O Orador:** Em 1991. O senhor foi para o governo em 1996 e ainda teve de esperar até 2002, podia ter arranjado outro exemplo.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Os senhores estão sistematicamente a falar do passado! Por amor de Deus!

**O Orador:** Eu até esperava que o senhor tivesse alguma elevação naquilo que tem para dizer.

**Deputado Manuel Avelar (PS):** Não dê a volta.

**O Orador:** Felizmente, o senhor leu o meu trabalho, o meu contributo para o Conselho de Ilha. É essa a minha obrigação enquanto deputado e eu tento fazer o melhor que sei e posso para cumprir as minhas obrigações nos cargos que desempenho. Portanto, o senhor, se leu, também teve a oportunidade de ler que eu tive o cuidado de elogiar aquilo que o Governo tem feito de bem.

Até pensei que o senhor ia dar, mais uma vez, o exemplo do Centro de Saúde, mas não o fez.

Eu quero aqui chamar a atenção para outro pormenor. O senhor preocupa-se muito com o folclore, mas preocupa-se pouco com as coisas práticas.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Deviam ir mais vezes à Graciosa!

**Deputado Mark Marques (PSD):** E às Flores, não vão? Também deviam ir mais vezes.

**O Orador:** No Capítulo 15.4, Formação e Iniciativas em Saúde, sabe quanto é que está dotado para a Graciosa? 60 mil euros. Sabe a que é que isso equivale? A coisas como o Plano Regional de Saúde, a Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco, ou ao Projecto de Implementação e Operacionalidade da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos – 60 mil euros.

Não é miserabilista? Por amor de Deus! Numa ilha que se debate com graves problemas na terapêutica prolongada, onde os especialistas de, por exemplo, Pediatria, vão *uma vez* por ano à Graciosa; em Psiquiatria vão duas vezes, dois médicos diferentes, o que equivale a dizer que uma pessoa, para manter o mesmo médico, em *Psiquiatria*, só tem uma consulta por ano na Graciosa! Com isso é que o senhor se devia preocupar!

Sr. Deputado Manuel Avelar, eu gostava de ouvir a sua opinião, sinceramente, sobre as questões do aumento dos beneficiários do rendimento mínimo. Isso é que é revelador da condição em que está a Graciosa porque, de Novembro para cá, foram quase 100 os novos processos aprovados para o rendimento mínimo. Isso é que é verdadeiramente revelador da condição em que está a Graciosa.

Para terminar, só para lhe chamar a atenção.

Na questão das competências, quem é que tem competência para fazer determinadas obras, não foi isso que eu disse. Eu acabei de dizer aquilo que o Governo prometeu, em comunicados oficiais do Conselho do Governo após visitas estatutárias à Graciosa, em planos de investimento aprovados nesta casa e que não cumpriu. É só isso.

O senhor e os senhores do Partido Socialista apenas têm de ser confrontados com aquilo que prometem, que põem no papel e que depois não cumprem. Depois apresentam, aqui, aumentos de verbas em zonas onde nós já sabemos como serão as taxas de execução, como no caso de 2007 nas verbas para a coesão para a Graciosa, que foram de 6%, ou 5,6%, nas taxas de execução das verbas prometidas para a coesão.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

**(\*) Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, vamos falar de médicos.

Nós, agora, estamos um pouco melhor, é uma verdade, já temos três e esperamos que, ao longo deste ano, possamos ter mais um médico, é muito bom.

O senhor sabe muito bem – não é preciso recuar muito no tempo – o problema de falta de médicos de família ao nível deste país. O senhor, se recuar no tempo, à década de 80, verá que houve alguém que se lembrou de fechar parte do número, nas faculdades, do número de médicos a entrar. Agora, é preciso tomar muito cuidado, porque estão muitos a reformar-se e é preciso que saiam médicos de medicina geral e familiar. É preciso ver isso e criar condições – e é o que se está a criar, condições – para que eles vivam na Graciosa. O senhor sabe muito bem isso, o senhor vive lá, até vive perto do Centro de Saúde, pelo que sabe muito bem.

Mas vamos aos médicos.

De alguns anos a esta parte, a deslocação de médicos à Graciosa tem sido um factor muito importante para os graciosenses. Quanto mais eles se deslocam, menos são os graciosenses que têm de se deslocar, principalmente à Terceira, que é o nosso hospital de referência.

No entanto, se me perguntar se estou satisfeito, não estou. Quantos mais médicos especialistas forem à Graciosa, melhor será para todos os graciosenses que lá habitam.

Mas vamos falar da creche e jardim-de-infância, sobre a qual o senhor falou e eu não respondi. O senhor sabe muito bem – porque se calhar até também é irmão da Santa Casa, para mais com as suas relações de amizade com a Sra. Provedora deve saber muito bem – porque é que não avançou ainda o projecto. O senhor sabe muito bem, pode mandar umas “*boquinhas*” por aqui, mas sabe bem o esquema e sabe que o projecto não está pronto.

**Deputado João Costa (PSD):** Os senhores não dizem que é para não constar!

**O Orador:** Ora, se sabe! Quem não o conhecesse. Mas os graciosenses até o conhecem.

Estamos aqui a falar a verdade.

Portanto, o senhor sabe muito bem que esse projecto irá avançar logo que esteja pronto e em condições de ser lançado o concurso.

**Deputado João Costa (PSD):** O senhor disse que é para a construção.

**O Orador:** Isso é para o projecto. Sr. Deputado, o senhor, que ainda para mais tem formação jurídica, sabe muito bem que essas verbas podem ser alteradas. O senhor só leu isso e, se tivesse zero, o senhor também lia zero. Sr. Deputado, isso é para o projecto e, se houver possibilidade, se estiver tudo em condições, ainda será lançado este ano o concurso – se houver condições. Se o projecto também estiver pronto mas, como o senhor sabe muito bem, o projecto não está pronto. O terreno já existe. Há quantos anos o terreno lá existe, comprado pelo Governo Regional e oferecido à Santa Casa? Sabe muito bem disso, foi oferecido e o Deputado João Costa até deve saber o preço.

Portanto, é preciso termos consciência de que o que o Governo promete vai construir. O senhor deixe-se estar, que os graciosenses estão satisfeitos. Há atrasos, é verdade, mas os graciosenses estão satisfeitos. Deixe-se estar descansado. Não se preocupe com isso, porque vamos continuar a desenvolver a Graciosa.

**Presidente:** Não havendo mais pedidos de esclarecimento, para uma intervenção, dou a palavra ao Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Definidas as linhas programáticas que nortearão a acção do X Governo dos Açores, através da aprovação do Programa do Governo, eis-nos aqui, neste primeiro ano de Legislatura, a explicitar e a debater dois instrumentos previsionais que, embora de âmbito diverso, se assumem como elementos essenciais para a concretização daquele Programa.

Também nas áreas de competência funcional da Secretaria Regional da Economia falamos, não de documentos que surgem *per se*, mas sim como verdadeiros instrumentos que materializam as opções estratégicas sufragadas maioritariamente pelos Açorianos nas últimas eleições legislativas regionais.

Nesta intervenção, começaria por salientar os objectivos definidos nas Orientações de Médio Prazo 2009-2012, em especial os relativos à promoção do crescimento sustentado da nossa economia, na medida em que o mesmo assume o reforço da competitividade como uma meta da realização daquele desiderato.

Nesse âmbito, o Plano Anual concretiza a forma como o Governo considera que esse objectivo pode ser alcançado, destacando-se, desde logo, a parte referente aos sistemas de incentivos, os quais constituem um elemento fundamental de união da iniciativa privada com o incentivo público, no âmbito da melhoria das condições para as empresas enfrentarem os desafios da Concorrência e da Qualidade.

Os montantes afectos ao Fomento da Competitividade da economia regional e, em especial, os relativos aos diversos sistemas de incentivos, sinalizam o caminho a percorrer por esta parceria que se gera entre o Governo e as empresas na atribuição de incentivos públicos e no seu aproveitamento e exponenciação, por parte dos privados, que aí encontram mais um meio de potenciar a sua capacidade de investimento.

Mas não é só nesta vertente que se pretende agir no sentido de criar cada vez melhores condições para a afirmação das empresas regionais. O Governo tem perfeita consciência que o reforço da competitividade do tecido empresarial açoriano não se alcança só por aí.

É por isso que, para além de medidas como a agilização dos mecanismos de análise e de decisão de projectos de concessão de incentivos – objectivo definido logo em

finais do ano passado, implementado durante os últimos três meses e que já produziu resultados como a aprovação, só neste período, de cerca de duas centenas de projectos de investimento –, pretende também o Governo encetar um conjunto de intervenções, seja ao nível da optimização dos sistemas de incentivo ligados ao empreendedorismo, seja no âmbito de um conjunto de alterações legislativas destinadas a, sempre salvaguardado o papel regulador e fiscalizador do ente público, agilizar o funcionamento de áreas essenciais para a iniciativa privada e para a nossa economia.

Uma referência, ainda, para salientar a aposta em medidas que visam potenciar o aproveitamento empresarial da Inovação, da transferência de tecnologia para as empresas e da promoção da Qualidade.

Mas tão ou mais significativo que os montantes afectos a este ou àquele projecto, a esta ou àquela acção, é o realismo e a objectividade com que, nestes documentos, são encarados os mecanismos necessários para consolidar um novo estágio alcançado por importantes sectores da nossa economia.

Exemplo disso é, concretamente, o sector do Turismo.

A aposta feita nos últimos anos a diversos níveis tem dado inquestionáveis resultados. Mas, em especial neste ano de 2009, há que ter um cuidado acrescido na forma como encaramos a *performance* do sector turístico regional.

Os números que vão sendo conhecidos dão conta de um comportamento único no país – crescimento homólogo do número de dormidas na ordem dos 5,1% em Dezembro de 2008; crescimento homólogo do número de dormidas na ordem dos 12% em Janeiro de 2009; ...

**Deputado António Marinho (PSD):** Quanto é que tinha descido em Janeiro de 2009?

**O Orador:** ...crescimento homólogo dos proveitos, quer totais, quer por aposento, acima dos 10% no mesmo mês.

**Deputado António Marinho (PSD):** Quanto é que tinha descido nos mesmos meses?

**O Orador:** Independentemente de concordarmos ou não com o Instituto Nacional de Estatística quando refere, no seu Destaque de Janeiro, que essa *performance* é “[eventualmente] resultado de campanhas promocionais associadas ao movimento de

operadores turísticos que actuam junto dos mercados tradicionais da região, assim como de novos potenciais mercados a nível europeu” impõe-se que estes dados sejam encarados com realismo. É, sobretudo, importante que não esqueçamos a conjuntura que afecta o Turismo a nível mundial e, no nosso caso particular, a situação económica dos nossos principais mercados emissores, como é o caso do Reino Unido ou da Alemanha.

Exige-se, e é também esta mensagem que gostaria de hoje deixar aqui, uma particular frieza de análise do Presente e uma confiança responsável no Futuro.

Nada disto invalida, bem pelo contrário, reforça, as orientações estratégicas que, quer as Orientações de Médio Prazo, quer o Plano Anual, evidenciam.

É assim que se pretende, em sede da implementação do Plano de Marketing Estratégico, reforçar a aposta na visibilidade dos Açores como destino turístico, salientando aquelas características que nos diferenciam nesse domínio, como é o caso do Turismo Activo ligado ao Mar, à Natureza, a própria questão da segurança, ao mesmo tempo que canalizamos substanciais fluxos financeiros para o desenvolvimento de novos produtos turísticos, como é o caso do Turismo de Saúde, em geral, e do Termalismo, em particular.

Permitam-me, por isso, que, a propósito desta opção estratégica, saliente um aspecto que o Governo considera de importância fundamental, não só para o sector turístico, mas para toda a nossa economia.

Refiro-me às acessibilidades marítimas e aéreas, as quais, também nas Orientações de Médio Prazo e no Plano Anual, vêm reconhecida a sua condição de elemento fundamental para o nosso Desenvolvimento e para o nosso Progresso.

No que respeita aos transportes aéreos, o destaque vai para as intervenções já em curso e que encontram previsão no Plano anual em infra-estruturas aeroportuárias sob jurisdição regional. É o caso da empreitada, já em execução, de concepção/construção do alargamento e melhoria da funcionalidade do aeroporto de S. Jorge; a intervenção no aeródromo do Corvo; ou ainda, nesta Legislatura, o processo da melhoria da operacionalidade do aeródromo da Graciosa; ou o investimento necessário para a substituição da frota da SATA Air Açores.

Este último investimento, em especial, trará resultados concretos e bem visíveis já em 2009, não só no que respeita à capacidade e qualidade do transporte de passageiros, mas, sobretudo, terá um impacto muito considerável no que respeita ao aumento da capacidade de carga actualmente existente.

No que respeita ao transporte marítimo de passageiros, o montante previsto adequa-se à consolidação deste objectivo fundamental que é o da existência deste serviço, dotado dos recursos necessários à operação.

De entre os vários recursos ou instrumentos necessários para esse serviço, uma referência ao processo de construção dos novos navios. Como é público, o primeiro deles realizou, recentemente, as provas finais de mar com resultados que não satisfazem o termos do contrato. Aguardamos o relatório definitivo dessas provas, a emitir, em breve, pela entidade classificadora.

Em relação ao segundo navio, e face aos problemas detectados pelos Estaleiros, foram estes aconselhados a não avançar com a sua construção enquanto o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos não se pronunciar sobre a viabilidade das alterações por eles sugeridas – eles, estaleiros.

Quer num caso, quer no outro, interessa tornar a realçar aquela que foi, é e será a posição do Governo neste processo: a de um cliente de uns estaleiros com os quais contratou a construção de navios com determinadas características, tendo à sua disposição os mecanismos e instrumentos que o contrato e a lei geral prevêem para a salvaguarda da sua posição, nomeadamente, quanto ao resultado final de ter um navio com as características contratadas.

A forma de tratar este processo é com sentido de responsabilidade, segurança e firmeza.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Como já foi tornado público pelo Senhor Presidente do Governo, o Governo tomará toda e qualquer medida de protecção do interesse da Região e dos seus direitos contratuais.

Importa também tornar claro, neste momento, que o Governo não está parado. O Governo não está de braços cruzados, à espera. Está a desenvolver o trabalho de estudar, de confirmar, de contabilizar, de reconfirmar, de re-estudar, de re-

contabilizar, todo o trabalho que a presente fase deste projecto exige e que a defesa dos interesses dos Açores impõe.

**Deputado João Costa (PSD):** O Sr. Presidente está à espera do relatório!

**O Orador:** Não o faz certamente com a publicidade de que alguns gostariam ou entendem necessário, mas fá-lo com a segurança que a dimensão dos interesses em causa demonstra ser imprescindível e, neste momento, é este o valor que o Governo considera essencial ser prosseguido com determinação, sem hesitações, mas com aquele que consideramos ser o bom senso e a ponderação necessários.

A demagogia, a ligeireza e a irresponsabilidade de afirmações, como as proferidas recentemente pelo PSD/Açores, que só podem dever-se à ignorância absoluta e atroz, não dos termos específicos destes contratos, mas dos termos dos contratos deste tipo, é algo que dá bem nota da sensatez – ou falta dela! –, da responsabilidade – ou falta dela! –, e da leviandade de quem as profere.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não apoiado!

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Muito bem!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Deputado Lizuarte Machado, o senhor já defende essa rescisão há muitos anos e está a dizer “muito bem”?

**O Orador:** Do ponto de vista estratégico, realce-se, a aposta nas acessibilidades marítimas é reafirmada em ambos os documentos, alicerçando-se nos resultados obtidos desde que este serviço recuperado em 1998, fomentando a mobilidade interna dos Açorianos e garantindo mais um elemento de afirmação turística desta região.

Também aqui assume particular relevância um conjunto de investimentos destinados a valorizar a nossa condição marítima, criando as condições para que este possa afirmar-se, cada vez mais, como um novo pilar de desenvolvimento dos Açores.

É o caso de investimentos como aquele que já se iniciou aqui na Horta, ou em Santa Maria, ou em S. Jorge, ou nas Flores e no Corvo, ou como aqueles que são definidos como objectivos desta Legislatura, dos quais merece destaque o processo de construção do Terminal de Cruzeiros de Angra de Heroísmo, ou o reordenamento e melhoria da funcionalidade do Porto da Madalena, na ilha do Pico, e isto para apenas referir alguns exemplos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos agora em análise dão bem conta da forma como o Governo vai trilhar o rumo que os Açorianos, nas eleições de Outubro passado, quiseram que fosse seguido.

Os objectivos, especialmente os que se referem nas Orientações de Médio Prazo, articulam-se, de forma coerente e lógica, com os compromissos que constam do Programa do X Governo dos Açores, mas sobretudo são medidas que se mostram as adequadas e as necessárias para aquele que é um novo ciclo de desenvolvimento da nossa Região. Um ciclo que, entre outros aspectos, rasga novos caminhos no crescimento do nosso Turismo, que dá uma nova orientação à nossa relação com o Mar e que materializa, no sector das acessibilidades aéreas e marítimas, uma visão que não as considera como um simples instrumento de mobilidade, mas sim como um verdadeiro factor de desenvolvimento das nossas ilhas.

E, se é certo que o Plano para 2009 se integra, também lógica e articuladamente, com a prossecução destes objectivos, ele não deixa de ser revelador de um outro elemento essencial na actuação do Governo. Isto é, demonstra a capacidade e a determinação do Governo, não só de cumprir os objectivos a que se comprometeu, mas também a de, prontamente, definir e implementar as respostas que a conjuntura nacional e internacional exige ou aconselha.

E assim é, porque neste novo ciclo de desenvolvimento e de progresso a tanto nos anima a confiança dos Açorianos.

Disse.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento. Neste momento, tenho inscritos os Srs. Deputados Jorge Macedo, Artur Lima, Jaime Jorge, Francisco César e José do Rego.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

**(\*) Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Economia fez-nos aqui um discurso como se os navios estivessem a entrar no porto da Horta, ou em qualquer porto dos Açores. Ou seja, tentou desculpar-se da enorme trapalhada para a qual Vs. Exas. levaram o transporte marítimo de passageiros ao longo de 11 anos, sendo a pérola todas estas confusões à volta do navio Atlântida.

De desculpas já estamos fartos. Os açorianos já não querem mais desculpas, querem um serviço de transporte marítimo de passageiros e viaturas a funcionar em condições e sem o sobressalto de, todos os anos, não saberem se têm navio ou se não têm navio.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Mas vamos à questão do Atlântida.

O PSD avisou, avisou e avisou, muitas vezes, nesta Assembleia e fora desta Assembleia.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Partido Socialista e o Governo diziam que nós não percebíamos nada do assunto.

**Deputado Francisco César (PS):** E não percebem, ainda não percebem.

**O Orador:** Ouvimos isso por diversas vezes.

Olhe, infelizmente para os açorianos, nós temos razão: que grande trapalhada e que grande buraco para o qual o Governo Regional conduziu o transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas!

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Aliás, o próprio presidente dos estaleiros, o Engenheiro Navarro Machado, avisou o Governo Regional que a história do navio dos Açores era uma história muito triste e que o navio tinha problemas de estabilidade em avaria. Aliás, desde meados de 2007 que Vs. Exas. sabem dos problemas do navio Atlântida, mas nada fizeram, porque se aproximavam actos eleitorais. Na altura, quando o presidente dos estaleiros avisou e o PSD fez eco das suas declarações, no dia 5 de Dezembro, V. Exa. dá uma conferência de imprensa acompanhado, julgo eu, por um responsável

dos estaleiros, em que diz: "Os problemas de estabilidade em avaria no navio Atlântida já estão solucionados".

**Deputado Francisco César (PS):** E estão.

**O Orador:** A informação é veiculada pelo Secretário Regional da Economia, numa conferência de imprensa em Ponta Delgada, onde sublinha que a anomalia foi comunicada ao Governo Regional no passado dia 11 de Setembro. É falso, Sr. Secretário. Vs. Exas. sabiam dos problemas de estabilidade em avaria desde 2007.

Quando eu pedi pessoalmente a V. Exa. – e vou apenas referir-me às minhas palavras e não à sua resposta, porque é uma conversa pessoal – para ouvir especialistas independentes e não os mesmos de sempre, a resposta foi aquilo que se viu. Pelo menos que eu tenha conhecimento, não os ouviu. V. Exa. preferiu acreditar nos estaleiros que, repetidamente, afirmavam que o navio estaria em condições para operar nos Açores a partir do dia 13 de Maio. Preferiu acreditar em quem já tanta asneira tinha feito, em cima das vossas asneiras, do arranjo geral e do anteprojecto que Vs. Exas. elaboraram e colocaram a concurso.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** V. Exa. garantiu por inúmeras vezes que, no dia 13 de Maio, o navio Atlântida iniciaria a respectiva operação. Atrevo-me mesmo a dizer que jurou a pés juntos que tudo iria correr com normalidade.

O PSD disse que os problemas de estabilidade iam trazer outros problemas. Era preciso lastrar o navio, aumentar o calado, com implicações na redução da velocidade e no aumento do consumo e dificultando a operação em alguns dos portos dos Açores.

O PSD já o afirmou e volta a afirmar hoje aqui nesta casa: com tanto problema, com tanta asneira, que Vs. Exas. produziram e aos quais se podem adicionar as asneiras do estaleiro, o PSD rescindia de imediato o contrato. Aliás, é o que Vs. Exas. vão acabar por fazer, só não o fizeram antes para não fazerem aquilo que a Dra. Berta Cabral mandou fazer.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** E agora, vamos àquilo que interessa aos açorianos: vão ou não receber um navio cheio de remendos?

Vão ou não rescindir o contrato com o estaleiro?

Os 35 milhões que já foram pagos, nós vamos conseguir ou não recuperá-los?

E as multas, porque é que não foram aplicadas até agora? Aliás, o próprio Tribunal de Contas refere isso no seu relatório. Porque é que não as aplicaram até agora? É outra pergunta feita no relatório do Tribunal de Contas.

Faltam 42 dias para iniciar a operação que V. Exa. jurou a pés juntos que ia começar com normalidade, sem problemas e, neste momento, pela 11ª vez, chega-se a esta altura e não se sabe o que vai acontecer – se haverá um navio, se haverá dois navios, o que vai acontecer ao transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores.

Com tanta trapalhada, eu só tenho pena de uma coisa: é que os açorianos já gastaram, do erário público, mais de 50 milhões de euros.

**Deputado Francisco César (PS):** Não é verdade.

**O Orador:** Com mais de 50 milhões do navio Atlântida e do outro, que também tem os mesmos problemas de estabilidade em avaria, e com mais os 5 ou 10 milhões que vão ser necessários para fretar novos navios para a operação de 2009, são muitos milhões para um serviço péssimo e que tem, ao longo dos anos, revelado problemas atrás de problemas. É um buraco autêntico, onde o Governo se meteu e para onde conduziu todo o sistema de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores. Assim, tenham paciência – tenham paciência – porque os açorianos já perderam a sua paciência.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, com toda a serenidade que eu acho que o assunto merece, estou confiante que V. Exa. e o Governo Regional porão em primeiro lugar o interesse dos

Açores. E deve ser esse, o interesse dos Açores, que deve ser defendido, independentemente de se ter cometido algum erro, pelo estaleiro ou por quem quer que seja.

Para a defesa intransigente do interesse dos açorianos, conte o Governo dos Açores com o apoio do CDS. Porque estamos a falar de um investimento de longo prazo, um investimento para 20/25 anos, pelo que terá de ser seriamente ponderado.

O relatório do Tribunal de Contas é muito sério – eu não vou aqui perder tempo a enumerar o que diz, todos nós o conhecemos – e deve ser bem analisado pelo Governo. Deve ser tudo muito bem ponderado, porque não é só a questão das indemnizações, é a questão do investimento a 20 ou a 25 anos. Essa é que é a questão fundamental e que deve ser ponderada.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, se tiver de haver alguma rescisão de contrato, se o barco não cumpre os requisitos, obviamente que o Governo tomará a decisão mais acertada, e espero que seja, não uma decisão política, mas uma decisão na defesa do interesse económico dos Açores.

É engraçado ver – e permitam-me citar de memória – já no reino de Portugal, 1800 e qualquer coisa, que Eça de Queiroz bem descreve, na “Campanha alegre”, uma situação semelhante: ele referia-se à fragata Pedro Nunes, dizendo que era “preguiçosa”, tinha uma mania em alto mar, *deitava-se*; mas, ao mesmo tempo, era “perigosa”, porque *sulcava* profundamente o orçamento.

Temos aqui uma analogia para descomprimir um pouco. O Atlântida também *sulca* profundamente o orçamento, até pelo peso que já leva em cima.

Ele continuava por aí abaixo: desesperados, mandaram construir a Duque da Terceira, outra fragata que depois foi monitorizar a Inglaterra, onde lhe puseram motores novos. Quando a fragata começou a andar, aperceberam-se de que tinha o fundo podre e, então, tiveram de lhe pôr um fundo novo. Finalmente, o rei decidiu acabar com as fragatas e construiu uma lancha. Convés engalanado, motores novos, máquinas a toda a força e a lancha não andava. Máquina à ré e a lancha não andava. Até que, de repente, a multidão ficou alegre: a lancha começou a andar – para trás, porque fazia vento. Espero, sinceramente, que isto não se repita.

Sobre esta matéria, julgo que o Sr. Secretário deverá dar todos os esclarecimentos aos açorianos e a esta casa. Essa é a exigência que eu faço, mais nenhuma.

Não faço demagogias nem as quero fazer, num assunto extremamente sério como é este. Exige-se responsabilidade, seriedade e respeito pelos açorianos.

Mas, Sr. Secretário, se me permite, eu também gostaria de lhe fazer duas ou três perguntinhas sobre as acessibilidades nos Açores, aéreas e marítimas.

Nomeadamente, relativamente ao terminal de carga da aerogare civil das Lajes, em que ficamos, Sr. Secretário?

E a nova iluminação da pista das Flores, em que ficamos? Não sendo da responsabilidade do Governo, já aqui foi prometida; até me lembro de uma expressão do Deputado Manuel Herberto, que já não era a certificação daquela, mas arrancar aquela e pôr uma nova.

E o parque de combustíveis da Ilha do Pico, Sr. Secretário? Porque é que ainda não está a funcionar, com combustível para aviação, com melhoria significativa na operacionalidade da TAP – ou da SATA, de quem para lá voa, neste caso é a TAP? É outro assunto sobre o qual eu gostaria que o Sr. Secretário me desse alguma explicação.

E o equipamento de LS e a ampliação da pista do aeroporto da Horta? Continuamos sem nada saber. Como nós sabemos, o Sr. Secretário da Economia garantiu aqui o aumento da pista do aeroporto da Horta. Claro que, havendo aumento, o LS virá a seguir.

Relativamente aos portos, Sr. Secretário, no Pico, o porto de São Roque e o seu reordenamento, com 25 mil euros, parece-me manifestamente pouco.

Sr. Secretário, para já estas eram as perguntas que tinha para lhe fazer, manifestando e enfatizando que se trate o assunto dos barcos com a maior das cautelas, a bem dos Açores e a bem dos gastos públicos do dinheiro dos açorianos.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

**Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(\*) **Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Mais um pouco e o Sr. Deputado Artur Lima fazia as todas perguntas relativas ao Pico...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Por acaso, deixei duas para si!

**O Orador:** ...e é sobre o Pico que lhe queria dirigir três questões, Sr. Secretário Regional da Economia.

Recentes declarações veiculadas na imprensa local dão conta, Sr. Secretário, de que o projecto relativo ao porto da Madalena foi declarado, pelo LNEC, incapaz ou inapto para as funções para que estaria designado. Eu gostaria de saber, Sr. Secretário, se estas informações, que foram veiculadas muito recentemente, são verdade e, a ser verdade, o que pensa este Governo fazer face a isto? Até porque estas declarações foram proferidas já depois das audições da Comissão de Economia e não tivemos, portanto, em sede dessa comissão, a possibilidade de fazer esse confronto.

Continuando a falar de portos, em véspera de eleições regionais o anterior Secretário Regional da Economia foi a São Roque fazer, com alguma pompa e não menos circunstância, a apresentação do anteprojecto do porto comercial de São Roque. Nós gostaríamos também de saber se este Governo tem a perspectiva duma data para o lançamento do concurso desta obra.

Falando duma questão que também já foi levantada pelo Sr. Deputado Artur Lima, mas que eu não posso deixar de referir aqui, a obra dos combustíveis do aeroporto do Pico: esta obra – eu julgo que é um caso inédito – leva já de atraso mais do que o prazo de execução da obra, que era 6 meses. Tanto tempo leva já de atraso que parece que este atraso é propositado. Eu gostaria de perguntar quando se inaugura, no Pico, aquela obra? Quando irá o Pico poder contar, em pleno, com aquela infra-estrutura?

Eu não me lembro, Sr. Deputado José do Rego, de alguma vez os deputados do Pico terem pedido SCUTs para o Pico, não me lembro.

**Deputado José do Rego (PS):** O senhor não estava cá!

**O Orador:** E nunca iremos pedir SCUTs para o Pico, enquanto o Pico não tiver todas as obras há muito prometidas por este Governo e ainda não cumpridas.

Agora, uma coisa é certa, Sr. Deputado: com o desinvestimento que se verifica neste Plano e neste Orçamento para a Ilha do Pico, aceitava-se uma “scutzinha”, se sobrar de São Miguel. Porque para ter SCUTs, Sr. Presidente, é preciso ter área.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Francisco César.

**(\*) Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar a minha intervenção por elogiar a bancada do CDS/PP. A bancada do CDS/PP teve, aqui, uma posição de oposição construtiva, porque não resumiu tudo aquilo que tinha a dizer apenas à questão dos navios.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** É bem parecido com o pai a falar!

**Deputado José Lima (PS):** Quem sai aos seus não degenera!

**O Orador:** Com orgulho.

Sobre aviões, eu não ouvi o PSD a dizer nada.

Sobre os sistemas de incentivos, a bancada do PSD também não tem posição.

Sobre as obras nos portos e nos aeroportos, só em relação a uma ilha, porque houve um deputado que quis defender a sua ilha – pelo menos isso!

Pelos vistos, o PSD só tem esta obsessão: falar de barcos. Infelizmente, esta obsessão é cada vez mais irresponsável.

Irresponsável como, aliás, tem sido a política mais recente do PSD que, sempre que o Governo tem alguma política com algum sucesso – e sim, Sr. Deputado, o Partido Socialista tem orgulho na sua política de transportes marítimos...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Eu não teria!

**O Orador:** O Sr. Deputado não deve ter orgulho é do seu tempo, porque no seu tempo não havia nada.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Havia! Havia o Ponta Delgada, o Cedros...

**O Orador:** Mas é verdade: já lá vai muito tempo.

Sr. Deputado, desde 98 até hoje, já foram transportados perto de um milhão de passageiros. Isto não é motivo para ter orgulho, quando partimos quase do zero, Sr. Deputado?

Mas vamos falar do Atlântida, que é disso que o Sr. Deputado quer falar.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não cumpriram, Sr. Deputado. Estamos fartos de incumprimento. Estão à espera que chegue um relatório para fazer aquilo que a Dra. Berta Cabral mandou fazer.

**O Orador:** Sr. Deputado, deixe-me terminar que eu, depois, tenho todo o gosto em falar consigo.

Sr. Deputado, o Atlântida.

O senhor sabe, tão bem como nós, que isto não é como comprar um carro novo. Não é, isto é mandar fazer um carro, é diferente. Com determinadas características, com determinadas bandas, que se adequem àquilo que são as especificidades da nossa Região Autónoma. É feito um contrato, que deve ser cumprido pelo estaleiro.

A questão que se põe aqui – e é aí que está a vossa irresponsabilidade – é se, por acaso, os estaleiros não cumprirem esse contrato, o que deve fazer o Governo. E o Governo já o afirmou aqui.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não cumpriram.

**O Orador:** O Sr. Deputado não sabe, porque ainda não saiu o relatório. Aí é que está a vossa irresponsabilidade!

Porque, se o Sr. Deputado sabe que não cumpriram, então diga como é que sabe. Porque, se há coisa que esta bancada do PSD tem sabido dizer é que sabe sempre, pelos vistos, primeiro do que todos.

O Sr. Deputado se tem alguma fonte, se tem um amigo no estaleiro, que diga quem é, que diga donde vem essa informação.

A postura responsável de um Governo que se quer sério é aguardar pelo relatório final e, depois, agir.

A postura que a líder do seu partido teve é irresponsável, prejudica o Governo dos Açores e os açorianos, em negociação.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não é verdade!

**O Orador:** Porque o Sr. Deputado sabe tão bem como eu...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Vão acabar por rescindir.

**O Orador:** Sr. Deputado, se rescindirem, obviamente isso terá o seu contraditório.

A postura da sua presidente é a postura do costume, que é: “deixa cá ver se o Governo Regional vai rescindir o contrato, deixa-me eu anunciar primeiro”.

É como, quando nós anunciamos a criação de um museu, a Dra. Berta Cabral, no dia a seguir, anuncia a criação de outro museu.

É como, quando nós anunciamos 13 medidas contra a crise, Sr. Deputado, os senhores levam 4 meses para anunciar medidas e, quando anunciam, ...

**Deputado António Marinho (PSD):** Os senhores aceitaram zero. Nem uma!

**O Orador:** ...são ilegais, irresponsáveis, completamente inócuas e juridicamente irrelevantes.

Tenho dito, Sr. Deputado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado António Marinho (PSD):** Zero! Os senhores apresentaram zero! Nem uma!

**Deputado Francisco César (PS):** O Governo apresentou. Perto de 100 milhões!

**Deputado António Marinho (PSD):** Ah! Foi o Governo. Já percebi.

**Presidente:** O Sr. Deputado António Marinho quer inscrever-se?

Agradecia que não entrassem em diálogo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

**(\*) Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria saudar o Sr. Secretário Regional da Economia, que trouxe a esta casa um conjunto de metas e objectivos no âmbito económico para os Açores.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não trouxe assunto nenhum. Não tinha metas e os objectivos eram gorados!

**O Orador:** Mas não me queria fixar num só assunto.

Sr. Deputado Jorge Macedo, o senhor chegou aqui e trouxe um assunto. Eu quero falar sobre a economia dos Açores, aquilo que o Sr. Secretário Regional trouxe para os Açores. Sr. Deputado Jorge Macedo, o Sr. Secretário Regional da Economia trouxe um rumo para o turismo dos Açores.

**Deputado António Marinho (PSD):** Um rumo? Onde é que ele está?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não fale em rumo que lembra barco!

**O Orador:** Em termos de consolidação do que nós fizemos até agora e do que queríamos, em termos de promoção, para o próximo futuro, em termos de cautela dos

números que foram apresentados, do mês de Dezembro e de Janeiro, apontando o desafio para os empresários dos Açores, no âmbito do turismo, um sector importante para os Açores e que aqui deve ser debatido, se é ou não importante e não ficarmos por um só assunto, importante no âmbito económico, o Sr. Secretário Regional traçou um rumo para as nossas empresas ao nível do sistema de incentivos, um compromisso para as empresas a nível do sistema de incentivos que o PSD, sobre esta matéria, ainda não falou. Aguardemos alguma coisa neste âmbito.

Mas, todavia, o que eu queria dizer é que, a nível do transporte aéreo, do transporte marítimo e do turismo, o Sr. Secretário traçou aqui rumos para o futuro, fazendo uma análise séria do que se tem passado nos Açores e para o próximo futuro.

Relativamente às questões trazidas pelo Deputado Jorge Macedo, já tivemos, os dois, um debate na televisão. Eu diria, mais uma vez, aqui: o transporte marítimo de passageiros nos Açores não é uma trapalhada, como o PSD quer fazer crer. O Partido Socialista orgulha-se...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** É pura “erva”.

**O Orador:** ...de ter introduzido nos Açores um transporte marítimo de passageiros que o PSD não soube sustentar durante 20 anos.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Já tiveram 12 anos para fazer isso. De quanto tempo mais é que precisam?

**O Orador:** O transporte marítimo de passageiros nos Açores, que já transportou...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Já sabemos que foi um milhão! O seu colega já disse!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não foi um milhão. São 50 mil por ano.

**O Orador:** Sr. Deputado, intervenha quando quiser...

**Presidente:** Está no uso da palavra o Sr. Deputado José do Rego. Agradecia que quem quisesse falar se inscrevesse, porque acho que estamos a ir além dos apertes.

**O Orador:** O transporte marítimo de passageiros nos Açores já levou a que muitos açorianos fossem de ilha em ilha e conhecessem os seus Açores, o que muitas gerações estiveram impedidas de fazer. Muitos jovens passaram a conhecer melhor a terra onde vivem...

**Deputados Berto Messias e Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ...porque o Partido Socialista introduziu esse transporte marítimo nos Açores.

Relativamente ao Atlântida, julgo que não há mais nada a dizer para além do que disseram o Sr. Secretário, o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Deputado Francisco César.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** É a sua opinião!

**Presidente:** Tem a palavra, para prestar esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional da Economia.

**(\*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, começando pela sua intervenção, eu gostaria de agradecer, sinceramente, a intervenção que o senhor fez.

Em primeiro lugar, porque efectivamente coloca apenas, de entre um elenco vasto de assuntos que constam da minha intervenção – e, pela ausência de contestação, considero que todos os outros estão acordados – uma questão relativamente ao transporte marítimo de passageiros, questão que a sua intervenção veio tornar particularmente clara e visível aos olhos de todos os açorianos.

É que o problema do PSD não é o navio Atlântida. O problema do PSD é a própria operação de transporte marítimo de passageiros, porque o PSD não criticou apenas o navio Atlântida, o PSD criticou 11 anos de transporte marítimo de passageiros.

**Deputado Helder Silva (PS):** Muito bem!

**Deputado António Marinho (PSD):** Criticou a forma.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Um serviço de excelência!

**O Orador:** E portanto, em primeiro lugar está claro aos olhos de todos que o PSD acabar com o transporte marítimo de passageiros nos Açores não foi um acidente de percurso, foi uma opção consciente e assumida por parte do PSD.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Em segundo lugar, fica também claro que o PSD não se entende.

Eu explico porque é que o PSD não se entende: é que a Presidente do PSD, numa entrevista dada em Janeiro à televisão, diz qualquer coisa como isto: “Eu até concordo com a operação, não fiquem dúvidas, eu concordo com a operação”. E vem aqui o Sr. Deputado Jorge Macedo...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Isso não é honesto. Leia tudo. Seja honesto.

**O Orador:** Não, eu tenho...

**Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Secretário, não alinhe no mesmo diapasão de alguns dos seus colegas!

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Sr. Presidente, eu peço a sua indulgência em termos de tempo.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**O Orador:** Sr. Presidente, eu tenho aqui a transcrição da entrevista da Sra. Presidente do PSD à RTP Açores. O que ela diz, e passo a citar, é o seguinte: “Não quero com isso dizer que depois não se fizessem novos contratos. A propósito, eu não sou contra a operação. Quero clarificar, porque senão ficava tudo com a ideia de que não concordo com a operação, isso concordo. Quando fui Directora Regional dos Transportes, pus no papel uma proposta de estratégia de transporte marítimo, que tinha exactamente a ver com os *roll-on/roll-off* e com o transporte marítimo inter-ilhas”.

Sr. Presidente, daqui se conclui o seguinte:

Em primeiro lugar, que o PSD não se entende. A liderança diz uma coisa e o Sr. Deputado diz outra.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** O que é que ela fazia aos contratos? Ela disse que rescindia os contratos e fazia outros. Voltou a mentir. É falso. Leia tudo.

**O Orador:** Em segundo lugar...

**Deputado António Marinho (PSD):** Andaram 12 anos a espatifar dinheiro!

**O Orador:** Eu peço indulgência, Sr. Presidente.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Eu fazia um apelo à calma, Sras. e Srs. Deputados, porque aparte é uma coisa e intervenção paralela é outra. Portanto, os apartes são regimentais, as intervenções paralelas não são admissíveis. Senão, teremos de interromper os trabalhos, não só porque merecemos um intervalo, mas por uma razão um pouco menos nobre. Se isto correr escorreitamente, prometo que teremos um intervalo por boas razões, mais rapidamente.

Sr. Secretário Regional da Economia, tem a palavra.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em segundo lugar, o que se prova aqui também é o seguinte: é que, nem como Directora Regional dos Transportes, nem como Secretária Regional de um governo, foi capaz a actual Presidente do PSD de passar das palavras aos actos.

Há aqui, então, uma diferença fundamental, que também se afirma: o PSD nunca acabou e nunca conseguiu fazer ressurgir o transporte marítimo de passageiros. O PS fez ressurgir o transporte marítimo de passageiros e vai dotá-lo dos meios adequados para o exercício desse serviço.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Pela amostra junta!

**O Orador:** Em terceiro lugar, Sr. Deputado Jorge Macedo, a sua intervenção peca por um conjunto de deficientes referências a declarações minhas.

De qualquer das formas, eu gostava apenas de clarificar o seguinte: se o senhor ler o texto da conferência de imprensa que eu proferi a 5 de Dezembro e não as notícias que saíram sobre...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Isto é do GaCS! Os senhores é que mandam as notícias.

**O Orador:** Não, também no GaCS tem o texto da conferência de imprensa.

Poderá ver, em primeiro lugar, que eu não fiz conferência de imprensa nenhuma com o representante do estaleiro. Eu tenho, ao meu lado, o Presidente da AtlânticoLine e a Sra. Directora Regional dos Transportes.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** A fotografia estava desfocada, por isso não percebi bem!

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Em segundo lugar, aquilo que eu sempre disse – e nesse comunicado está bem expresso – que são as condições em que o Governo admitiu avançar com esse projecto e também as informações que me eram dadas pelos estaleiros.

Mas, em relação ao navio Atlântida, eu penso que fui suficientemente claro daquela tribuna e, efectivamente, Sr. Deputado Artur Lima, passando às suas questões, quando houver algo de novo, de concreto e de seguro a informar certamente cá estaremos para fazê-lo.

O Sr. Deputado Artur Lima colocou mais questões.

Colocou questões relativamente ao terminal de carga da aerogare civil das Lajes. É, efectivamente, um projecto em que eu já tive oportunidade de dar uma primeira vista. Parece-nos um projecto importante, sobretudo tendo em conta os movimentos de carga que aí se verificam. Mas, de qualquer das formas, nós estamos a falar dum primeiro ano de legislatura, há um conjunto de investimentos que estão planeados, já foi feito um esforço muito significativo no âmbito das condições da aerogare civil das Lajes, também considero que não será por causa disso que se porá em causa o resto.

Em relação à certificação da pista das Flores, Sr. Deputado, e com isso também me refiro à ampliação do aeroporto da Horta, conforme sabe, estas são infra-estruturas aeroportuárias que não são propriedade da Região, não estão directamente sob jurisdição da Região. Há um processo em curso neste momento, relativamente à entidade que as explora e, no âmbito desse processo, os investimentos que são necessários devem também ser entendidos no acautelamento de interesses da Região. De qualquer das formas, gostava de lhe dizer que o Governo está a acompanhar esse assunto.

Em relação ao parque de combustíveis da Ilha do Pico, respondendo quer ao Sr. Deputado Artur Lima, quer ao Sr. Deputado Jaime Jorge, gostava de dizer o seguinte: neste momento, as infra-estruturas estão concluídas. Estão a ser desenvolvidos os trabalhos com a entidade, digamos assim, que tem a responsabilidade, efectivamente, de operacionalizar a utilização daquelas infra-estruturas. Nós temos mantido um

acompanhamento muito próximo deste processo, exactamente para evitar que ele possa prolongar-se para além daquilo que podem ser situações que têm a ver com a operacionalização de cada um dos intervenientes. A informação que temos neste momento é esta: as infra-estruturas estão concluídas, está-se a tratar de todo o processo tendente a certificações e condições de utilização dessas infra-estruturas, com a intervenção de outras entidades que não aquela que construiu.

Sr. Deputado Jaime Jorge, em relação ao reordenamento do porto de São Roque do Pico: mais uma vez, nós estamos a falar de um compromisso para a legislatura, e é um compromisso relativamente ao qual nós estamos no primeiro ano de legislatura. Portanto, há aqui um conjunto de processos e um conjunto de trabalho que importa ser feito.

Finalmente, em relação ao porto da Madalena, é verdade, Sr. Deputado, é verdade que os resultados do LNEC não foram satisfatórios para o Governo. O Governo não considera que esses resultados tenham sido satisfatórios e, enquanto o Governo não estiver satisfeito com os resultados que os testes demonstram em laboratório, não avançará com uma intervenção nessa área, nos termos em que o projecto inicialmente estava definido. Há efectivamente, aqui, necessidades que importa acautelar, nomeadamente a questão do reforço do molhe, que é uma situação prioritária, e também a construção do contra molhe que está neste momento em estudo e que merece, também, da nossa parte, toda a atenção, sobretudo pelo carácter muito particular dessas duas zonas. Uma intervenção nessas duas infra-estruturas, não compromete, depois, um passo posterior no sentido de uma intervenção a nível do interior da baía.

Muito obrigado.

**Presidente:** Aproveito para informar, Sras. e Srs. Deputados, que estão presentes nas galerias e vieram visitar-nos um conjunto de alunos do 2º ano do Curso Técnico de Comércio da Escola Profissional da Horta a quem, naturalmente, em nome da câmara, saúdo e agradeço a sua presença.

*(Aplausos da câmara aos alunos da Escola Profissional da Horta)*

Tem a palavra, ainda para esclarecimentos, o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Muito telegraficamente, queria dizer o seguinte: a informação que tenho – não lhe garanto que absolutamente correcta, mas é a que tenho – é que o tanque de combustíveis está pronto, efectivamente, mas está a ser usado para gasolina com chumbo 98. Confirma ou não confirma? É porque a questão está aí, é retirar a gasolina e pôr GP4 lá dentro. A questão é só esta.

Depois, Sr. Secretário, eu queria perguntar-lhe se é prioritária, para o Governo, a construção de um cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo. E pergunto-lhe da prioridade porque, pelos vistos, para o Conselho de Ilha da Ilha Terceira não é, nem para a Sra. Presidente da Câmara Municipal, que ainda garantiu, no último ou penúltimo Conselho de Ilha, que ia ser elaborado um estudo. Quando vejo aqui 500 mil euros, eu quero saber: é prioritário ou não é prioritário? Porque não me parece que seja. O Governo terá a sua opinião e eu gostaria de a conhecer.

Uma questão simples, mas que tem a ver com o dia-a-dia das pessoas, Sr. Secretário: o que se passa com a marina de Angra do Heroísmo? Presumo que já tem conhecimento. É verdadeiramente lamentável o autoritarismo do administrador da SGPS dos Portos de Angra do Heroísmo e Graciosa. É de um autoritarismo lamentável. Eu queria saber se o Sr. Secretário já tem conhecimento dessa situação e se conta, a breve trecho, resolvê-la, porque não se pode propagandear o exercício, a actividade física, para os jovens e depois coarctar a possibilidade de os jovens terceirenses fazerem vela. Não se lhes quer ceder um edifício por teimosia e não se deixa os utentes da marina usarem os seus barcos, por teimosia e prepotência da Administração dos Portos da Terceira e Graciosa.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

**Presidente:** Tem a palavra, também para esclarecimentos, o Sr. Deputado Jorge Macedo.

**(\*) Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Economia, desiludiu-me V. Exa. na referência que faz às declarações da Presidente do PSD, Dra. Berta Cabral.

O que a Dra. Berta Cabral afirmou numa entrevista na RTP Açores foi o seguinte, e passo a citar: “Rescindia os contratos, com a informação que tenho actualmente. Concordo com a operação”, registo, “concordo com a operação, para que não fique a ideia de que essa operação não é defendida por mim”.

Sr. Secretário Regional, quando omite a parte referente a “rescindia o contrato”, e essa questão foi levantada nessa entrevista que teve lugar há dois meses...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...o senhor omitiu parte dessas declarações, o que não lhe fica bem.

Eu sei que está atrapalhado, mas não vale tudo, Sr. Secretário.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Eu, muito rapidamente, queria dizer-lhe que na entrevista, ou na conferência de imprensa a que eu fiz referência e que é citada pelo GaCS, não é por nenhum outro órgão de comunicação social, refere-se ainda o seguinte: “O Sr. Secretário Regional da Economia precisou, ainda, que a anomalia em questão – a estabilidade em avaria – não colocava em causa o comportamento do navio noutras circunstâncias como, por exemplo, a navegabilidade, estabilidade ou segurança”.

Sr. Secretário, é falso!

Em 31 de Agosto, quando o navio faz os primeiros testes de mar, é detectado aquilo a que se chama problemas de estabilidade intacta, ou seja, não são problemas de estabilidade em avaria, são problemas de estabilidade com o navio intacto, como a própria palavra indica.

Mas acrescenta: “Segundo referiu, na sequência de diversos testes realizados em Novembro pelos estaleiros de Viana, ficou demonstrado que o problema ficou resolvido com as intervenções sugeridas e ficou completamente solucionado, mantendo o navio a sua capacidade de operar nos portos”.

Sr. Secretário, não é verdade!

Já se sabia há muito tempo que os problemas de estabilidade implicariam muitos outros problemas, nomeadamente a velocidade, a capacidade e o calado. Isso, toda a

gente sabia. Não acredito que V. Exa. não soubesse. O problema é que queriam “*esconder o sol com a peneira*”.

Registo ainda que V. Exa. não respondeu a uma única questão.

Eu perguntei-lhe se ia rescindir o contrato.

Eu perguntei-lhe quais são os navios que vão operar.

Eu disse-lhe que estamos a 42 dias da operação e ainda não sabemos se vamos ter navio ou se não vamos ter navio.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Vamos ter operação!

**O Orador:** Sr. Secretário, ficaram muitas questões por esclarecer.

Mas eu registo a vossa preocupação relativamente às afirmações da Dra. Berta Cabral, porque é aquilo que vai acontecer.

O Sr. Deputado Francisco César referiu-se há bocadinho à questão do carro novo. Eu tenho Vs. Exas. todos em conta de pessoas inteligentes. Se se dirigirem a um *stand* de automóveis para comprar um automóvel, e se o chefe de vendas lhes disser “nós temos aqui esse problema, o automóvel tem uns problemas de estabilidade em avaria, pelo que vai ter de fazer as curvas devagarinho, mas resolve-se com duas sacas de areia na bagageira; só que, em vez dos 5 passageiros, apenas vai poder transportar 3”, eu acredito que todos os senhores desta bancada procuravam imediatamente a porta de saída, para fugirem.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Ou seja, para desaparecerem e para não comprarem aquela viatura.

É o que vai acontecer com o navio que, infelizmente, por responsabilidade vossa e por responsabilidade do estaleiro, não vai chegar, infelizmente para os açorianos, gastos e pagos que já estão, neste momento, 35 milhões de euros.

É uma pena.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir com o debate, temos inscrições, mas vamos agora fazer um intervalo de 30 minutos. Retomamos às 18 horas e 30 minutos. Até já.

*(Eram 18,00 horas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

*(Eram 18 horas e 40 minutos)*

Estava inscrito para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Economia. Tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, em relação às questões que colocou relativamente à utilização do tanque do parque de combustíveis da Ilha do Pico, não é esta a informação que eu tenho, perguntada directa e especificamente, porque esta situação já me tinha chegado, também, por outras vias. De qualquer das formas, agradeço o alerta e vou reconfirmar se, efectivamente, assim é ou não, e reconfirmar todos os contornos dessa situação.

Em relação à questão do terminal de cruzeiros de Angra do Heroísmo, gostava de lhe referir o seguinte: este é um compromisso que o Partido Socialista assumiu na Ilha Terceira e é uma via privilegiada de rentabilizar um dos muitos atributos que a cidade de Angra do Heroísmo tem, que é efectivamente a sua natureza, a sua condição de cidade património mundial. À semelhança do que acontece, por exemplo, em Ponta Delgada, a criação duma infra-estrutura que permita, até mesmo a pé, a um turista sair de um barco de cruzeiros e visitar uma cidade património mundial é um elemento de grande mais-valia para o turismo da Ilha Terceira e, portanto, nós vamos arrancar rapidamente com todos os estudos que são necessários para a concretização desse projecto e para aferir as condições de concretização deste projecto.

Em relação à questão da marina de Angra do Heroísmo, este foi também um assunto que já me foi chegado. Agradeço mais uma vez o alerta. Tive já oportunidade de falar, telefonicamente, com uma das pessoas que têm apresentado, enfim, algumas reclamações relativamente a esse assunto. Este assunto está a ser acompanhado quer

pela Sra. Directora Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos, quer pelo meu gabinete. De qualquer das formas agradeço o alerta e irei reconfirmar os termos em que este assunto está a ser resolvido e também o tempo em que ele está a ser resolvido.

Relativamente ao Sr. Deputado Jorge Macedo, Sr. Deputado, nós não vamos estar aqui com o “*diz que disse*” ou não “*diz que disse*”. Quer o comunicado de 5 de Dezembro da conferência de imprensa que eu dei, quer a notícia do GaCS, quer até as declarações da líder do seu partido estão disponíveis na internet. Nada melhor do que todos os interessados que assim o entenderem consultarem e verem, exactamente, quem é que está a faltar à verdade.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** A omitir!

**O Orador:** Eu tenho a certeza absoluta que não estou, porque tenho aqui a transcrição da parte sexta da entrevista, onde estão essas referências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Eu não disse “faltar à verdade”, disse “omitir”!

**Presidente:** Não havendo mais inscrições para esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Aida Santos, para uma intervenção.

**Deputada Aida Santos (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um plano são promessas. Neste debate temos falado de promessas. Eu quero introduzir a análise ao que foi prometido e está por cumprir.

Uma das grandes bandeiras do Partido Socialista e do seu Governo, para a ilha de Santa Maria, tem sido a construção do campo de golfe.

Passados dezasseis meses, desde a sua apresentação com pompa e circunstância, a conclusão é de que houve esmorecimento.

**Considerado como um investimento estratégico para Santa Maria, ao nível do turismo,** continuamos dependentes dum conjunto de factores, que continuam envoltos em algum *suspense*.

O Plano Director Municipal para a zona de Almagreira já se encontra suspenso, tendo em vista este tão almejado projecto.

Os marienses questionam-se acerca da fase em que o projecto se encontra:

**Já foram contactados todos os proprietários que possuem pastagens na zona de implantação do campo de golfe?**

**Em que fase estão as eventuais negociações?**

Com o concurso para a abertura dos furos para captação de água na zona de implantação do campo de golfe, **quanto tempo pensa o Governo levar até se iniciarem essas obras?**

**No fundo, a grande pergunta é esta: quando começam as obras de construção do novo campo de golfe?**

**Ou estamos perante mais uma promessa adiada?**

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre o Sistema de Incentivos e Apoio à Coesão, é com alguma preocupação e desencanto que verifico **que só 10,8%** do montante estimado no ano de 2007, para Santa Maria, **foi executado**. Como explica o Governo esta tão baixa taxa de execução?

Estão estes Incentivos competentemente elaborados e executados?

Estão estes Incentivos devidamente publicitados, divulgados e acompanhados por quem de direito?

Ou não serão apenas mais uma mera ilusão?

Basta ver as baixas taxas de execução da Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo, quando comparadas com as ditas ilhas grandes.

**Deputados João Costa e António Ventura (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** Os números não mentem. A realidade é indisfarçável, mesmo pela propaganda governamental.

Este sistema de incentivos não serve o desenvolvimento das ilhas mais pequenas.

Como por vezes se diz, uma desgraça nunca vem só e para Santa Maria, parece que o conjunto de desgraças se vai acumulando.

O cais *ferrie* do porto de Vila do Porto é o exemplo de uma obra mal pensada e que só acarreta mais despesa o que, aliás, tem sido apanágio da governação socialista.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** Pela segunda vez, foi lançada uma segunda primeira pedra! Parece confuso. Até para **os marienses** é confuso!

Porque razão se lança duas vezes uma primeira pedra, numa obra que já está concluída?

Ou será que, afinal de contas, não está?

O cais *ferrie* de Vila do Porto é mais uma daquelas obras, que parece não ter fim.

Faz-se uma obra e deitam-se três milhões de euros ao mar e ninguém é responsável?

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Isso é que é uma vergonha.

**A Oradora:** Temos um cais para acostagem do navio de passageiros, e ele teima em não atracar ali.

Faz-se uma rampa para a saída das viaturas pela popa do navio e ela teima em não acertar com a popa do navio.

Constrói-se uma gare de passageiros e eles não a podem utilizar, na maioria das vezes.

Parece confuso, e é mesmo confuso. É a governação do Partido Socialista, para Santa Maria, no seu melhor!

Quem vai agora pagar esta nova intervenção?

Logicamente que todos nós.

Quem têm sido os mais prejudicados com toda esta trapalhada?

Os marienses, pois claro!

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a promoção turística, o Governo é tão parco em verbas como em ideias.

**Como pretende o Governo investir essa verba?**

**De que forma e com que mecanismos?**

Serão, novamente, as Associações a fazer essa promoção no exterior, visto que o Governo não acerta, há anos, sobre a melhor maneira de a fazer?

Ou será que estaremos novamente perante um cenário, recorrente neste Governo, de incertezas e de recurso a soluções de eficácia duvidosa e de resultados pouco palpáveis?

O transporte marítimo de passageiros parece ter-se afundado, tal a dificuldade em colocar o novo navio a flutuar. O transporte aéreo continua a ser desencorajador a qualquer visita ao arquipélago, porque as viagens são caras.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Continuamos sós no meio do Atlântico, e os ventos parecem querer continuar a soprar de forma pouco favorável ao destino Açores, no exterior, para já não falar do turismo interno, de momento completamente comprometido com mais esta situação hilariante, de um navio que parece ter tudo menos a navegabilidade desejada.

Lá teremos nós, em Santa Maria, no Verão, um novo Iapetos, um novo Ilha Azul, ou um outro qualquer barco, que saia a preço de saldo e que tenha a sorte de passar nas inspecções em tempo útil.

Continuaremos à espera que, por passes de mágica, esta promoção turística se faça.

**Deputado António Ventura (PSD):** Continuamos à espera. Muito bem!

**A Oradora:** E de quem é a culpa?

Obviamente do Governo, que continua a não ter capacidade de encontrar soluções capazes de afirmar os Açores como um destino turístico.

**Deputado António Ventura (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores têm tudo para ser um destino turístico de sucesso.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:**

O que falta então?

Falta vontade, ideias e estratégia, por parte do Governo, para deixarmos de chorar sobre o leite derramado, lamentando as soluções que já deveriam ter sido implementadas, mas que continuam apenas num papel esquecido.

Falta responsabilidade e competência! Dinheiro não falta! Bons resultados são o que reclamamos!

Disse.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Economia e o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**(\*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Aida Santos:

Em relação à questão do campo de golfe, não está nem atrasado nem parado. O campo de golfe está a seguir o processo natural para a construção duma infra-estrutura desse tipo. Foram lançados os concursos para os furos da água, o projecto do próprio campo está em fase de conclusão, está a tratar-se também da parte da aquisição de terrenos e portanto, conforme se prova, o projecto não está parado.

Em relação à “segunda primeira pedra”, eu tive o gosto e a honra de contar com a Sra. Deputada Aida Santos nessa cerimónia, não tive foi a honra e o gosto de contar com a atenção da Sra. Deputada Aida Santos nessa cerimónia, porque a senhora certamente terá reparado que a obra que foi lançada é uma obra que não é a repetição, é algo novo, que valoriza ainda mais aquela infra-estrutura, por exemplo a questão do edifício de controlo que, conforme a senhora bem sabe, foi lançado nesse dia. Portanto, não tem nada a ver com repetições de “segundas primeiras pedras”, ou com “segundas primeiras pedras”, estamos a falar de obras diferentes. Tenho pena que a Sra. Deputada, na altura, não tenha efectivamente percebido essa parte mas, de qualquer das formas, aqui está a explicação.

Em relação à promoção turística, também tenho pena que a Sra. Deputada não tenha reparado que os Açores têm um plano de *marketing* estratégico. Um plano de *marketing* estratégico não é definido segundo aquilo que o Governo entende, é um plano que obedeceu a critérios muito precisos na sua elaboração e à definição de metas e de objectivos que se visa alcançar. Esse plano de *marketing* estratégico, aliás, já está em execução, conforme a Sra. Deputada certamente teve a oportunidade de

ver, pela última campanha que foi lançada pelos Açores, nomeadamente no mercado continental. Tendo em conta o trabalho feito até ao momento, visa exactamente reorientar a nossa promoção, salientando aqueles aspectos não de um turismo meramente contemplativo, mas de um turismo activo.

Portanto, penso que a intervenção que a Sra. Deputada Aida Santos fez tem explicações perfeitamente compreensíveis, que constam, aliás – não é uma novidade aquilo que eu disse – exactamente de um conjunto de intervenções a que a senhora teve acesso e que a senhora sabe perfeitamente em que pé e em que termos é que estão a ser realizadas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

**(\*) Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu quero agradecer aqui as palavras da Deputada Aida Santos, porque são a confirmação daquilo que eu já disse, em Santa Maria, a várias pessoas.

O Governo tem muito e bom trabalho feito na Ilha de Santa Maria e o Plano a Médio Prazo e o Plano e Orçamento para 2009 são bons planos para a Ilha de Santa Maria.

Senão, vejamos: em relação ao trabalho feito, a Deputada Aida Santos trouxe aqui uma situação, que teve a ver com as questões do turismo, os transportes, já devidamente e bem esclarecida pelo Sr. Secretário, pelo que não me vou alongar nessa área. Mas, em relação ao trabalho feito, esqueceu-se de muito do trabalho que está feito em Santa Maria. Tem um conjunto de infra-estruturas que são essenciais para o desenvolvimento e para o futuro das ilha, sem o qual não se poderia dar o passo seguinte.

Eu não queria roubar muito tempo, mas posso referir aqui dois ou três exemplos, assim de cor: as infra-estruturas a nível da agricultura – que são aquelas nas quais estou mais inteirado, por razões profissionais – desde o abastecimento de água na Ilha de Santa Maria à excelente casa de matança com sala de desmancha que nós temos na Ilha de Santa Maria; os melhoramentos efectuados nos portos, nomeadamente nos portos da Maia e dos Anjos; o porto de recreio – não falou aqui no porto de recreio –

cuja segunda fase foi agora lançada e que constituirá uma enorme mais-valia para a Ilha de Santa Maria; posso referir a rede viária da Ilha de Santa Maria da responsabilidade do Governo Regional, temos uma boa rede viária, que estará praticamente concluída; e muitas outras acções que em Santa Maria se têm realizado, mas seria fastidioso estar aqui a enumerar todas.

Também quero dizer, relativamente ao Plano que está aqui em apreciação, que há um conjunto enorme de iniciativas previstas para a ilha que nos vem dar razão quando dizemos que este é um bom Plano para a Ilha de Santa Maria. Por exemplo, o auditório para a escola, que é uma infra-estrutura importante para a Ilha de Santa Maria; o apoio à creche em Vila do Porto, um apoio dado a uma instituição, é uma decisão que já foi anunciada mas que está prevista e que vai ser implementada; a construção da Pousada da Juventude, que já foi aqui também referida por um colega da bancada do Partido Socialista; o Centro de Interpretação da Ecoteca; o porto de pescas; e estou a falar de cor.

Este é um Plano que contempla praticamente 33 milhões de euros para a ilha e é, realmente, um bom Plano. A intervenção da minha amiga e Deputada Aida Santos veio confirmar que realmente é um bom plano.

Muito obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Aida Santos.

**(\*) Deputada Aida Santos (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que o meu caro amigo e estimado Deputado Duarte Moreira não poderia concordar comigo, mas devo dizer que os marienses têm uma visão real, concreta e objectiva dos problemas da sua ilha, enquanto o Governo Regional tem uma visão utópica dos problemas reais de Santa Maria.

Santa Maria está estagnada e a prova é que “*nem tudo são rosas*” em Santa Maria, que já está a perder a cor. Conforme diz o último Conselho de Ilha, no documento que elaborou: “Todavia, temos a apontar algumas faltas”. Em relação ao turismo, Sr. Secretário, devo dizer que no Conselho de Ilha foi dito o seguinte: “Continua-se a apostar no plano *marketing* estratégico do turismo para Santa Maria, onde devia

haver um maior empenhamento do Governo na promoção conjunta do Grupo Oriental nos pacotes de vendas nacionais e internacionais”.

Tenho dito.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Duarte Moreira.

**(\*) Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quanto à informação, quanto ao comunicado do Conselho de Ilha, em que eu estive presente, o comunicado começa por enaltecer os méritos deste Plano a Médio Prazo e do Plano e Orçamento para 2009. É preciso que se diga isso.

Claro que elenca algumas preocupações existentes na Ilha de Santa Maria, e devo dizer que eu sou o primeiro a ter algumas preocupações em relação à Ilha de Santa Maria. Nem tudo está feito, obviamente, se estivesse também não estávamos aqui a fazer nada e o Governo Regional podia ir, também, descansar.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Descansar, não! Trabalhar!

**O Orador:** Mas é precisamente por isso que nós cá estamos, é pelo desenvolvimento dos Açores e, no caso em discussão, pelo desenvolvimento da Ilha de Santa Maria.

Obrigado.

**Presidente:** Creio não haver mais inscrições.

Passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos hoje, provavelmente, aquela que constitui a maior crise económica internacional das nossas vidas. Falo de uma “Grande Recessão” internacional, em que segundo previsões da OCDE para 2009, o crescimento económico mundial irá recuar em 2,7%, o comércio internacional em menos 13% e o desemprego médio dos países industrializados atingirá o valor máximo desde o fim da II Guerra Mundial, cerca de

10%. Para a zona euro, as previsões económicas são ainda menos animadoras, calculando-se em menos 4,1% o crescimento previsto para 2009.

É neste contexto económico que o Governo dos Açores, sustentado pela maioria parlamentar do PS, submete o Plano Regional Anual para 2009 e as Orientações de Médio Prazo para o quadriénio 2009/2012.

Ao nível do desenvolvimento do Turismo, estes dois documentos consubstanciam as linhas orientadoras do Programa do X Governo Regional, de grande aposta no sector que mais riqueza e emprego geram no Mundo, apresentando três grandes prioridades: Em primeiro lugar, o apoio a investimentos estratégicos. Apostamos na consolidação, diversificação e expansão da nossa oferta hoteleira e do turismo em espaço rural, de uma forma sustentável, conforme previsto no Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRA), bem como no desenvolvimento dos Recursos Termais da nossa Região.

Em segundo lugar, no aperfeiçoamento da definição dos objectivos da oferta e animação turística. Queremos promover a “Marca Açores” como um conjunto de produtos especializados que constituam mais-valias comparativas da nossa Terra. Para isso, o Governo dos Açores propõe-se agir, sobretudo, ao nível da valorização ambiental, do auxílio à construção de infra-estruturas de apoio ao turismo e no desenvolvimento de acções de animação turística que promovam o aumento da estadia média do visitante e requalifiquem a oferta. Vamos, em parceria com os agentes do sector e com a sociedade civil, trabalhar no sentido de melhorar uma cultura e uma prática de assunção de que o produto que temos deve ser valorizado e defendido por todos.

A terceira prioridade de política de investimento é relativa à Promoção do Destino Açores. Nos principais mercados emissores de turistas para os Açores, as previsões de crescimento económico, para 2009, são negativas: 1,3% para o nosso país, 3,7% para o Reino Unido e 5,3% para a Alemanha.

Temos a consciência que enfrentamos, neste campo, enormes desafios, mas também sabemos que esta tem sido uma das características dos Governos liderados pelo Partido Socialista: a capacidade para vencer e ultrapassar os desafios com os quais

nos deparamos. Foi assim que, perante a suspeição inicial dos críticos do costume, afirmámos o turismo como um dos pilares da nossa Economia.

Os números, aliás, continuam a demonstrar o acerto das apostas do PS/Açores. Apesar da conjuntura internacional, o número de dormidas registadas em Janeiro deste ano nas unidades hoteleiras açorianas, foi superior em 13% às registadas em Janeiro de 2008.

**Deputado António Marinho (PSD):** E Janeiro de 2008 em relação a Janeiro de 2007? Para ser verdadeiro faça a comparação.

**O Orador:** São números muito positivos, reconfortantes até, mas que devem ser vistos com a prudência de quem sabe que o sucesso de uma política de turismo de uma região como a nossa é contingenciada, sempre, pela dinâmica económica dos mercados emissores.

O Plano Anual para 2009 e as Orientações de Médio Prazo propõem-se a investir mais, e de forma criteriosa, na promoção externa da nossa região. Utilizando, em parceria com os agentes promotores, as novas tecnologias como um meio de divulgação capaz de chegar a um leque mais variado de destinatários. A região vai apostar, também, em acções de promoção tradicionais, junto de mercados emissores já estabelecidos, dando maior relevo aos produtos elencados no Plano de Marketing Estratégico, mas também procurar alcançar "nichos" em países com mercados com pouco conhecimento dos Açores enquanto destino turístico.

O sinal claro da aposta neste sector é dado já no Plano Regional Anual para 2009, no qual o montante do investimento público para o Desenvolvimento do Turismo duplica comparativamente a 2008, passando de 14,6 milhões de euros para 29,8 milhões de euros.

A responsabilidade do sucesso turístico na nossa região, no entanto, não depende só do Governo, dos agentes promotores ou da qualificação dos recursos humanos. Depende também da simpatia das pessoas que atendem num restaurante, da forma hospitaleira como a população recebe um turista, da forma como cuidamos todos do nosso ambiente ou até da forma como valorizamos a nossa região. Em suma, depende, acima de tudo, do compromisso que todos assumimos, de fazer com que os Açores sejam um destino agradável de se visitar.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A concretização das políticas de promoção da actividade turística e de Coesão económica e social das nossas ilhas só é possível através de uma política de transportes marítimos e aérea concertada e integrada. Daí a opção do Governo Açores em investir mais de 57 milhões de euros na consolidação e modernização dos transportes marítimos.

O transporte marítimo de passageiros torna-nos mais próximos enquanto região. Mas para que isto aconteça, necessita de funcionar verdadeiramente em rede, apoiado em equipamentos modernos e que operem durante todo o ano. O reordenamento e requalificação da bacia da Horta, a construção do Terminal de Cruzeiros do porto de Angra do Heroísmo, as grandes reparações nos Navios Cruzeiro das Ilhas e do Canal, ou o apoio financeiro ao transporte marítimo de passageiros, são apenas alguns exemplos, de que a tradição reposta por este governo, de transportes marítimos verdadeiramente seguros, eficazes e estáveis é para manter e para continuar a melhorar.

Ao nível dos transportes aéreos, outra das grandes marcas da governação socialista, continuamos a apostar na melhoria da infra-estruturação dos aeródromos das chamadas “Ilhas da Coesão”, para que estes melhorem a sua operacionalidade e qualidade de recepção ao passageiro.

Assumimos, como uma obrigação o melhoramento e ajustamento do actual modelo de obrigações de serviço público, da rede regular doméstica entre os Açores e o Continente e a Madeira e, no interior do arquipélago, sobretudo ao nível do preço para o utilizador, da frequência dos voos e da qualidade do serviço.

Para isso também assumimos a substituição da frota ATP da SATA, com início já este ano, como um grande passo na melhoria da qualidade do serviço prestado, ao nível da geração de economias de escala, que poderão gerar benefícios em tarifários futuros, ao nível do aumento da capacidade de passageiros e de carga transportados, e ao nível da frequência dos voos.

Por outro lado, devemos também ser pedagógicos, em explicar aos açorianos as vantagens do actual modelo de Obrigações de Serviço Público, comparando-o com

outros modelos existentes de transporte aéreo, também ao nível do preço da frequência dos voos e da qualidade do serviço.

Graças ao trabalho dos governos do Partido Socialista, a SATA deixou de ser uma empresa em contínuas dificuldades para se afirmar como uma bandeira dos Açores, conquistando novos mercados e constituindo-se como um parceiro de facto para o progresso da nossa Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Termino a minha intervenção, reafirmando que a nossa noção de Coesão Regional não é a de uma simples redistribuição de riqueza entre as nossas ilhas, de uma forma assistencialista, baseada em critérios ridículos e perigosos de área e população. Trata-se sim, de construir políticas públicas direccionadas, que diferenciem as especificidades e que corrijam os desequilíbrios. Nestas políticas, incluo a promoção do turismo de nicho, o melhoramento e divulgação dos nossos programas de apoio à coesão, a criação de outros programas assentes numa geometria variável, e a assunção do empreendedorismo como vector principal para a dinamização económica das nossas ilhas.

Nada disto veio nas notícias do “correio da manhã” nem faz parte dos discurso da nossa oposição, habituada a propagar a desgraça em cada intervenção, e mostrando que, pelo seu presente, pouco futuro tem a apresentar aos Açorianos.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Trata-se, sim, de realidade. Enquanto alguns fazem de figuras do futuro, tentando omitir que o que fizeram, ou melhor, não fizeram, no passado, outros trabalham verdadeiramente para o futuro; enquanto alguns andam à procura de um sol maior, que os ilumine; outros criam e inovam sempre e ainda pelos Açores, pelos açorianos e açorianas, de Santa Maria ao Corvo e não apenas num reduto de conveniências.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** Para nós, Partido Socialista/Açores, a mais valia está, sempre esteve, na contínua valorização das nossas capacidades e nas nossas vantagens, enquanto Região Atlântica.

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos** (*José Contente*):

Muito bem!

**O Orador:** A boa notícia é esta: os Açores continuam hoje no bom caminho. A boa notícia é esta: é bom, e cada vez melhor, ser açoriano! A boa notícia é esta: não há figura maior apontada em nenhum correio que valha pela boa figura que queremos que os Açores façam no mapa mundial das Regiões.

Viva os Açores.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): O problema não foi o correio. Foi o Jorge Sampaio. Nunca pensaram que a Berta Cabral fosse figura do ano nomeada por Jorge Sampaio.

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Não havendo pedidos de esclarecimento, passamos para a próxima intervenção.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Reúne esta semana a Assembleia Regional para desempenhar uma das suas principais funções – o debate e aprovação do plano e orçamento do Governo para o ano de 2009.

Permitam-me que antes de analisar as opções do Governo para a ilha do Faial, vos refira primeiro aquelas que são para o PSD as prioridades e os investimentos verdadeiramente estruturantes e reprodutivos, aliás muitos deles há muito reclamados pela generalidade das nossas forças políticas.

A prioridade das prioridades vai para as acessibilidades nomeadamente para a ampliação da pista do aeroporto da Horta, para o reordenamento do porto e requalificação da frente mar da Horta e para a 2ª fase da variante a esta cidade.

O desenvolvimento efectivo do Triângulo formado pelas ilhas de S. Jorge, Pico e Faial, a dotação do sector agro-pecuário de infra-estruturas básicas que melhorem as

suas condições de trabalho e o seu rendimento e uma forte aposta no mar, criando nesta cidade mar um parque tecnológico ligado às actividades marítimas, são outras prioridades estratégicas.

Infelizmente este plano não dá as respostas necessárias com vista à concretização destas prioridades.

Exceptuando a 1ª fase do reordenamento do porto, que vê agora o seu início, o que é motivo de congratulação, tudo o resto é adiado.

Este é um plano de adiamentos para o Faial.

Mesmo assim, em relação ao porto e à frente mar, continua sem definição e calendarização conhecidas um conjunto significativo de intervenções relacionadas com este projecto.

A ampliação da pista do aeroporto da Horta, essencial para dinamizar a economia desta ilha, continua a não ser assumida como uma verdadeira aposta, a avaliar pela insignificante verba que lhe está alocada e até pelas declarações que ainda hoje foram proferidas pelo Sr. Secretário, neste plenário.

As promessas, os incumprimentos, as desculpas, as cumplicidades, os avanços e os recuos a que vimos assistindo em relação a este investimento constituem uma novela triste que muito tem penalizado o Faial, o que denunciamos e lamentamos.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A 2ª fase da variante à cidade da Horta esperava o plano de urbanização para se efectivar, agora que este está prestes a ser aprovado, inscreve-se para esta obra a ridícula verba de 25.000 euros para estudos e projectos.

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):** Isso é para o projecto.

**O Orador:** O Parque Tecnológico, agora, ao que parece, confundido com um pólo de excelência em Ciências e Tecnologias para a exploração dos oceanos, deve ser um projecto muito mais ambicioso e abrangente do que aquilo a que agora o querem reduzir.

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):** Não é do seu tempo.

**O Orador:** Mas, a comprovar que este é um plano de adiamentos, podemos enumerar muitos outros investimentos necessários para esta ilha e que para eles não há respostas neste plano e orçamento.

O campo de golfe do Faial só existe nos bancos dos ATPs da SATA.

As Termas do Varadouro foram esquecidas.

As estradas regionais do interior da ilha também, designadamente a que liga o Largo Jaime de Melo ao Alto da Ribeira do Cabo, que continua a ser a vergonha da rede viária açoriana como sendo a única estrada que passou de um piso de alcatrão para um piso de bagacina.

**Deputado António Ventura (PSD):** Muito bem!

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem denunciado!

**O Orador:** As igrejas do Carmo e de S. Francisco continuam a ser vítimas de um acelerado processo de degradação.

O Estádio Mário Lino foi adiado *sine die*.

A obra dita prioritária na Escola Básica Integrada da Horta e invocada para fundamentar a decisão deste adiamento, nem consta do plano.

O Matadouro, a Pousada da Juventude, o Polivalente da Feteira, a ampliação do Museu da Horta, entre outros, jazem no esquecimento.

E isso não aceitamos.

Disse.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Deputado Helder Silva (PS):** Dizer mal do que não se está a fazer é normal, mas dizer do que se está a fazer já não é!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O silêncio é sinal de concordância. O senhor concorda?

**Deputado Helder Silva (PS):** De mil maneiras.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Estamos de acordo.

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Não havendo inscrições, vamos passar para a intervenção seguinte.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta legislatura, o Governo irá prosseguir com as reformas necessárias à implementação do novo modelo estratégico para reforçar a solidariedade e a coesão social nos Açores.

Este caminho tem sido e continuará a ser percorrido em estreita cooperação com as IPSS e Misericórdias, que têm desempenhado um papel fulcral na implementação das novas políticas sociais, criando respostas inovadoras, cuja finalidade é contribuir para a promoção das famílias e para a inclusão social dos mais desfavorecidos.

Ao longo da última década, as políticas adoptadas na área da infância e juventude fizeram-nos trilhar um caminho já longo no desenvolvimento de estratégias cada vez mais inovadoras e consentâneas com as velhas realidades e as novas problemáticas deste grupo etário.

Foi longo o percurso, desde o forte investimento em equipamentos, melhorados em qualidade e em número, que acolhessem as crianças e os jovens, até aos actuais itinerários alternativos de qualificação académica, certificação profissional e integração social, que habilitam muitos jovens em risco ao pleno exercício da sua individualidade e da sua cidadania.

Assim, na última década, o número de equipamentos existentes na área da infância e juventude quase triplicou. As instituições de acolhimento/ internamento de crianças e jovens são um aspecto relevante nas políticas traçadas para estes públicos.

Importa, por isso, salientar a clara opção pela criação de pequenas unidades residenciais de acolhimento de menores, transformando ou encerrando as grandes instituições. Com esta medida, o Governo pretende imprimir um cariz humanizado e familiar a estes espaços, aproximando-os, dentro do possível, às vivências familiares e afectivas.

Nesta legislatura pretendemos investir ainda mais na criação de equipas de reunificação familiar, que trabalham com as famílias, no sentido de as habilitarem a reintegrar os seus menores, impedindo desta forma a sua institucionalização. É necessário continuar a dinamizar os centros de atendimento psicossocial.

Na área de apoio a idosos temos hoje uma capacidade para 7.942 clientes, mais 995 do que em 2004, correspondendo a um montante de investimento e funcionamento das instituições superior a 53 milhões de euros.

Nos próximos quatro anos vamos reforçar as respostas de apoio alternativo à institucionalização, alargando o apoio ao domicílio aos fins-de-semana. Paralelamente, vamos criar mais serviços de proximidade, como sejam os centros de dia e os centros de noite.

Também na área da invalidez e reabilitação, queremos dar uma resposta cada vez mais inovadora. Para além dos investimentos em curso, é necessário continuar a melhorar as respostas de apoio, como sejam os centros de actividades ocupacionais e as residências assistidas.

Temos pois um grande desafio pela frente, melhorar as acessibilidades e desenvolver um sistema integrado de apoio ao nível da atribuição e financiamento de ajudas técnicas e tecnologias de auxílio às pessoas com deficiência.

O Plano e Orçamento para 2009, no seu programa 13 Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social é constituído por cinco projectos e 43 acções, que caracterizam com pormenor os investimentos a desenvolver.

Para além desta programação material, constitui objectivo fundamental do Governo dar seguimento ao alargamento e promoção da qualidade da rede de serviços sociais, incentivando a construção e exploração de equipamentos pela iniciativa privada empresarial.

A Carta Social dos Açores, que se encontra em fase final de actualização, evidencia a necessidade de se atingirem melhores taxas de cobertura em creches e residências para idosos nos concelhos de Ponta Delgada, Lagoa e Ribeira Grande, pelo que se torna necessário corrigir as assimetrias existentes, iniciando já este ano o aumento do nível de cobertura actual.

As respostas sociais serão implementadas com a finalidade de assegurar o equilíbrio entre a distribuição da população residente e as suas necessidades sócio-demográficas.

Para o efeito, estão disponíveis os sistemas de incentivos SIDER, Pro-Emprego e Programa de Apoio à Iniciativa Privada dos Açores.

Sublinhe-se que já estão em fase de aprovação dois projectos, um na área do apoio ao domicílio, outro na área de apoio ao funcionamento de um lar privado em São Miguel.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Promover a igualdade efectiva de direitos para todos e promover a dignidade da pessoa humana é uma questão de direitos humanos, por isso, o X Governo dos Açores assume-a como uma questão prioritária, criando na sua orgânica a Direcção Regional da Igualdade de Oportunidades que, entre outros objectivos, visa contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária.

Neste âmbito serão implementados na presente legislatura, o Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades e o Plano Regional para a Prevenção e Combate a todas as formas de violência. Serão fomentadas políticas de prevenção e da exclusão social grave junto de grupos mais vulneráveis, mulheres, idosos, crianças, minorias étnicas e cidadãos portadores de deficiência.

O Plano e Orçamento para 2009 prevêem um montante de investimento 1 milhão e 356 mil euros.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A promoção do direito à habitação é uma prioridade do Governo Regional, que nesta legislatura, e tendo em conta o momento difícil que atravessam as famílias açorianas, ganha um novo vigor e importância.

Estamos a trabalhar num programa regional de acesso à habitação, cuja finalidade consiste em promover políticas habitacionais que possibilitem o acesso dos açorianos à habitação, nomeadamente através de medidas de incentivo ao arrendamento destinadas a agregados familiares com especiais necessidades e aos jovens.

Recorde-se que, entre 2004 e 2008, o Governo Regional investiu mais de 137 milhões de euros no sector da habitação. Para além dos apoios destinados ao realojamento em regime de renda apoiada, resolveram-se inúmeros problemas de famílias que viviam em barracas ou em situações de sobreocupação. Retiraram-se muitas famílias da orla marítima, como é caso de Rabo de Peixe.

Não obstante o enorme esforço realizado nos últimos anos, nesta legislatura vamos reforçar o apoio à aquisição de habitação, dando particular destaque à recuperação do parque habitacional e à dinamização do mercado de arrendamento.

Nesta legislatura temos novos desafios que exigem novas reformas. Diminuir a taxa de esforço das famílias nos encargos com a habitação é, pois, uma prioridade.

Nos próximos quatro anos vamos alargar a implementação do Observatório Sócio-habitacional a todas as ilhas do arquipélago, para disponibilizar a informação estatística necessária à definição e ao controlo das políticas habitacionais.

Especial atenção vai ser dada à recuperação de imóveis afectados por térmitas. Importa reavaliar o quadro de apoios disponibilizado, bem como as metodologias utilizadas, uma vez que se verifica um número muito reduzido de candidaturas face ao número de casos diagnosticados. Reformar as políticas que criamos é um sinal de que também sabemos mudar, quando verificamos que o que fazemos não alcançou os resultados desejados.

O Plano e Orçamento para 2009, no seu programa 14 prevê um investimento público na ordem de 31.328.190 euros, distribuídos por quatro projectos e 22 acções.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de emprego, qualificação profissional e defesa do consumidor, está previsto um investimento público que ascende a 73 milhões de euros. Este programa visa uma actuação intensa, multifacetada e diversificada sobre a empregabilidade dos açorianos, privilegiando-se acções que intensificam a criação de emprego de qualidade ou a transformação do emprego não qualificado em emprego qualificado.

Em primeiro lugar, destacam-se medidas que visam a qualificação dos trabalhadores, com a finalidade de melhorar o percurso profissional e a conseqüente valorização das suas carreiras.

Outro pilar importante é a abordagem da intervenção social para a empregabilidade de públicos fragilizados. Por outro lado, são reforçadas as estratégias para o mundo do trabalho, em particular os planos de estágios para jovens licenciados.

No âmbito do Pro-Emprego, aprovado no passado mês de Dezembro, já autorizámos processos de candidatura num montante de 63 milhões de euros, abrangendo 24 mil formandos, dos quais 14.258 activos. Refira-se que nos últimos seis anos a formação de activos aumentou 350 %, pelo que a formação de activos continuará a ser uma das grandes prioridades do Governo.

Estamos a implementar um esforço sem precedentes em defesa do emprego.

Por último, estamos a reforçar a actuação informativa e fiscalizadora da Inspeção Regional das Actividades Económicas e da Inspeção Regional do Trabalho. Para além do aumento entre 2007 e 2008 das visitas inspectivas, melhorou-se significativamente o serviço informativo, aumentaram-se os processos de contra-ordenação e aplicaram-se mais coimas. Esta vai continuar a ser uma prioridade nesta legislatura.

Hoje como sempre estamos empenhados em implementar as reformas necessárias para o progresso da nossa Região e o conseqüente bem-estar de todos os açorianos.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento. Neste momento, tenho inscritos os Srs. Deputados Zuraida Soares, José Cascalho e Berto Messias.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

**(\*) Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, vou fazer-lhe perguntas directas e sem grandes contextualizações, porque já temos pouco tempo, peço a sua compreensão.

Primeira questão. Eu gostaria de lhe perguntar se, como governante, considera ou não como uma medida da mais elementar justiça social implementar, na Região, um aumento generalizado de 50 euros para todas as pensões abaixo – e algumas delas, uma grande maioria delas, muito abaixo – do salário mínimo regional; e se não considera, porque também faz parte, digamos, do seu pelouro, que esta medida, além de dinamizar o mercado interno seria, com certeza, criadora de mais emprego.

A outra pergunta que também gostaria de lhe fazer é a seguinte: todos nós sabemos que há centenas e centenas, talvez bem mais do que um milhar, de estudantes universitários açorianos deslocados, seja entre ilhas, seja para o continente. E também sabemos que, numa situação, enfim, extraordinária e difícil, como muitas famílias vivem, estes alunos são dos primeiros a sofrer as consequências da falta de liquidez na família. É sabido que no continente há milhares de estudantes universitários neste momento que não têm condições para pagar as propinas nas suas universidades, por exemplo. O que lhe pergunto é: não seria, neste momento extraordinário, de considerar uma bolsa extraordinária para os alunos universitários deslocados, seja entre ilhas seja para o continente?

Muito obrigada.

**Deputado Francisco César (PS):** Está mal informada. Já existe.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

**(\*) Deputado José Cascalho (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Eu gostaria de chamar a atenção para o investimento de 100 mil euros, que referiu, no apoio à recuperação de casas com térmitas. Considero que é irrisório para a dimensão do problema.

Lembramos que, para além da questão da propriedade privada, há também a questão da preservação do património e esta é uma questão que muitas vezes não é considerada. O investimento tem de ser feito, também, para defender o património, sob pena de o perdermos. Temos por exemplo o caso da cidade de Angra, que é um caso especial, porque é uma cidade património mundial.

Não se trata apenas de recuperar uma ou outra casa, porque a recuperação isolada não surte os efeitos desejados. O Governo deveria considerar o problema das térmitas como um problema transversal. Deveriam constar no Orçamento propostas no sentido de apoiar uma equipa que pudesse coordenar, gerir o controlo da praga e outras medidas de sensibilização e de formação, a par de um continuado investimento na investigação. Mas, na verdade, o que nós vemos é que há apenas um investimento no apoio, que está no Programa 14, na acção 14.2.4, que referiu, que vai ser reformulado, mas não explicou quais são as políticas que vão aplicar para essa reformulação.

Já agora, como Vs. Exas. gostam tanto de falar da iniciativa privada, lembro que, com um sério investimento nesta área, criam-se novas áreas de negócio, com a especialização de empresas que actuarão na área de prevenção, no controlo e extermínio da praga.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

**(\*) Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria esclarecer a Sra. Deputada Zuraida Soares porque, ao que parece, está mal informada.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não estou.

**O Orador:** Existe um programa, aprovado nesta casa no ano passado, de apoio aos estudos pós-secundários, com bolsas para os estudantes deslocados.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não é disso que estou a falar.

**O Orador:** Portanto, está absolutamente desactualizada sobre esse assunto.

Sobre este Plano, nesta área e sobre a intervenção da Sra. Secretária, quero realçar três factos e colocar uma questão.

Em primeiro lugar, a questão da igualdade, que continua presente, cada vez mais forte e ainda bem que assim é, na matriz ideológica deste Governo. O desenvolvimento só faz sentido se chegar a todos e o Governo, desde cedo, percebeu a importância da coesão social e territorial e da igualdade enquanto factor crucial de desenvolvimento.

O segundo facto que registo, aliás já discutido nesta casa, nesta legislatura, de forma intensa, estranho que agora se registre um silêncio ensurdecedor sobre esta matéria, nalgumas bancadas, é a habitação. A dotação inscrita neste Plano para o apoio de aquisição de habitação própria e arrendamento urbano constitui, também, um factor crucial e importante para os açorianos, para os jovens açorianos e açorianas e ainda para os casais jovens. Permite-nos, também, continuar a aprofundar e a trabalhar para atingir o objectivo que todos nós ambicionamos, o objectivo da emancipação jovem.

Aqui, também um factor crucial sobre essa matéria, se calhar até mais importante do que a habitação, é o emprego. É com emprego que os jovens se fixam, é com emprego que os jovens querem fixar-se na sua terra e voltar para os Açores. O Governo, de forma determinada, rápida e eficaz, já agiu, logo, a tempo, em termos dos programas de estágio profissional que, não sendo um emprego, são um factor crucial para a garantia desse emprego mais tarde. E alargou os programas de estágios profissionais; depois de o fazer nas ilhas da coesão, fê-lo, também, na Terceira e em São Miguel. Mas, além disso, está neste Plano uma dotação considerável no âmbito da criação de programas de emprego.

Por último, aquilo que lhe pergunto, Sra. Secretária, é:

No âmbito desses programas de emprego, existe ou não algum ou vários programas direccionados para os jovens e direccionados para a manutenção de empregos jovens e para a criação de empregos jovens?

Porque todos sabemos que o mundo atravessa uma conjuntura desfavorável profunda e os governos têm, no âmbito das suas competências, a obrigação de criar mecanismos para que exista esse emprego. E isso será, sem dúvida nenhuma, um factor importantíssimo para a fixação dos jovens e para o objectivo da emancipação jovem, que todos ambicionamos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

**(\*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):**

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, para explicar as razões e dar uma resposta às questões que me foram colocadas.

Aumento das pensões dos idosos. Ora bem, nós, na Região, já temos um complemento de apoio às pensões dos idosos, sobretudo dos mais fragilizados socialmente. E também temos uma outra medida, extremamente importante e que, no fundo, devidamente contabilizada – se tivesse mais umas horas faria a conta e certamente dir-lhe-ia –, o Compamid, é talvez mais vantajosa do que essa situação que a Sra. Deputada agora acabou de enunciar.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Apoiado, Sra. Secretária.

**A Oradora:** Portanto, também nós estamos sempre atentos a estas questões e, até agora, não houve nenhum idoso que ficasse sem apoio social porque depois, no âmbito das outras medidas de apoio social, também ainda ajudamos os nossos idosos, sobretudo os mais fragilizados, para que possam ultrapassar as questões de fragilidade e de exclusão social.

Relativamente aos estudantes deslocados, já foi dito que já há medidas previstas para esse efeito, até em várias áreas de intervenção. Penso que há uma bolsa prevista na área da educação e, também, na área dos apoios sociais. Quando alguma dessas famílias tem um problema diagnosticado, nenhum jovem açoriano deslocado no estrangeiro ou deslocado nas nossas ilhas teve, até hoje, problemas de falta de rendimentos diagnosticados e que não fossem resolvidos.

Como sabe, Sra. Deputada, o Instituto de Acção Social tem, de há muito tempo (e penso que há uma medida que até é anterior à crise), uma equipa que acompanha as famílias em dificuldade económica – deve ser o único sítio do mundo onde isto existe –, uma equipa que dá apoio à família, que a orienta, composta por vários técnicos. Até ao momento – e nós reconhecemos que vivemos um período de grande retracção e de grande fragilidade económica e os casos avolumam-se, nós sabemos – temos, felizmente, com a nossa determinação, com o nosso empenho, acompanhado as famílias e criado os mecanismos para, de certa forma, as retirar da situação de exclusão em que se encontram.

Relativamente às térmitas, Sr. Deputado, e tal como eu enunciei na minha intervenção de tribuna, essa é uma matéria que nós já diagnosticámos que precisamos de rever.

Só para lhe dar um número, das 70 candidaturas entradas na Direcção Regional de Habitação relativamente ao Concelho de Ponta Delgada – à cidade de Ponta Delgada – todos esses agregados foram oficializados pela Direcção Regional e, do universo de 70, apenas 10 constituíram candidatura. Dessas 10, apenas 5 tiveram apoio. Portanto, de facto, há algo que tem de ser revisto e, como isto é uma competência de várias Secretarias Regionais, a breve trecho havemos de avaliar esta situação e resolver o problema porque, de facto, nós constatamos que a praga continua a aumentar.

Quem sabe se também a Universidade dos Açores, que tanto tem falado sobre essa matéria e tanto dinheiro já recebeu para investigação, não terá já outras soluções científicas que nos possam ajudar a decidir e a combater este flagelo, que de facto põe em causa o nosso património edificado e poderá pôr em causa, até, as nossas cidades, que têm edifícios classificados, e poderá trazer problemas para o futuro do nosso património cultural.

Relativamente às questões que me colocaram acerca do Proemprego, o que eu posso dizer é que, com este montante que foi já aprovado, nós temos cerca de 5 mil jovens em formação profissional e, portanto, todos esses jovens estão abrangidos por esta medida do FSE, inscrita nas verbas do Proemprego. Para além disso, com todas as medidas enunciadas em defesa do emprego dos açorianos, algumas especiais para os jovens, no montante de investimento aprovado neste momento inscrevem-se inúmeras dezenas, centenas de jovens que vão, de facto, usufruir destes benefícios.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Presidente:** Não havendo mais pedidos de esclarecimento, passamos para uma intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

A Assembleia Legislativa dos Açores debate o décimo terceiro Plano e Orçamento da responsabilidade do Partido Socialista e dos seus governos de maioria absoluta.

Este não é mais um Plano e Orçamento de princípio de legislatura, mas sim o primeiro Plano e Orçamento do fim da governação socialista dos Açores.

Ao longo dos últimos doze anos, os governos socialistas dispuseram de condições de governabilidade para executarem as suas políticas. Houve estabilidade parlamentar, mas faltaram estratégias de desenvolvimento. Sob a governação socialista, os Açores gastaram muito, mas enriqueceram pouco.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Temos, hoje, mais obras públicas do que há doze anos e continuamos pobres, com um PIB de apenas 68% da média da União Europeia.

Os Açores desenvolvem-se a duas velocidades, com as ilhas mais pequenas, de economias mais frágeis, a ficarem para trás. O desenvolvimento harmónico dos Açores, de todas as suas parcelas – de Santa Maria ao Corvo – é colocado em causa pela governação socialista, que falha onde só o sucesso é aceitável.

Os governos socialistas já não têm desculpa para terem governado mal os Açores. O PS, que levou os últimos anos a desculpar-se com a longínqua governação do PSD, tem de ser confrontado com o seu próprio passado de doze anos.

O voto popular confere legitimidade democrática a quem governa, é certo, mas não apaga os erros de quem tem o dever de governar bem.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Basta de fingir que os insucessos governativos se devem aos governos do PSD.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Basta de fingir que o PSD é o culpado pela incapacidade política dos inúmeros Secretários Regionais dos governos do PS.

**Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Basta de fingir que tudo o que corre mal nos Açores se deve à liderança do PSD, que tanto perturba os dirigentes socialistas.

**Vozes de deputados da bancada do PSD e do PPM:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** O PS está no governo, mas especializou-se no discurso da oposição à oposição.

De ano para ano, de Plano para Plano, de Orçamento para Orçamento, o PS disfarça as promessas não cumpridas e sempre repetidas, atrás dos anúncios cintilantes que emolduram o *marketing* oficial.

**Deputado António Ventura (PSD):** Tal e qual.

**O Orador:** O Plano e Orçamento para 2009 não foge à regra, comprovando que um quarto Governo socialista é sempre pior do que o primeiro.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Num tempo de crise global a que, infelizmente, os Açores não escapam, o Plano e o Orçamento para 2009 e as Orientações de Médio Prazo 2009/2012 não se mostram suficientes para responder aos problemas da sociedade açoriana.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo Regional é tímido nas soluções e pouco ousado nas propostas. O Governo Regional chegou atrasado ao combate à crise.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Atrasado?!

**O Orador:** Começou por negá-la, num primeiro momento, para a desvalorizar logo de seguida.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Presidente do Governo Regional precisou, mesmo, de ser recebido em Lisboa pelo Presidente da República para reconhecer que a crise já tinha chegado ao Açores, arrastando consigo desemprego e falências de empresas.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Serviu de desculpa.

**O Orador:** Num tempo de exceção, exige-se dos Governos agilidade política, capacidade de decisão, responsabilidade social, coragem e determinação. Qualidades de há muito ausentes da governação socialista e longe, muito longe, do Plano e Orçamento para 2009.

Durante a última campanha eleitoral, o Presidente do Governo e líder socialista afirmou e repetiu o *slogan* “que bom é ser açoriano”...

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** E não é?

**O Orador:** ...querendo, talvez, dizer “que bom é ser açoriano e ... socialista”.

Os Açorianos das ilhas mais pequenas dos Açores não dizem “que bom é ser açoriano”, quando pagam passagens aéreas caríssimas.

**Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Os Açorianos das chamadas “ilhas da coesão” não dizem “que bom é ser açoriano” quando as suas pequenas economias estagnam, não se criam novos empregos e o horizonte mais imediato é o da desertificação e do envelhecimento populacional.

**Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Os Açorianos doentes, que se deslocam da sua ilha para tratamento médico, não dizem “que bom é ser açoriano” quando a ajuda diária que o Governo Regional lhes paga é inferior ao apoio concedido a um jogador de futebol.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Os 80.000 Açorianos que não têm médico de família e são obrigados a pagar do seu bolso uma consulta particular ou todos os Açorianos que pagam os tratamentos médicos mais caros do país não dizem “que bom é ser açoriano”.

As centenas de doentes das listas de espera, que sofrem a angústia da falta de tratamento durante meses ou anos não dizem “que bom é ser açoriano”.

Os 18.666 Açorianos que recebem rendimento social de inserção não dizem “que bom é ser açoriano” porque já perderam a esperança de fugir do ciclo da pobreza.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Os 6.714 desempregados não dizem “que bom é ser açoriano” porque não têm uma oportunidade de emprego.

As vítimas da violência doméstica, crime em que os Açores registam a maior taxa de incidência nacional, não dizem, algumas delas porque não podem dizer, “que bom é ser açoriano”.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

A pobreza nos Açores é o resultado dum modelo de desenvolvimento socioeconómico que não contém as premissas para a sua erradicação.

Fenómenos como a criminalidade, a insegurança ou a violência doméstica – em cujos *rankings* os Açores ocupam os lugares da frente – são agravados por ineficazes políticas sociais.

O Governo Regional – este Governo Regional – continua a acreditar que a pobreza e a exclusão social se resolvem apenas com medidas redistributivas.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** O Governo Regional – este Governo Regional – faz política partidária com o combate à pobreza e à exclusão social e procura dominar as instituições de solidariedade social nos Açores.

O combate à pobreza e à exclusão social, antes de ser um problema de políticas sociais é uma questão de política económica. As políticas dos governos socialistas – destes governos socialistas – não conseguiram compensar, com as políticas redistributivas, as desigualdades resultantes da actividade económica. As tão anunciadas políticas de “nova geração” não passaram de duvidoso *slogan* eleitoral.

Uma parte do que já fez até é bom, útil ou necessário para combater a pobreza e a exclusão social nos Açores. O problema não é o que se fez, mas o que ficou por fazer.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Os Açores precisam de recuperar o tempo perdido.

Há uma alternativa às políticas socialistas.

Disse.

**Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento

Estão inscritos os Srs. Deputados Luís Paulo Alves, Artur Lima e Piedade Lalanda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

**(\*) Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Não é de boa-fé política, nos tempos que correm, misturar uma análise conjuntural com uma análise estrutural, porque há muitas pessoas, lá fora, que estão a ter dificuldades – objectivas dificuldades –, por quem este registo pode não ser bem entendido.

Mas esta é também uma crise de confiança. Mesmo para quem não tem as suas condições de vida afectadas pela crise, está temente, alterou os seus comportamentos. É por isso necessário que as pessoas conheçam o que têm tido capacidade de fazer, para que acreditem na sua capacidade. O discurso de que tudo está mal e de que nada se conseguiu nestes últimos anos é desastroso neste sentido, afectando um dos núcleos fundamentais para a resolução da actual crise, a confiança.

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Muito bem!

**O Orador:** E, para que as pessoas saibam o quanto foram capazes de progredir e o quanto avançaram, tenho a obrigação de lhes dizer: hoje, os açorianos produzem mais valor, há mais pessoas no mercado de trabalho, têm melhor saúde e mais conforto nas suas vidas.

**Vozes de deputados das bancadas do PS e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Para isso, podemos socorrer-nos duma publicação que saiu agora, a revista Exame, que faz um balanço de 20 anos. E, nos Açores, nós conseguimos.

Conseguimos que o PIB *per capita* passasse de 1.72 para 2.05.

**Deputado António Marinho (PSD):** Vá às estatísticas nacionais.

**O Orador:** Conseguimos que as pessoas tivessem...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Ouçam!

O registo vai incomodar, Srs. Deputados, mas os açorianos têm o direito de saber o que é que conseguiram nos últimos anos, para terem a confiança de enfrentar este momento difícil.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

O vosso ruído não afasta a obra do PS, não afasta o trabalho dos açorianos durante os últimos 20 anos.

Nós tínhamos 85 mil pessoas no mercado de trabalho, hoje temos 105 mil. O emprego passou de 1,9% a nível nacional para 2,05%. Isto é progresso.

Nós tínhamos um PIB *per capita* de 70% da média nacional, hoje temos 89,28%.

**Deputado António Marinho (PSD):** Não tem!

**O Orador:** Isto está correctíssimo, são os dados do INE e da revista do Dr. Pinto Balsemão, insuspeito nesta matéria.

**Deputado António Marinho (PSD):** Já tinham em 96! Já era a mesma! Em 12 anos evoluíram zero!

**O Orador:** Portanto, vou continuar.

No PIB *per capita*, nós há 20 anos tínhamos 20 regiões do país à nossa frente. Nós hoje ultrapassámos 10 dessas regiões, já temos 20 atrás de nós e só temos 10 regiões do país à nossa frente. Isto é progresso dos açorianos. Isto não é apagado pelo vosso ruído.

**Vozes de deputados das bancadas do PS e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Nós hoje temos índices de produtividade iguais à média nacional. Isto é obra dos açorianos, não é obra do vosso ruído.

Nós hoje temos um rendimento disponível de 96%, à época era de 80%.

Na saúde, a nossa taxa de mortalidade infantil passou de 14,1% para 3,9%. Isto é progresso dos açorianos.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Chegámos ao paraíso!

**O Orador:** Nos nossos agregados familiares, nos índices de conforto, tínhamos na altura 40,7% dos telefones fixos, muito abaixo da média nacional. Hoje estamos acima da média nacional, temos 77,7%.

Nos computadores por agregado familiar – e vou terminar por aqui – nós estávamos abaixo de metade da média nacional; hoje, somos a segunda região do país, só abaixo da região de Lisboa.

Refiro, para terminar, que Francisco Pinto Balsemão diz, aqui na entrada da revista, o seguinte: “Nós prometemos e conseguimos”.

Eu diria: nós somos mais ambiciosos, nós estamos conseguindo, porque ainda não acabámos a obra que temos para fazer.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

Vou, muito rapidamente, mandar um telegrama ao Sr. Deputado Pedro Gomes, dizendo que concordo plenamente com ele, quando diz que há uma alternativa às políticas socialistas. Há, sim senhor: é o CDS.

Muito obrigado.

*(Risos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

**(\*) Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só me apetece dizer uma frase que o Sr. Deputado Pedro Gomes se fartou de repetir de forma mal contextualizada, que é: “que bom é ser açoriana”.

“Que bom é ser açoriana”, porque hoje, Sr. Deputado, se alguém é vítima de violência doméstica há um sistema que funciona, há uma rede que funciona, em São Miguel, na Terceira, no Faial, de apoio a essas mulheres. Há casas-abrigo para as acolherem. Há um sistema.

No tempo de V. Exa. ...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não havia violência.

**A Oradora:** ...se quiser, em termos de governos do PSD, não havia resposta.

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*):

Nem havia abuso sexual.

**A Oradora:** E basta analisar os números.

Não havia resposta, era zero!

Se calhar, não havia vítimas de violência doméstica.

Ainda bem que estamos num tempo em que os governos do Partido Socialista instituíram que maus-tratos é crime, que violência doméstica é crime.

No tempo dos governos do PSD nem era crime o crime de maus-tratos! Nem se podia entrar na casa duma vítima!

Ainda bem que eu sou açoriana deste tempo, em que é possível dar resposta às vítimas de violência doméstica.

Ainda bem que eu sou açoriana e “que bom é ser açoriana”, quando hoje em dia há resposta para repatriados, para sem-abrigo, para emigrantes. Há associações que têm os tais acordos de cooperação que os senhores dizem que é dinheiro deitado um pouco ao acaso, há associações que dão resposta a estes grupos sociais e que antes não tinham. Os primeiros repatriados que chegaram a esta terra tiveram, de imediato, uma resposta organizada e, hoje em dia, já não chegam ao Deus-dará.

Portanto, há respostas sociais para situações e problemas que, no vosso tempo, infelizmente não havia.

“Que bom é ser açoriano”, quando se tem dificuldades económicas, que bom poder contar com o sistema de apoio social e de protecção social.

Não são os tais 17 ou 18 mil *malandros*, como os senhores gostam de dizer e, como a vossa líder do PSD gosta tanto de repetir, que estão “à coca” deste sistema. O senhor esquece-se que 8.051 em 2008 eram menores de idade.

Ou será que os senhores querem voltar aos tempos do trabalho infantil e querem contabilizar crianças que são beneficiários do rendimento social de inserção também ao abrigo de um trabalho e, como diz a sua líder, “eles não trabalham, tinham era de trabalhar, porque no fundo são uns malandros”.

Sr. Deputado, é demagogia pura querer pôr por terra as políticas sociais dos governos do Partido Socialista que, realmente, deram a esta nossa sociedade açoriana uma nova esperança de combater as desigualdades sociais. Nunca está tudo feito, é um facto.

Mas dizer que estas pessoas estão na “*malandragem*”, eu acho que é um bocadinho abusivo.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos hoje ficar por aqui, recomeçamos amanhã às 10 horas.

Antes disso, o Sr. Secretário vai dar os tempos sobrantes de cada um dos protagonistas deste debate.

**Sr. Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Governo tem 92 minutos.

O Grupo Parlamentar do PS tem 103 minutos.

O Grupo Parlamentar do PSD tem 34 minutos.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP tem 18 minutos.

O Grupo Parlamentar do BE tem 6 minutos.

A Representação Parlamentar do PPM tem 26 segundos.

**Presidente:** Presume-se que a Representação Parlamentar do PCP já não tem tempo sobranante.

Pedia aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares que se acercassem da Mesa, para vermos rapidamente dois assuntos.

Muito boa noite e até amanhã, às 10 horas da manhã.

*(Os trabalhos terminaram às 20,00 horas)*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Berto José Branco Messias**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Hernâni Hélio Jorge**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Manuel Soares da Silveira**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aida** Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

**Cláudio** Borges **Almeida**

**Jorge** Alberto da **Costa Pereira**

**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**

**José** Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Artur** Manuel Leal de **Lima**

***Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)***

**Aníbal** da Conceição **Pires**

***Partido Popular Monárquico (PPM):***

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Guilherme** de Fraga Vicente **Nunes**

---

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

**Documentos entrados**

**PARECER SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI QUE “ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DE USO PÚBLICO.”**

A Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reuniu, no dia 31 de Março de 2009, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a fim de apreciar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia, sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Estabelece o Regime Jurídico das Instalações Desportivas de uso Público”.

O referido Projecto de Decreto-Lei deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 12 de Março de 2009 e foi submetido à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia datado do mesmo dia e mês, para apreciação e emissão de parecer até ao dia 31 de Março de 2009.

## **CAPÍTULO I**

### **Enquadramento Jurídico**

O Projecto de Decreto-Lei em apreciação é enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para audição por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, com pedido de emissão de parecer até 23 de Março.

A audição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores exerce-se no âmbito do direito de audição previsto na alínea v) do n.º 1 do artigo 227.º e no n.º 2, do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa, bem como do disposto nos termos da alínea i) do artigo 34.º e do n.º 1 do artigo 116.º da Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, que aprova o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A apreciação do presente Projecto de Decreto-Lei pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais rege-se pelo disposto no n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em conjugação com o artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro.

## CAPÍTULO II

### Apreciação na generalidade

O presente Projecto de Decreto-Lei estabelece o regime jurídico das instalações desportivas, revogando o Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de Novembro, fundamentalmente pela necessidade de compatibilização desse diploma com o regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, de forma a promover a simplificação dos procedimentos de instalação e a melhorar o enquadramento dos deveres dos proprietários e entidades responsáveis pela exploração e funcionamento das instalações desportivas.

Visa igualmente conformar os mecanismos procedimentais em matéria de instalação e funcionamento das instalações desportivas com alguns diplomas entretanto publicados.

Procede a modificações ao regime de licenciamento, como a extinção da figura da licença de funcionamento, que é, nos termos do regime jurídico da urbanização e edificação, substituída pela autorização de utilização para actividades desportivas, titulada por alvará, e que no caso das instalações desportivas de propriedade de autarquias é titulada por declaração de conformidade para actividades desportivas contendo os elementos exigidos para o alvará.

O diploma agora em análise passa a abranger as instalações desportivas integradas em estabelecimentos privados de prestação de serviços de manutenção da condição física, sejam ginásios, academias ou clubes de saúde (*healthclubs*).

É introduzida a obrigatoriedade de prévia indicação da entidade responsável pela exploração e do director ou responsável da instalação, como condição necessária à concessão da autorização de utilização para actividades desportivas.

É ainda instituída a exigência de comunicação ao Instituto do Desporto de Portugal, I.P., das autorizações de utilização para actividades desportivas concedidas pela

câmara municipal, cujos dados passam a ser registados na Carta das Instalações Desportivas, que integra a Carta Desportiva Nacional.

### **CAPÍTULO III**

#### **Parecer**

Face ao exposto a Subcomissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deliberou, por unanimidade, nada ter a opor à aprovação do Projecto de Decreto-Lei que “Estabelece o Regime Jurídico das Instalações Desportivas de uso Público”.

A Subcomissão promoveu a consulta das representações Parlamentares do Partido Comunista Português e do Partido Popular Monárquico, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, porquanto estas não integram a Comissão de Assuntos Sociais.

As referidas representações parlamentares não se pronunciaram sobre a iniciativa em apreciação.

Horta, 31 de Março de 2009.

**A Relatora,** *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**A Presidente,** *Cláudia Cardoso*

---

### **PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

#### **CONTA DE GERÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES REFERENTE AO ANO 2008**

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 50.º da Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de Dezembro, com a redacção que lhe conferiu o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de Março. a Mesa deliberou apresentar ao Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para aprovação, a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 2008, que se anexa à presente resolução, dela fazendo parte integrante.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 30 de Março de 2009.

**O Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,**  
*Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*

*(A referida Conta de Gerência encontra-se arquivada no respectivo processo).*

---

**Pela redactora,** *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa*

